

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Des^a Huguette Braquehais
Presidente

Des^a Gizela Nunes da Costa
Vice-Presidente e Corregedora

Dra. Nilce Cunha Rodrigues
Procuradora Regional Eleitoral

Dr. Joaquim Boaventura Furtado Bonfim
Diretor Geral

Dra. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Juíza Diretora Escola Judiciária Eleitoral do Ceará

José Humberto Mota Cavalcanti
Coordenador Escola Judiciária Eleitoral do Ceará

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF

Patrício Fuentes
Coordenador do Escritório Regional - Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte
Rui Aguiar
Oficial de Projetos

LIVRO DO EDUCADOR

Edição: Daniel Raviolo (Comunicação e Cultura) **Textos:** Júlio Lira. **Diagramação e Arte Final:** Carlos Machado. **Revisão:** Equipe TRE. **Fotografias:** TRE, Comunicação e Cultura e stock.xchng.

©Tribunal Regional Eleitoral Ceará - 2008. www.tre-ce.gov.br. É autorizada a reprodução total ou parcial desde que indicada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - TRE/CE

Livro do Educador – Programa Eleitor do Futuro / uma publicação do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – Escola Judiciária Eleitoral (TRE/CE-EJE) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) ; [elaboração ONG Comunicação e Cultura]. – Fortaleza: TRE/CE, UNICEF, 2007.

116p.:il; 00 x 00,00 cm

ISBN 00-00000-00-0

1. Juventude - Brasil - Condições sociais. 2. Juventude - Brasil - Educação política. 3. Jovens no exercício da cidadania - Brasil. 4. Juventude - Política governamental - Brasil. 5. Programa Eleitor do Futuro - Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. II. Fundo das Nações Unidas para a Infância.

CDU 000.000.00-000-0

CDDir 341.272

LIVRO DO EDUCADOR

Programa Eleitor do Futuro

SUMÁRIO

Apresentação	09
Primeira Parte – Contexto da Educação Política	11
Segunda Parte – Política e Democracia	51
Terceira Parte – Diálogo com o Jovens	77
Quarta Parte – Sugestões de Rodas Dialógicas	87
Anexos	
Perguntas mais freqüentes	107
Constituição da República	110
Código Eleitoral	113
Informações complementares sobre sistema eleitoral	115
Lista de telefones dos Cartórios Eleitorais	116



Gostaria de começar esta apresentação contando uma pequena história. Há pouco menos de dez anos, conforme nos foi informado, com a proximidade do pleito eleitoral, a diretora de uma escola telefonou para esta Casa indagando sobre a possibilidade de ser proferida uma palestra para os alunos, sobre o tema voto e eleições.

Nunca antes havia sido demandada da Justiça Eleitoral do Ceará tal tarefa. Ante a provocação, porém, tratou a direção de buscar uma forma de atender a solicitação, e a palestra foi realizada. Estava lançada a semente do que, mais tarde, se tornaria objeto de um amplo projeto da Justiça Eleitoral cearense.

Com o passar do tempo, a demanda cresceu. As escolas passaram a solicitar sempre mais palestras. Paralelo a isso, veio a implementação do Projeto Eleitor do Futuro, o qual seria transformado em Programa. Logo mais, o que começara como um trabalho de um ou outro servidor, foi se tornando uma atividade em vias de especialização. Foi esboçado um folder para servir de auxílio, além de uma pequena cartilha para distribuição aos alunos.

O improviso já não era suficiente para suprir a demanda de uma atividade cada vez mais exigente. Em face disso, partiu da Escola Judiciária Eleitoral a idéia de sistematizar melhor as palestras, sendo necessário, para tanto, constituir uma equipe que pudesse receber a indispensável capacitação para o atendimento às escolas.

Depois de algumas análises, decidiu-se que seria contratada uma instituição que dispusesse do necessário conhecimento teórico e prático para capacitar os servidores do TRE e dos Cartórios Eleitorais para a tarefa. Esta publicação, que ora lhes apresentamos, é um dos pontos culminantes da história aqui relatada. Ela servirá de fundamento para a capacitação da equipe. Pautada numa melhor fundamentação pedagógica, inspirada em Paulo Freire, as atividades desenvolvidas junto aos estudantes, antes denominadas "palestras", passarão a se denominar "Rodas Dialógicas".

Com este projeto, seguramente, a Justiça Eleitoral cearense dá um grande passo no sentido de uma maior aproximação de si à sociedade, tendo por foco o jovem eleitor do futuro. Ao mesmo tempo, amplia o seu âmbito de ação, mostrando que a atuação da Justiça Eleitoral compreende um amplo leque de atividades, que não só inclui mas transcende aquela que é tida como sua função primordial: a organização e gerenciamento de pleitos eleitorais.

Des.^a Huguette Braquehais
Presidente do TRE-CE



A cada dois anos o Brasil se reencontra com as urnas e fortalece sua democracia, que ainda depende muito de um processo educativo que, como lembra a canção, “nasce nas escolas, nas ruas, campos e construções”. Em cada período eleitoral o povo brasileiro aprende mais sobre si mesmo e desenha novos sonhos para esta nação singular no cenário político, econômico e social mundial. A urna eletrônica e o voto aos 16 anos de idade são inovações que destacam a ousadia e o espírito permanente de adequação do sistema eleitoral às demandas sociais por aumento de oportunidades de participação e transparência nos processos eletivos.

No Estado do Ceará, palco de importantes movimentos políticos e sociais brasileiros, está se construindo uma nova abordagem de justiça eleitoral. Desde 2003 o Tribunal Regional Eleitoral, o UNICEF e seus parceiros vêm desenvolvendo um exitoso processo de educação política de alunos e professores da escola pública. Campanhas publicitárias, vídeos e cursos de formação política a distância estão fazendo a diferença quantitativa, com o expressivo índice de cadastramento eleitoral de adolescentes de 16 e 17 anos, e qualitativa, demonstrada pela consistência dos milhares de projetos realizados como parte das atividades de certificação da participação de escolas, adolescentes e professores.

A força do Programa Eleitor do Futuro está sendo construída em torno de uma palavra: credibilidade, presente no imaginário da sociedade cearense sobre o Tribunal Regional Eleitoral e o UNICEF. Essa credibilidade é materializada na conduta exemplar e cidadã dos funcionários do Tribunal, que, investidos de uma postura republicana, levam o melhor conhecimento sobre os limites e possibilidades da política moderna a todos os municípios do Estado.

*Em 2008, com o lançamento do **Livro do Educador do Projeto Justiça Eleitoral**, o programa se consolida e dá passos largos rumo à sustentabilidade. Com ele, a **Escola Judiciária Eleitoral do Ceará** firma-se como uma importante instância na formação política dos novos eleitores.*

Esperamos que todos os educadores do Programa desfrutem da leitura deste livro, que foi idealizado com os olhos no futuro e com os pés na realidade de hoje. A interpretação e as contribuições que cada um dará, de forma honesta e cidadã, farão dele uma obra perene, indispensável e esperada.

Patrício Fuentes
Coordenador do UNICEF para o Ceará,
Piauí e Rio Grande do Norte

Primeira parte

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA



Programa Eleitor do Futuro

A participação das pessoas na determinação dos rumos da vida do país é um princípio fundamental da República. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a sociedade, através de suas instituições, promova processos educativos para a formação de cidadãos críticos e responsáveis.

Nesse contexto, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará criou em 2003 o Projeto Eleitor do Futuro, que, posteriormente – março de 2007 – foi elevado à categoria de programa,

consolidando-o como atividade sistemática e permanente, cuja execução está a cargo da Escola Judiciária Eleitoral. O Programa Eleitor do Futuro é realizado juntamente com o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

O Programa tem por objetivo geral promover a educação política dos jovens na faixa etária de 12 a 17 anos de idade, estimulando-os ao exercício da cidadania e do voto consciente.



OBJETIVOS

- Incentivar o alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos no Estado do Ceará.
- Informar acerca da importância, finalidade e consequências do exercício do voto.
- Estimular o envolvimento dos jovens nas diferentes esferas de organização social, incentivando-os a participar dos organismos escolares de representação estudantil.

2003 Sob a orientação do TRE e da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará, 241 escolas de Fortaleza e 15 municípios do interior elaboraram e executaram projetos de educação política.

Algumas dessas escolas promoveram posteriormente uma eleição para a escolha de políticas públicas municipais prioritárias, com participação de adolescentes de 12 a 15 anos de idade, a qual foi precedida de amplo debate. As atividades realizadas, o levantamento das necessidades de cada área de política pública e o resultado da eleição foram registrados pelas escolas em relatórios, entregues posteriormente aos prefeitos eleitos, quando da solenidade de diplomação.

De setembro a novembro de 2003, campanha realizada junto a 1.979 escolas levou 67.454 jovens ao alistamento eleitoral. As eventuais impossibilidades de deslocamento a algumas escolas foram sanadas pelo atendimento preferencial aos jovens nos próprios cartórios eleitorais.



2004 Com a realização da Semana do Eleitor do Futuro, em abril de 2004, essa prioridade ao atendimento foi novamente posta em prática.

Ao fim do exercício de 2004, foi publicado o livro "Projetos de Educação Política - O Caminhar do Projeto Eleitor do Futuro em Escolas do Ceará", contendo um resumo dos projetos realizados pelas escolas, assim como informações acerca das eleições especiais de políticas públicas (disponível em www.tre-ce.gov.br)



2005 O Programa Eleitor do Futuro esteve presente na 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, dentro do 13º Encontro da SBPC Jovem, realizado em julho de 2005 em



Fortaleza. Durante uma semana, o Programa levou aos estudantes informações sobre a luta pelo aperfeiçoamento da democracia ao longo dos 60 anos de história da Justiça Eleitoral no Brasil.

Em novembro de 2005, foi realizada, pela segunda vez, a Campanha de Alistamento Eleitoral nas Escolas. Apesar de levada a efeito no exíguo prazo de 30 dias, haja vista a ocorrência do referendo sobre o desarmamento, foram visitadas cerca de 980 escolas e alistados 22.354 jovens de 16 e 17 anos.

2006/2007 Em parceria com o UNICEF, a Faculdade 7 de Setembro e a ONG Comunicação e Cultura, foi preparado o Curso de Formação a Distância de Educadores para Educação Política.

O Curso constou de 7 fascículos, cujos conteúdos foram escolhidos através de grupos focais realizados com jovens. Ele foi dirigido a professores das redes pública e particular, educadores de sistemas informais (ONGs, organizações sociais) e jovens (educação entre pares), que receberam a intervalos regulares os fascículos via postal. O Curso contou com a participação de 13.029 educadores distribuídos em 2.954 instituições de ensino. Apenas 6 dos 184 municípios do Estado não participaram.



O que é a educação política?

A educação política é a ação destinada a provocar a reflexão crítica sobre a realidade e a construção da capacidade de mobilização para transformá-la. A educação para os direitos políticos acompanha a história da democracia, aprimorando-a. Os gregos já contavam com pensadores e professores que refletiam sobre a vida pública. Aristóteles, por exemplo, ensinava que se a ética está preocupada com a felicidade individual do homem, a política se preocupa com a felicidade coletiva da *pólis*.

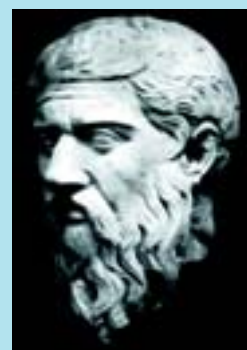
Em cada época, o esclarecimento da população ocorreu a partir do esforço de pessoas e organizações interessadas em aperfeiçoar suas sociedades.

O voto das mulheres, por exemplo, foi resultado de uma ampla movimentação cívica iniciada por ativistas que estudaram as leis e repassaram seus conhecimentos escrevendo artigos, proferindo palestras e realizando ações de mobilização, como passeatas. O trabalho delas não parou com a conquista de um marco legal. Para fazer as leis se transformarem em realidade e provocar novas mudanças, os grupos organizados de mulheres estimulam permanentemente o debate da sociedade.

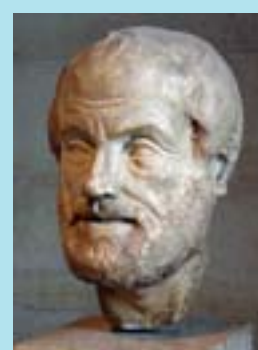
Na América Latina, a educação para o exercício dos direitos se fortaleceu nas últimas quatro décadas. No início desse processo, a educação política acontecia sobretudo fora da escola, em espaços de educação não formal. No Brasil, destacaram-se o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), experiências que viriam a



Neste quadro de 1511, o pintor italiano Rafael encena um encontro entre Platão (de vermelho, apontando para o mundo das Idéias) e Aristóteles (a seu lado, com um livro de Ética na mão, chamando a atenção para a Realidade). Partindo de pontos fundamentais diferentes, os dois pensaram a vida na cidade (*pólis*).



Platão



Aristóteles

ser interrompidas por perseguições promovidas a partir do golpe de estado de 1964. Nos programas do MEB, por exemplo, as pessoas não eram simplesmente alfabetizadas, mas sim estimuladas a pensar as suas próprias condições de vida e a responder com ações políticas. Mais recentemente, a educação política tem se fortalecido dentro dos sistemas de ensino, por políticas públicas e iniciativas de organizações não-governamentais.

No contexto atual de crise ética e de valores, onde predomina a competitividade, a prática de levar vantagem em tudo, o alto índice de criminalidade e o desrespeito à pessoa humana, a sociedade é convidada a contribuir para uma mudança positiva, exercendo sua cidadania.

Adolescentes e jovens

A percepção da infância, da adolescência e da juventude varia de uma cultura para outra. Ela não é a mesma nas sociedades indígenas e na sociedade urbana, e não vemos as pessoas que estão nessa fase da vida da mesma forma aqui e no Afeganistão, para citar dois exemplos.

Para muitas sociedades, o indivíduo deixa de ser criança e insere-se diretamente na vida adulta após a puberdade, através de ritos de passagem, sem passar pelo que conhecemos como adolescência ou juventude. Entre os índios Apinajé, em Tocantins, por exemplo, este processo se inicia para os homens quando o garoto completa 15 anos e passa uma fase retirado da vida da aldeia. A passagem culmina com uma grande festa, na qual o indivíduo é incorporado à comunidade. Em outras sociedades a dor pode ter uma importância grande neste momento de comemoração, como acontece com os jovens Sateré-Mawé, na floresta amazônica: no momento de reingresso à comunidade na qualidade de adultos, os jovens Sateré-Mawé vestem uma luva cheia de grandes formigas chamadas tocandiras e, se não quiserem ser considerados homens fracos, não podem demonstrar dor pelas picadas.



Estas considerações são feitas no sentido de explicitar o fato de a perspectiva da juventude não ser um conceito apenas biológico. Não diz respeito exclusivamente a um grupo de pessoas de uma determinada faixa de idade. O entendimento do que seja a infância, a adolescência e a juventude é uma criação coletiva sempre em processo de redefinição. O que é ser jovem muda de uma época para outra, de uma sociedade para outra.



Atualmente, a palavra "juventude" relaciona-se à condição etária (pessoas entre 14 e 24 anos, por exemplo) com conhecimentos de biologia, organização social, psicologia, cultura, economia etc. Explicando melhor: se, em um determinado país, a situação financeira é próspera e a cultura incentiva a autonomia dos jovens, eles sairão de casa mais cedo e terão mais oportunidades de realizar uma transição emocional e financeira para a vida adulta. Em sociedades de condições miseráveis, muitas crianças são obrigadas a entrar precocemente no mercado de trabalho; a categoria juventude não faz, portanto, muito sentido para elas, pois não há nenhuma transição da infância para a vida adulta. Enfim, não basta saber a idade para saber se uma pessoa é jovem ou não. Precisamos relacionar o fator da idade com outras informações relativas ao contexto sócio-cultural.



O critério geracional assim contextualizado permite agrupar sujeitos que possuem em comum a relação com determinados espaços-tempos. Daí ter sentido se falar em "jovens brasileiros", "jovens norte-americanos" ou "jovens mulçumanos". A classificação por faixa etária lhes dá um acervo comum de percepções, informações, memórias, experiências e vivências culturais.



Concluindo, há de se considerar que os jovens ao mesmo tempo se assemelham-se e se distinguem-se entre si. É cada vez mais freqüente entre os teóricos a utilização do termo "juventudes" como tentativa de não cometer erros de generalização. O termo no plural permite perceber a complexidade e multiplicidade de identidades, situações e experiências a que ele se refere.



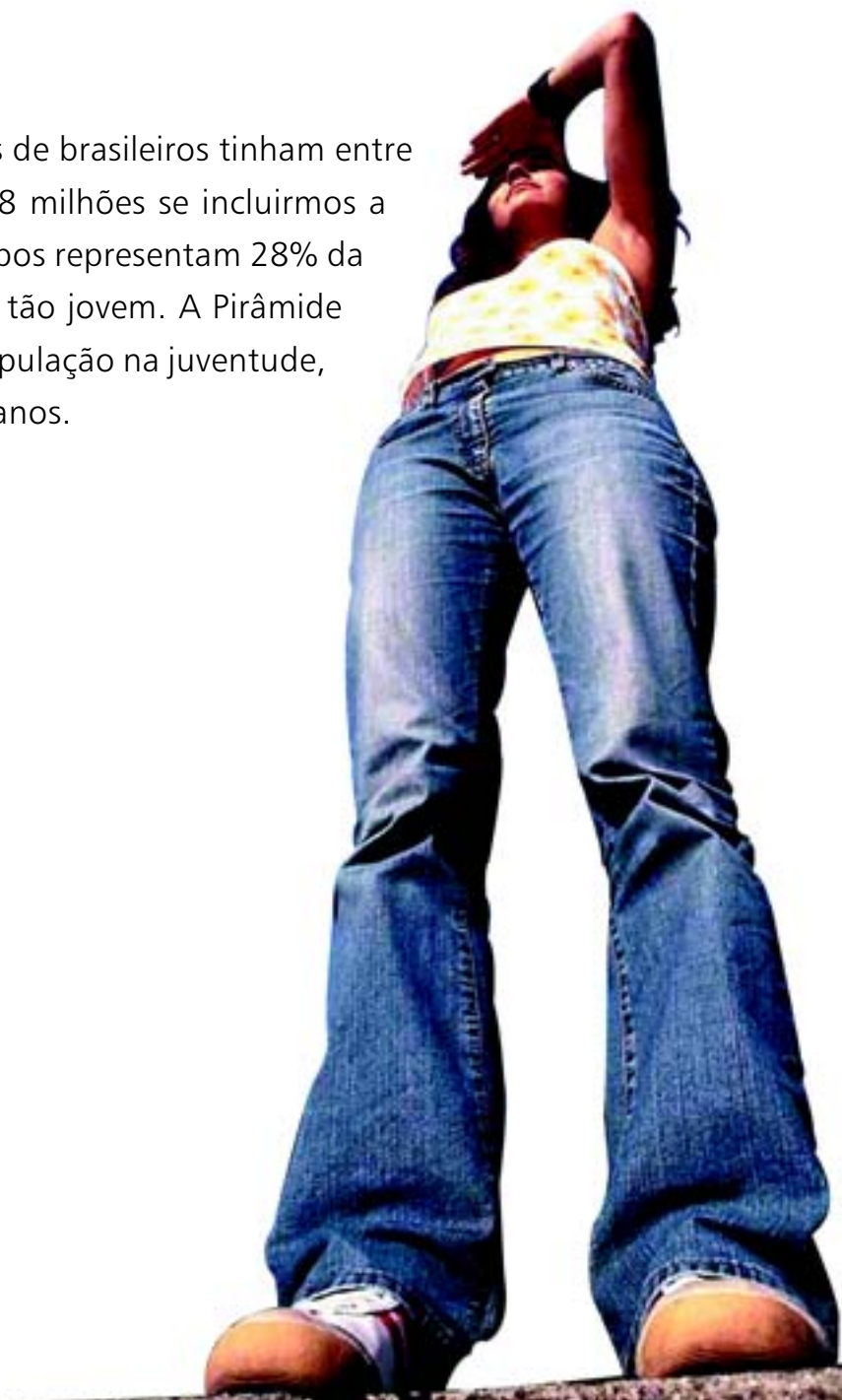
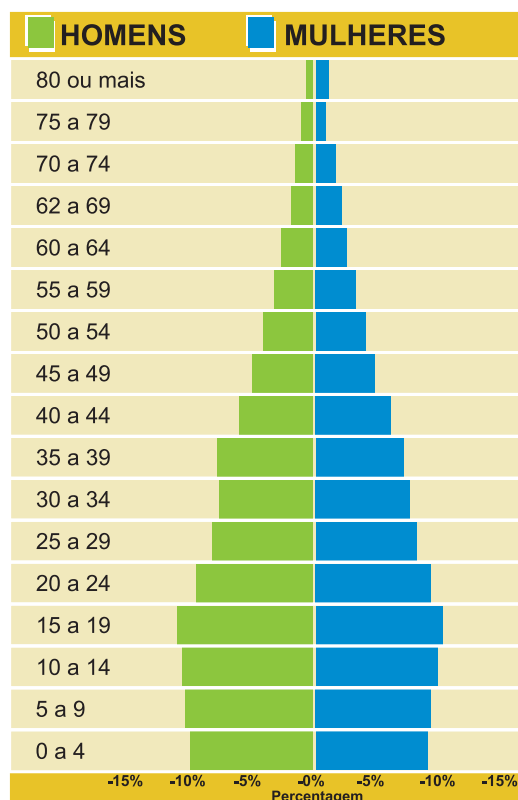
Os jovens e a nossa sociedade

Apresentamos a seguir alguns dados estatísticos e reflexões sobre esta fase da vida no Brasil, para que os educadores do Programa Eleitor do Futuro possam compreender melhor com quem vão interagir.

Quantos são?

No último censo (2000), 34 milhões de brasileiros tinham entre 15 e 24 anos, soma que chega a 47,8 milhões se incluirmos a faixa etária 25-29 anos. Esses dois grupos representam 28% da população do país. Nunca o Brasil foi tão jovem. A Pirâmide Etária mostra essa concentração da população na juventude, especialmente na faixa dos 15 aos 19 anos.

Pirâmide etária 2000





Na luta

Os jovens de 18 a 24 anos já estão na luta por postos no mercado de trabalho. À medida que avança a idade, o percentual de jovens que somente estuda diminui, aumentando os percentuais daqueles que trabalham e estudam ou somente trabalham. Na faixa etária de 10 a 15 anos, o percentual daqueles que somente estudam é de 85,5%, caindo para 54,4% na faixa de 16 e 17 anos, 27,6% entre 18 e 19 anos e, por fim, 10,5% na faixa de 20 a 24 anos (PNAD 2005).

O desemprego é um problema muito sério para os jovens. Entre 1995 e 2005, a taxa de desocupação na população economicamente ativa entre 18 a 24 anos cresceu 68%. Nesse período, a procura dos jovens por uma vaga no mercado de trabalho aumentou expressivamente.

A taxa de desocupação entre os jovens de 18 a 24 anos de idade atingiu 17,8% da População Economicamente Ativa, quase dobrando a média de todas as idades (9,3%). A desocupação é maior nas grandes capitais. Para driblar essa situação, os jovens das classes sociais favorecidas alongam a escolaridade, de modo a sair à procura de emprego mais tardiamente e com mais formação. Quem não tem essa possibilidade enfrenta precocemente o mercado de trabalho, que para muitos acaba sendo um verdadeiro “paredão” (IBGE, Indicadores Sociais 2006).

Um informe de 2005 da Organização Internacional do Trabalho não dá muitas esperanças nesse sentido. A OIT calcula que, dos 34 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, 3,5 milhões não encontram nem encontrarão no futuro possibilidades satisfatórias de emprego.

Taxa de desocupação

	Total	Entre 18 e 24 anos	Entre 25 e 49 anos
Ceará	7,8%	16,6%	6,2%
Região Metropolitana de Fortaleza	12,9%	26,2%	9,5%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005

População Economicamente Ativa (PEA)

Conjunto estatístico formado pelas pessoas empregadas e desempregadas à procura de trabalho.

Não são contados os inativos (pessoas que não buscam nem querem trabalhar), os incapacitados para o trabalho (inválidos e idosos) e os chamados “desalencados” (pessoas que há mais de um mês não buscam emprego). A exclusão desses últimos da População Economicamente Ativa é particularmente criticável, pois diminui artificialmente a taxa de desemprego (pessoas que há um mês não procuram trabalho são de fato consideradas como empregadas, mesmo que estejam “trabalhando” como flanelinhas ou pedindo esmola, por exemplo).

Mulheres jovens

Apesar de as mulheres possuírem mais tempo de escolaridade que os homens (no Ceará 26% dos homens acima de 15 anos são analfabetos, contra 19,4% das mulheres na mesma faixa etária, conforme o PNAD 2005), suas remunerações são menores. Quando terminam a escolarização, as mulheres jovens ficam sem acesso a emprego ou a continuidade dos estudos, em uma proporção muito maior (28,8%) que a dos homens (11,8%). Por outro lado, as mulheres gastam uma média de 25,2 horas semanais em afazeres domésticos, enquanto os homens gastam em média 10,3 horas. (SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*, São Paulo: Ação Educativa, 2003).

Semana mais longa, dinheiro mais curto

Os dados sobre rendimento dos jovens trabalhadores de 16 a 24 anos mostram que 41,1% percebia até 1 salário mínimo mensalmente. Nos estados do Nordeste, os percentuais superam 50%, mostrando as dificuldades que esses jovens enfrentam, em termos de renda. Nos mercados mais formalizados, como São Paulo e Santa Catarina, apenas 21,8% e 25,5%, respectivamente, recebiam o equivalente. Apesar de tão baixo rendimento, cerca de 70% destes jovens têm uma jornada superior a 40 horas semanais (IBGE, PNAD 2005).





Acesso ao mundo da cultura

As condições para os jovens terem acesso ao mundo da cultura são adversas. Entre os jovens com 15 a 24 anos, 54% declararam que nunca vão ao cinema e 76% nunca vão ao teatro. Shows parecem ser mais acessíveis aos jovens, uma vez que 71% declararam ir sempre, às vezes ou de vez em quando (pesquisa sobre o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional - Inaf, 2003). É fácil entender as causas: as cidades estão sem salas de exposições, cinemas, teatros, etc. Quando surgem opções culturais, elas são efêmeras (eventos). Quando existem equipamentos culturais, eles são bastante centralizados, afastando os jovens pela distância ou pelo custo do transporte. A relação dos jovens com o esporte não é diferente: 56,6% afirmaram para a pesquisa "Juventudes Brasileiras" (UNESCO, 2006) que não praticam nenhuma modalidade esportiva.

Violência

De todos os problemas que enfrenta a juventude, nenhum é mais brutal do que a violência. Em 13 anos, entre 1979 e 2002, morreram no Brasil 205.722 jovens vítimas de armas de fogo (UNESCO, 2004). Como comparação chocante, considere-se que nos 13 anos de guerra do Vietnã, entre 1962 e 1975, os norte-americanos tiveram 46.370 baixas.

De 1993 a 2002, o número de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos cresceu 88,6%. Com isso, a taxa de morte por homicídio entre eles dobrou a média nacional (UNESCO 2004). Segundo estatísticas de 2000, 70% dos adolescentes assassinados entre os 15 e 18 anos eram negros (Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde).



De cada 10 brasileiras com mais de 15 anos de idade, três já sofreram violência física extrema. Esse é o diagnóstico do relatório sobre violência contra a mulher elaborado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e divulgado em novembro de 2007. O trabalho "Basta! O Direito de Viver uma Vida sem Violência na América Latina e Caribe" mostra que os principais agressores são os parceiros das vítimas. Além da violência física, elas sofrem ainda com violência sexual, emocional e econômica. Isso ocorre em todas as classes sociais e graus de instrução.

Gravidez na adolescência

No Brasil, a primeira relação sexual acontece aos 17,4 anos, em média, ficando apenas atrás da Áustria, em uma perspectiva comparativa entre 26 países ("A Face Global do Sexo - Primeira relação sexual: uma oportunidade para toda a vida", Johns Hopkins University/Durex, 2007).

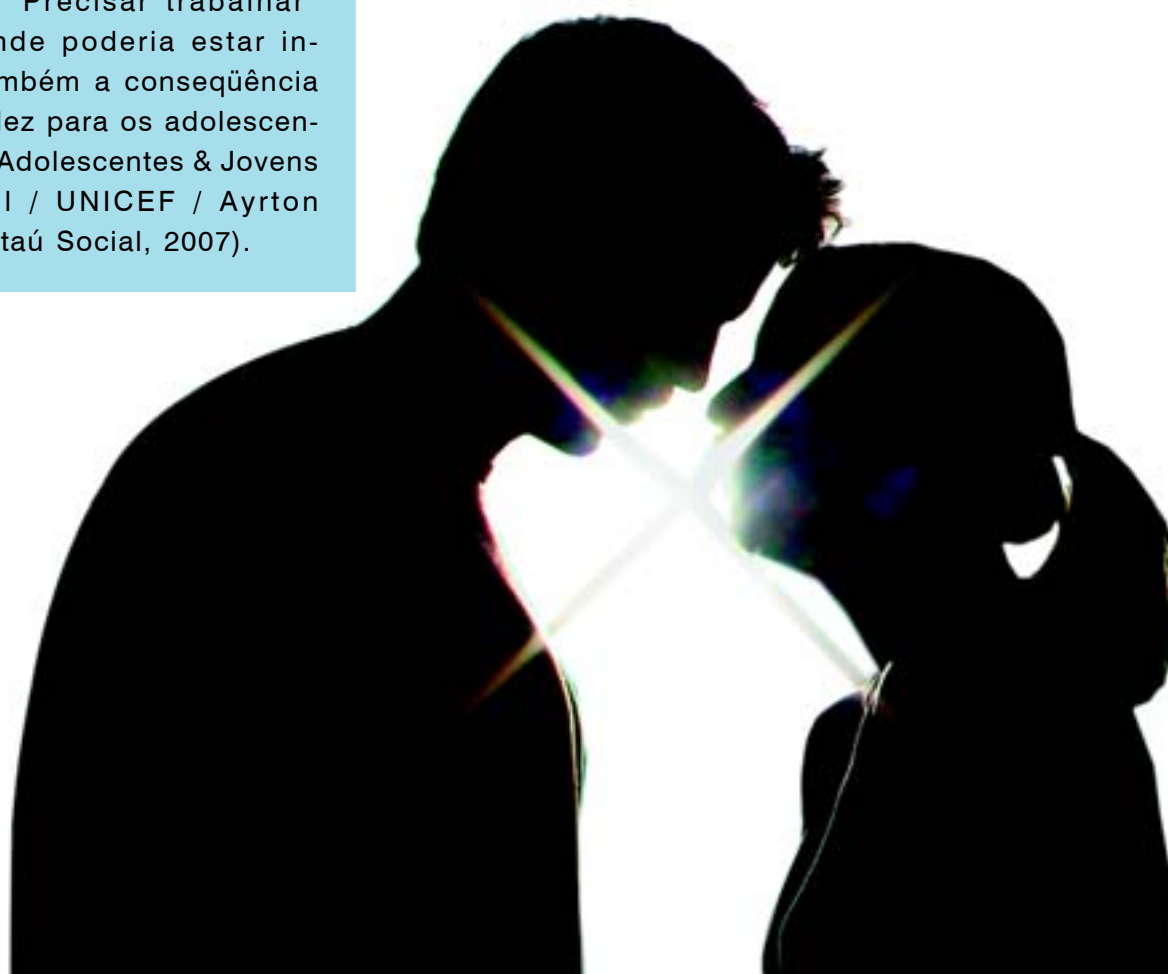
O início dos relacionamentos sexuais acontece mais cedo que no passado, como resultado da visão mais tolerante que existe na sociedade, num contexto cultural de valorização do corpo e dos sentidos.

No Brasil, há aproximadamente 5.200.000 mulheres entre 15 e 17 anos. Dessas, 375.000 já tiveram filhos. No Nordeste, a proporção é mais alta: 1.634.000 mulheres entre 15 e 17 anos e 150.000 com pelo menos um filho. Segundo o IBGE, em 2004, a proporção de meninas de 15 a 17 anos que já tiveram filhos nascidos vivos, que era de 6,8%, passou para 7,1%, em 2005. Segundo o IBGE, a proporção de meninas de 15 a 17

anos que já tiveram filhos nascidos vivos passou de 6,8%, em 2004, para 7,1%, em 2005. Foi a única faixa etária que teve seu índice de fecundidade ampliado. Na faixa de 18 a 24 anos, mesmo mantendo-se estáveis os índices de fecundidade, os números podem ajudar a traçar o perfil da juventude: das 12.000.000 jovens nessa idade, 4.300.000 já tiveram pelo menos 1 filho. (Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2006, a partir principalmente dos Dados do PNAD 2005).

Outra preocupação é o aborto. Uma pesquisa realizada junto a 5.000 jovens do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre apontou que 16,7% das adolescentes abortaram a primeira gestação; 15,5% desejaram provocar o aborto e 11,1% tentaram realizá-lo sem sucesso (GRAVAD, 2002). Os riscos provocados pela sexualidade não-segura se estende às Doenças Sexualmente Transmissíveis e à Aids.

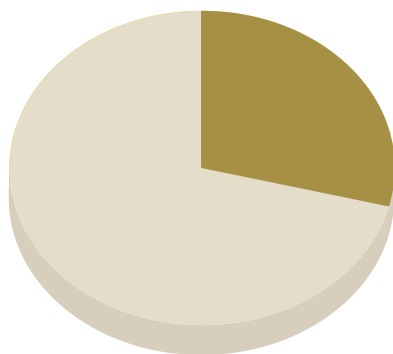
13% dos abandonos escolares entre 15 e 19 anos, os dois sexos incluídos, são provocados pela gravidez. O quesito só perde para “Precisar trabalhar” (24%) onde poderia estar incluída também a consequência da gravidez para os adolescentes pais (Adolescentes & Jovens no Brasil / UNICEF / Ayrton Senna / Itaú Social, 2007).



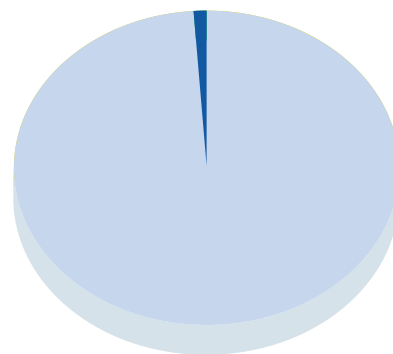
Os jovens e suas famílias

Qualquer que seja a condição social da criança, do adolescente ou do jovem, o apoio da família é fundamental para seu sucesso na vida. Essa afirmação aplica-se a todos os tipos de famílias que existem em nossa sociedade, onde o modelo tradicional (pai, mãe, filhos) convive com outras formas derivadas das separações de pessoas que voltam a se casar, juntando filhos e gerando meio-irmãos. Existem ainda as mães solteiras/viúvas/separadas chefes-de-família, as famílias nucleadas em torno de avôs e avós, e até lares constituídos por pessoas do mesmo sexo.

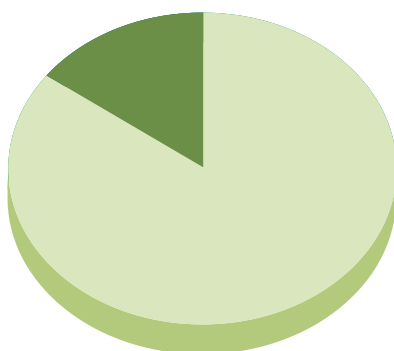
Como é a casa deste jovem? De onde ele vem? Qual é o perfil da sua família? Algumas informações ajudarão o educador a compreender melhor as pessoas com as quais irá interagir. Abaixo apresentamos informações sobre as residências urbanas do Ceará (percentual dos domicílios com os serviços indicados).



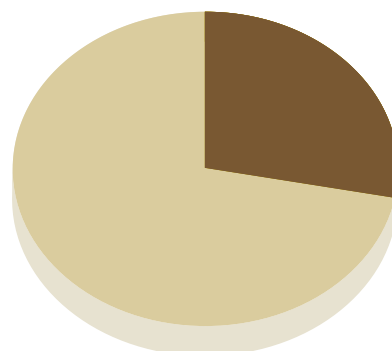
■ Telefone
28,8 %



■ Eletricidade
98,8 %



■ Ligados à uma rede de abastecimento de água
84,9 %



■ Ligados à uma rede coletora de esgoto ou fossa séptica
28,0 %

Famílias em mutação

No Ceará, há, em média, 3,8 pessoas por domicílio. Aquela família sertaneja tradicional, com quase uma dezena de filhos, é agora uma exceção (a redução da quantidade de filhos por mulher é, aliás, uma tendência mundial iniciada nos anos 60 e acelerada a partir da década de 80, particularmente acentuada nos países em desenvolvimento). Em 29,2% dos casos, uma mulher é responsável pela família; 80,8 % dentre elas não possuem cônjuge. Em 2005, os divórcios cresceram 7,4% em relação ao ano anterior. A maior parte dos casos em que essas dissoluções ocorreram de forma não consensual foi motivada por condutas de violação do casamento, como a prática da violência doméstica. Em 45% dos casos, a dissolução foi requerida pela mulher.



Em 1970, a mulher brasileira tinha, em média, 5,8 filhos. Trinta anos depois, esta média era de 2,3 filhos (Censo Demográfico 2000, Resultados Preliminares da Amostra, IBGE 2002).

Quem trabalha

No Ceará, 52,3% das mulheres são economicamente ativas (índice quase idêntico à média nacional: 52,9%). Ainda se espera que cuidem das tarefas relacionadas aos filhos e à família, mesmo quando trabalham fora de casa. A população economicamente ativa entre os homens cearenses é bem superior a das mulheres: 73,1% (índice também parecido com a média brasileira: 73,6%).

A relação dessas pessoas com o mundo do trabalho é bastante precária: 72,2 % dos trabalhadores do Ceará estão na informalidade, considerando-se como divisor entre formais e informais a contribuição à previdência. Observa-se a discrepância regional: a participação na economia informal (sem contribuição à previdência) diminui para 52,4% quando aferimos a média nacional. Em São Paulo, o número de pessoas na informalidade cai ainda mais: 36,3%.

Com quanto se vive

O IBGE (PNAD 2005) observou que, no Nordeste, 3,9% das pessoas vivem ou sobrevivem sem nenhum rendimento. Um entre cada cinco cearenses tem renda familiar *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; o equivalente a R\$ 3,16 por dia, para atender a necessidades que vão da alimentação à saúde, do vestuário à moradia, da educação ao transporte. A pesquisa revela que 24,7% dos cearenses possuem uma renda familiar *per capita* de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ de salário mínimo. Ou seja, passam o dia com R\$ 6,30. Os que vivem com importância entre meio salário e um salário (R\$9,50 por dia) são 27,6% da população.

	Total (1)	Até $\frac{1}{4}$	Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$	Mais de $\frac{1}{2}$ até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	183.779.667	9,8	19,6	26,5	21,0	7,2	5,4	4,6
Norte	14.683.791	13,5	27,4	27,6	15,7	4,1	3,2	2,0
Nordeste	50.906.364	22,2	28,2	24,4	11,2	2,9	2,3	1,9
Sudeste	78.302.829	3,8	14,6	27,0	26,0	9,4	6,9	6,2
Sul	26.904.144	3,9	13,9	26,6	28,0	10,4	7,6	5,6
Centro oeste	12.982.539	4,8	19,1	30,0	21,2	7,4	5,9	6,0
Ceará	8.075.796	23,5	26,9	24,7	10,7	2,5	2,3	2,0
Região Metropolitana de Fortaleza	3.332.474	11,9	25,0	28,0	15,9	4,0	4,1	3,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005
(1) inclusive as famílias sem declaração de rendimento e sem rendimento

Redes solidárias

Como tantas pessoas sobrevivem em condições miseráveis? Uma das explicações está na existência de redes sociais de apoio às famílias compostas por relações como pai-mãe, irmão-irmão, genitores-filhos, vizinho-vizinho. Estes relacionamentos geram apoio psicológico e ajuda financeira e material. Tal ajuda se destaca como um dos fatores responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar.



O quanto se estudou

Qual o perfil educacional das famílias dos jovens que o educador político encontrará? No Ceará, o analfabetismo é alto: 22,6% da população acima de 15 anos é analfabeta; 28% das pessoas acima de 25 anos não sabem ler nem escrever. Um terço dos seus pais se enquadram neste perfil. Aos 16 anos, a maioria dos jovens em geral já estudou um ano a mais que seus pais ao longo de toda sua vida (de 4 a 5 anos), ou vários anos a mais que seus avós (os quais estudaram, em média entre 2 e 3 anos).

Salvadores ou problemáticos?

A sociedade contemporânea coloca a juventude em posição de destaque, apresentando-a de forma invejável na publicidade e na mídia em geral; a idéia passada é que as pessoas dessa idade são mais vibrantes, animadas, ousadas, espontâneas, bonitas, atraentes.

Por outro lado, contraditoriamente, acredita-se que o jovem é imaturo, demasiadamente rebelde, impulsivo. Ou seja, que ele é aquela pessoa que ainda não está pronta, que não pode assumir responsabilidades como profissional ou como cidadão. Esta forma caricaturizada de ver os jovens dificulta diálogos e promove separações.



O julgamento da sociedade:

- “Jovens são o motor da mudança social”. É uma idealização que diminui as responsabilidades de toda a sociedade com a transformação, não percebe que as responsabilidades que cabem aos jovens devem ser específicas.
- “Juventude é problemática”. Tal idéia nasce do fato de os jovens serem as vítimas mais freqüentes de diversos problemas sociais (violência, desemprego, má qualidade da educação etc.).

Elemento suspeito?

Preconceito gera desconfiança. Desconfiança gera situações de injustiça. O caldo cultural dominante de classismo, machismo, racismo e homofobia gera situações de riscos físicos e mentais. Para agravar, a imagem do jovem é associada com estereótipos de delinqüência e/ou rebeldia. Policiais freqüentemente incorporam essa visão, transformando os jovens em suspeitos e sujeitos a abordagens muitas vezes violentas, conhecidas como *baculejo*.

Pesquisa realizada em 2003 na cidade do Rio de Janeiro mostrou que metade dos jovens de 15 a 24 anos já tinha sido parada ou revistada pela polícia na rua (só 25% para as pessoas com mais de 40 anos). 55% dos que se auto-declararam "pretos" foram revistados, em contraste com 32,6% dos que se auto-declararam "brancos" (Fonte: Ramos e Musumeci. "Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro", CESC, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2003). Os dados são do Rio de Janeiro, mas um pouco de conversa e qualquer jovem com aparência de pobre falará dos perigos e danos decorrentes desta estigmatização da juventude na abordagem policial também no Ceará.

O Código de Processo Penal (art. 240 e §2º) autoriza a busca pessoal quando houver - e somente quando houver - fundada suspeita de que a pessoa oculte consigo coisa obtida por meio criminoso ou de porte proibido ou de interesse probatório.

Uso abusivo de drogas?

A imagem que fazemos dos jovens é, muitas vezes, construída a partir do preconceito e das falsas abordagens da mídia. Tomando como exemplo o tema do uso de drogas na juventude, tendemos, imediatamente, a imaginar situações de consumo massivo. Porém, uma pesquisa realizada em 2001, nas 107 maiores cidades brasileiras, evidenciou uma realidade bastante diferente, com índices de consumo bem abaixo de países como Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca. Na faixa de 12 a 17 anos, apenas 3,5% dos adolescentes declararam ter usado maconha; entre 18 e 24 anos o percentual foi de 9,9%. O consumo de cocaína é muito menos freqüente: entre os adolescentes de 12 a 17 anos, apenas 0,5% confirmaram o uso; entre os jovens de 18 a 24, 3,2%. (CARLINI, E. et al. "Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil", São Paulo: Cebrid/Unifesp/Senad, 2001).

Jovens anti-sociáveis?

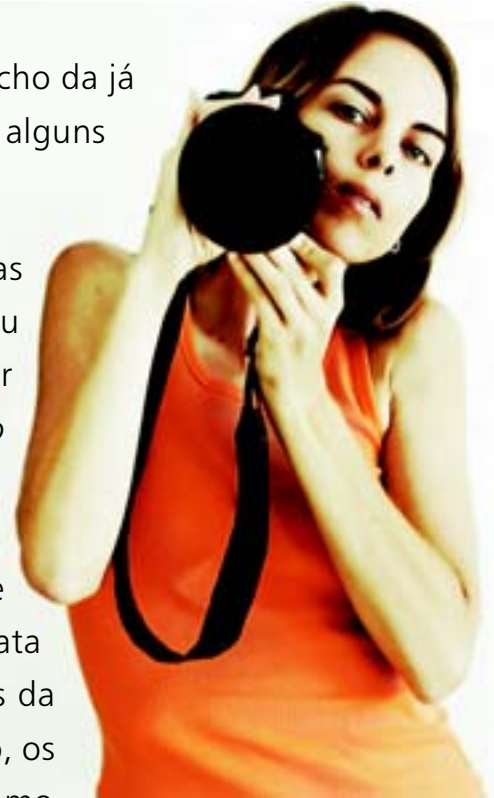
O mesmo jovem que, freqüentemente, vê sua imagem ligada à criminalidade é um jovem extremamente associativo. A pesquisa da Fundação Perseu Abramo com os jovens de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Distrito Federal constatou que 22% deles têm algum tipo de participação em grupos próximos ao local onde moram, sendo preferidos os grupos religiosos, seguidos pelos grupos musicais. Tais interações permitem o desenvolvimento da autoestima e de processos produtivos que, muitas vezes, se traduzem em formas coletivas de ação e de solidariedade em meio a situações de sociabilidades fragmentadas e desagregadoras ("Juventude, cultura e cidadania", São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Núcleo de Opinião Pública, 2000).



Olhares sobre participação

Como a juventude se situa no campo da política? Um trecho da já citada pesquisa da Fundação Perseu Abramo fornece-nos alguns indícios para encontrarmos a resposta:

“não há [entre os jovens] uma adesão irrestrita às formas tradicionais de participação, mas também não há nenhum grau absoluto de desinteresse. (...) A crítica à política parece estar mais radicada nos atores do que no processo político *stricto sensu*. No entanto, os temas sociais sempre apareceram com muita frequência no campo de interesses dos jovens, particularmente o desemprego, a educação, o racismo, a cultura e as questões ligadas ao meio ambiente. (...) Também se constata a migração dos jovens para uma participação social através da cultura: as bandas, as rodas de capoeira, os grupos de teatro, os times possuem hoje uma capacidade de atração maior que o movimento estudantil, por exemplo.” Fica também um alerta: “As formas tradicionais de participação no sistema escolar – como o movimento estudantil – são muito pouco mobilizadoras, pois apenas 4% dos que estudavam participavam ativamente de agremiações estudantis”. (SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*, São Paulo: Ação Educativa, 2003).



Os jovens e a religiosidade

A religião católica é a que conta com um maior número de adeptos entre os jovens (54,9%). As religiões evangélicas ou protestantes contam com 21,4%, enquanto 2,8% aderem ao espiritismo. Saliente-se, ainda, que 14,3% dos jovens acreditam em Deus, mas não possuem religião, e que 2% não acreditam em Deus. É importante perceber a dimensão que esse campo simbólico e espiritual tem no cotidiano dos jovens: dos 28,1% dos jovens que declararam participar de algum grupo, 42,5% apontam que fazem parte de grupos religiosos (Fonte: “Juventude Brasileira e Democracia”, Polis/Ibase, 2004).

O sistema educacional brasileiro

O educador do Programa Eleitor do Futuro terá melhores condições de realizar seu trabalho se compreender o sistema educacional brasileiro no qual se insere a escola que visita. O ponto de partida para esse entendimento está na Constituição Federal, que proclama a educação como um direito de todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), é um importante documento para qualquer pessoa envolvida com as escolas. É a terceira lei desse tipo (as anteriores foram de 1961 e 1971). Suas principais características são:

- gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das escolas;
- ensino fundamental obrigatório e gratuito;
- carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica;
- a União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público;
- financiamento público para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 205 da Constituição Federal).

1549

15 dias após chegarem ao Brasil, os Jesuítas, chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega, fundam em Salvador a primeira escola elementar. Começa a educação "à européia", que é ao mesmo tempo uma aculturação.

1759

O Marquês de Pombal expulsa os Jesuítas. Em pouco tempo a educação no Brasil reduz-se a praticamente nada.



1808

A Corte Portuguesa se muda para o Rio de Janeiro. D. João VI abre Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Nada muda na educação do povo, mas os brasileiros, até então isolados, tomam consciência do mundo, da civilização e da cultura.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases , classifica da seguinte maneira as instituições de ensino:



Educação básica:

● Educação infantil

É oferecida em creches (ou instituições equivalentes), às crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, às crianças de 4 a 6 anos de idade.

● Ensino fundamental

O ensino fundamental, com duração mínima de 8 anos, é obrigatório. Ele é de responsabilidade do Município e do Estado. Os municípios têm até 2010 para implantar o ensino fundamental de 9 anos. É uma fase idealizada para indivíduos de 7 a 14 anos de idade (que passará de 6 a 14, com a mudança mencionada).

● Ensino médio

O ensino médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de 3 anos. As escolas públicas deste nível são de competência dos governos estaduais e, menos freqüentemente, do Governo Federal.

1824

O Império inscreve, na Constituição de 1824, a declaração de que a "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos". Pouco se avança, porém, apesar da criação da primeira Escola Normal, em Niterói e do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

1889



Com a República inicia-se uma série de reformas na educação (7 grandes reformas entre 1890 e 1946).

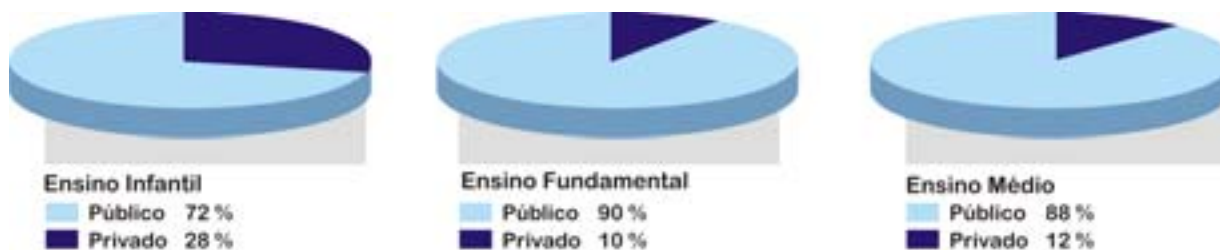
1930

É criado o Ministério da Educação



O presidente Getúlio Vargas e outros, por ocasião da solenidade de inauguração do prédio do Ministério da Educação e Saúde, 1945. Rio de Janeiro.

Distribuição dos alunos em escolas públicas e particulares na Educação Básica



Fonte: MEC/INEP / 2006

Educação superior:

● Cursos de graduação

Abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; os cursos duram de 4 a 6 anos.

● Cursos de pós-graduação

Programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a graduados.

● Cursos de extensão

Não conferem direito à diploma. Pode se ingressar mesmo sem ter concluído o ensino médio.

● Cursos seqüenciais

Formações em "campos do saber" específicos dentro de determinadas "áreas de conhecimento" (exemplo: na área de computação, um Curso Seqüencial sobre Redes). Não têm caráter de graduação, embora dêem direito à diploma ou certificado.

1934

A Constituição de 1934 declara, pela primeira vez, a educação como um direito de todos.



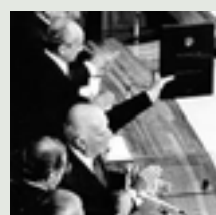
1961

Depois de 13 anos de acirradas discussões, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que terá novas versões em 1971 e 1996.

1988

A Constituição vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação.

Ulysses Guimarães exhibe a Carta Constitucional, promulgada em outubro de 1988.



Modalidades particulares:

● Educação de Jovens e Adultos

Voltada para pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. Traduz-se na oferta de cursos e exames supletivos, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

● Educação Especial

Para pessoas com necessidades específicas, deve ser oferecido a partir da educação infantil. A prioridade é pela integração com os demais alunos: o atendimento educacional só é feito em classes, escolas ou serviços especializados, quando, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua participação nas classes comuns de ensino regular.

● Educação Profissional

É uma modalidade complementar, que tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade e a habilitação nos níveis médio e superior (embora a LDB não o explicita, a educação profissional é tratada como um subsistema de ensino).



1994

A União recebeu autorização do Congresso para reter 20% de sua participação. Por conta disso, estima-se que R\$ 43,5 bilhões deixaram de ir para o ensino público entre 1998 e 2007. (Fonte: Movimento Todos pela Educação)

1996

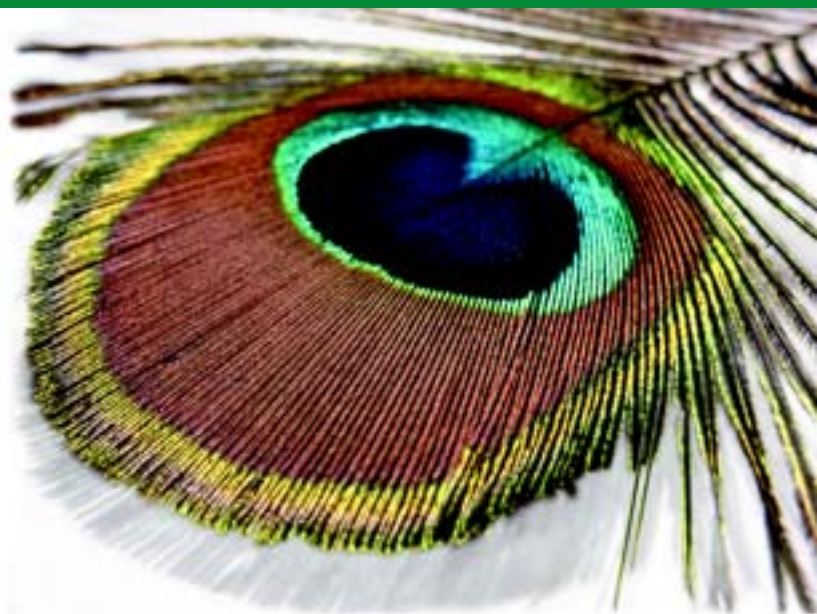
É criado o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação), que obrigou a investir 60% dos recursos constitucionais para a educação no ensino fundamental.

2007

Depois de muita luta dos secretários de educação e organizações sociais, o FUNDEF é substituído pelo FUNDEB, que financia toda a educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Educação Escolar Indígena

O Brasil hoje reconhece a diversidade sociocultural indígena, que se expressa pela presença de mais de 220 povos distintos, habitando centenas de aldeias localizadas em praticamente todos os estados (com concentração na região da Amazônia Legal, onde mora 60% da população indígena).



A educação escolar indígena tem os seguintes objetivos:

- fortalecer as práticas sócio culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Escolas indígenas do Ceará

Municípios	Povo	Nº de escolas	Nº de alunos	Nº de professores
Aquiraz	Jenipapo-Canindé	1	59	4
Aratuba	Canindé	2	39	2
Caucaia	Tapeba	5	370	15
Crateús	Kolabaça	5	229	10
Itarema	Tremembé	8	176	22
Maracanaú	Pitaguari	1	-	-
M. Tabosa	Potiguara	2	115	7
Poranga	Kolabaça/Cariri	1	60	2
Total	-	25	1.048	62

Fonte: SEDUC – Ceará 2007

Ciclos e séries

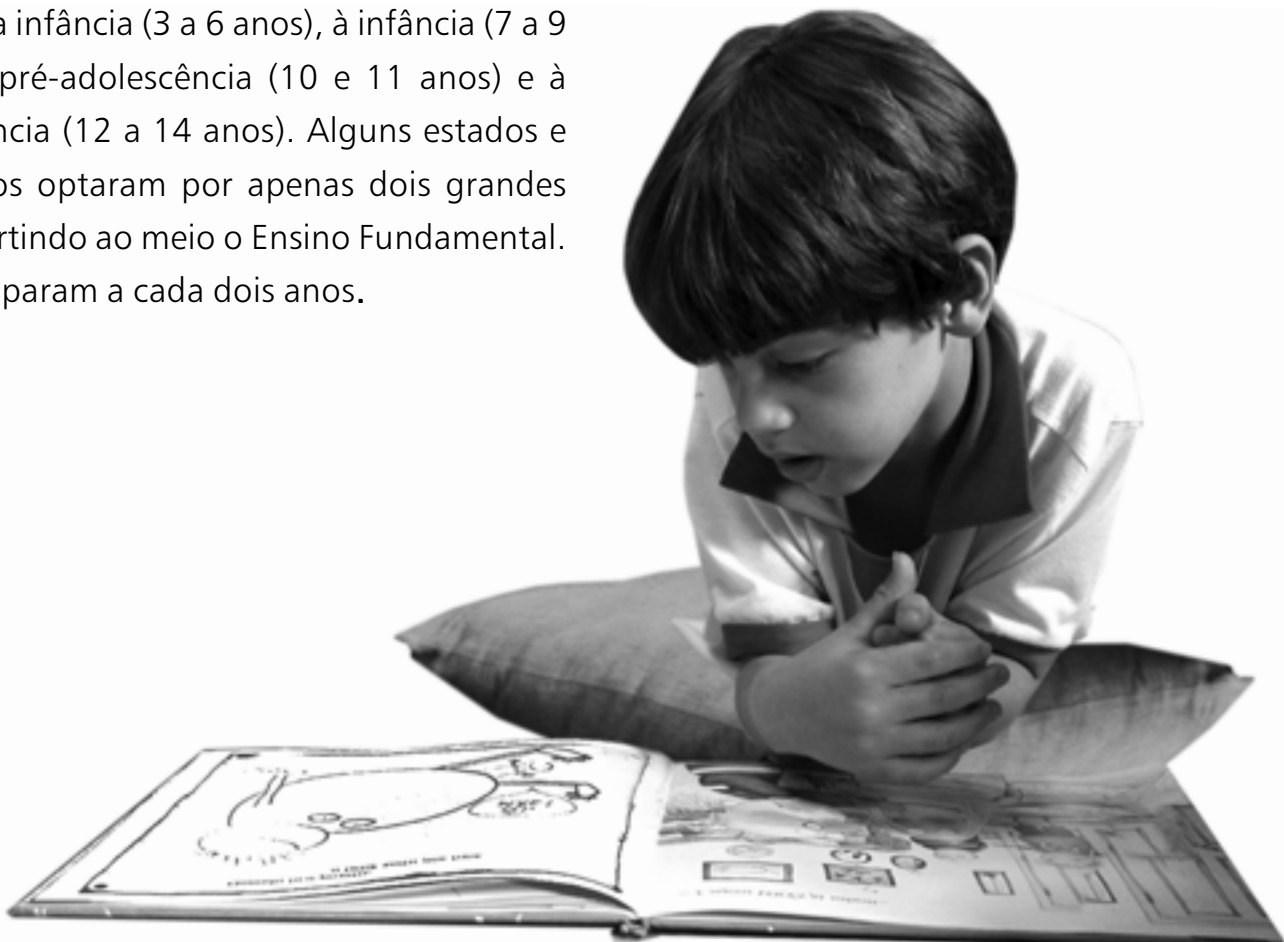
A educação tradicional é organizada em séries (é a chamada seriação). A LDB abriu a possibilidade de estados e municípios organizarem seus sistemas de ensino de forma autônoma.

Uma proposta inovadora organiza a escola em ciclos, considerando que cada fase de crescimento do aluno possui características próprias e que cada criança tem um ritmo próprio de aprendizagem. Assim, a aprendizagem se organiza por ciclos, dentro dos quais não há repetência, justamente para respeitar essa diferença nos ritmos de aprendizagem.

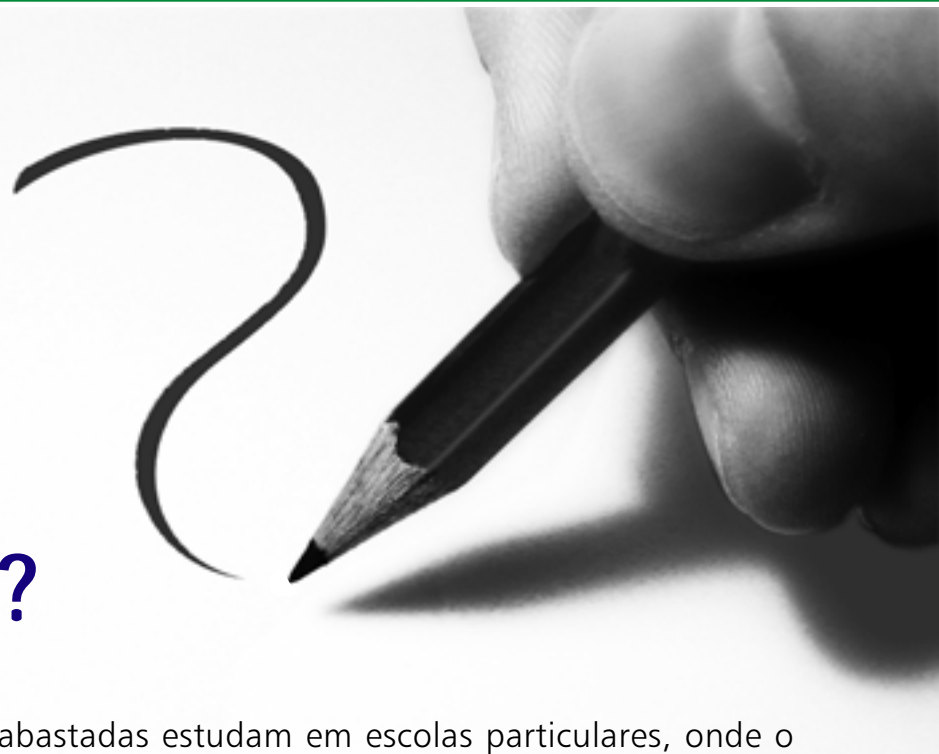
Os ciclos organizam o tempo escolar de acordo com as fases de crescimento do ser humano. Eles podem ser divididos em etapas referentes à primeira infância (3 a 6 anos), à infância (7 a 9 anos), à pré-adolescência (10 e 11 anos) e à adolescência (12 a 14 anos). Alguns estados e municípios optaram por apenas dois grandes ciclos, partindo ao meio o Ensino Fundamental. Outros separam a cada dois anos.

QUEM FAZ O QUÊ?

Cabe aos municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental. É permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. O ensino médio é de responsabilidade dos governos estaduais.



Fazer mais com menos?



Adolescentes de famílias mais abastadas estudam em escolas particulares, onde o investimento por aluno é muito superior ao realizado nas escolas públicas. Com menos recursos, a educação pública tem dificuldades para dar formação adequada às crianças, adolescentes e jovens das famílias mais pobres. Daí a concorrência desigual na hora da saída para o mercado de trabalho ou do ingresso nas universidades.

O Brasil investe atualmente em torno de 4,2% do PIB – o conjunto da riqueza gerada nacionalmente – na educação pública, enquanto que um estudo do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação/MEC estimou, em 2001 que o investimento deveria ser de 8%. É muito dinheiro que falta todos os anos à educação. Segundo o Movimento Todos pela Educação, entre 1998 e 2007, R\$ 43,5 bilhões deixaram de ir para o ensino público por conta da retenção de 20% da quota constitucional da União para a educação, autorizada pelo Congresso (MTE, Agência de Notícias, 30 agosto 2007).

Confirmando essa informação, o relatório “Olhares sobre a educação – 2007”, da OCDE, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, revela que o Brasil ocupa o 34º lugar em gastos com educação. O valor anual gasto com educação no Brasil é de menos de 1.500 dólares anuais por estudante, se considerarmos a média do que se gasta com ensino fundamental, médio e superior (esse último levando a fatia do leão) em nosso país. Para se ter uma idéia das diferenças, os Estados Unidos gastam com educação cerca de 12.000 dólares anuais por aluno. O Brasil investe US\$ 870 *per capita* por ano, em média, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, metade do investimento realizado pelo México e quase cinco vezes menos que o da Coréia do Sul.

Custo-aluno-qualidade

Atualmente o financiamento da educação pública parte do recurso disponível, que é de 25% da arrecadação pelos governos, menos um abatimento de 20% da parcela do governo federal. É essa disponibilidade que vai determinar o que se gasta em educação.

Muito diferente é o conceito Custo-aluno-qualidade, previsto na Lei de Diretrizes e Bases, na Constituição de 1988 e na lei que criou o Fundef (Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro 1996) e o Fundeb (Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007), mas ainda não aplicado. A idéia do Custo-aluno-qualidade é determinar quanto custa atender um aluno para que ele tenha um ensino de qualidade e, a partir desse cálculo, fazer as previsões orçamentárias. Exatamente o contrário do que ocorre atualmente.

Com certa frequência aparece alguém para afirmar que “educação não é problema de dinheiro”. Essa é uma idéia completamente errada.

Um exemplo do que a injeção de recursos na educação pode fazer está no município de Aiuaba. Na avaliação de estudantes Prova Brasil, promovida em 2006 pelo Governo Federal, essa cidade de 15.200 habitantes teve os melhores resultados entre os 184 municípios do Ceará. O investimento na educação de 5% de recursos a mais do que o exigido pela lei permitiu realizar propostas como ter dois professores em sala de aula ou qualificar professores com cursos superiores.

Avaliar para melhorar

O instrumento atualmente utilizado para avaliar a qualidade das escolas é o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Em sua formulação, ele combina os dados de repetência e evasão com o desempenho dos alunos no exame Prova Brasil, que avalia habilidades básicas em Português e Matemática e acontece ao final de cada etapa de ensino, 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio. Quanto menos tempo os alunos de uma escola levam para completar a etapa e quanto mais altas são as notas na Prova Brasil, melhor será o IDEB dessa escola.



A escala do IDEB vai de zero a dez. Os resultados da primeira aplicação nos trazem um retrato da escola brasileira. Tomando como referência o ano de 2005, no Brasil as médias foram de 3,8 para o 5º ano, 3,5 para o 9º ano e 3,4 no final do ensino médio. No Ceará as médias são ainda piores: 3,2 para o 5º ano do ensino fundamental; 2,8 para o 9º ano e 3 para o ensino médio. Fortaleza também fez feio, com uma média de 3,2 na 1ª fase do ensino fundamental e de apenas 2,5 na 2ª fase (Fonte: Portal do MEC/ IDEB).

Dívida educacional

A esses dados, nada satisfatórios, devem adicionar-se outros para completar o retrato da educação no Brasil.

- Uma em cada 10 pessoas (uma em cada cinco no Nordeste) é analfabeta absoluta, não conseguindo ler nem escrever um recado.
- 35% dos nordestinos têm menos de 4 anos de escolaridade (22% no Brasil). São considerados analfabetos funcionais.
- No Ceará, 20% das pessoas entre 15 e 17 anos estão fora do sistema educacional, assim como 70% dos que têm entre 18 e 24 anos.
- Em 2005, 13% dos alunos foram reprovados e 7,5% abandonaram a escola no Brasil. No Nordeste foram 16,3% e 12,3%, respectivamente(*).
- No Ceará, 41,7% dos alunos do último ano do ensino fundamental estão fora da idade correspondente, isto é, estão atrasados no percurso educacional.

(PNAD 2005 salvo * MEC/Inep, Censo Escola 2006).



Esses indicadores são uma amostra da dívida educacional do estado brasileiro com a população, particularmente com as classes sociais mais carentes. Um gigantesco passivo que marca negativamente a história de vida de milhões de pessoas.

Melhorando devagar

Apesar das dificuldades e do tamanho da dívida educacional, as coisas vêm se alterando para melhor nos últimos 10 anos. Os jovens de 15 a 17 anos, por exemplo, estão indo mais à escola. O percentual de jovens fora da escola nessa faixa etária, que era de 30,5% em 1996, caiu para 17,5% em 2006 (no Nordeste, passou de 34,4% para 20,4%). A melhoria vale também para a redução do analfabetismo. A proporção de analfabetos absolutos caiu de 27,3% para 18,9% entre os dois anos citados. Outra forma de observar esta melhoria quantitativa está no número de pessoas com 11 ou mais anos de estudos, que passou de 16,2% para 29,2% entre 1996 e 2006.

A defasagem idade-série resulta de diversas situações, como a dificuldade de a escola ensinar (repetência) e o trabalho infanto-juvenil, entre outros.

Representa um grave problema, porque leva à configuração de turmas onde se juntam crianças e adolescentes em estágios de maturidade psicológica diferenciada. Os professores se encontram na necessidade de compatibilizar ritmos de aprendizagens e experiências excessivamente diversas.

Plano de Desenvolvimento da Educação

O PDE é uma iniciativa do Ministério da Educação que articula ações próprias, de outros ministérios, secretarias estaduais e municipais de educação e também da sociedade civil. Ele é construído a partir da definição de metas de melhoria do IDEB para cada rede escolar.

O Plano de Desenvolvimento da Educação vai dar financiamentos adicionais para os aproximadamente mil municípios em pior situação educacional. Especialistas do MEC recomendam ações como o acompanhamento individual das crianças, atividades de cultura e esporte no contraturno escolar, participação da comunidade nos conselhos de cada escola e criação de conselhos municipais de educação.

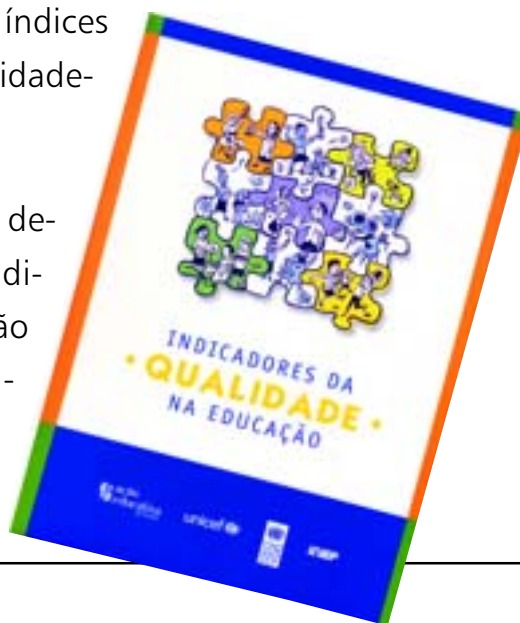


PARA CONHECER MELHOR A ESCOLA

Se você deseja conhecer melhor a escola na qual vai trabalhar, converse com um professor ou com um aluno prestando atenção a estes Indicadores de Qualidade na Educação.

- 1. Ambiente educativo** – o respeito, a solidariedade, a disciplina na escola;
- 2. Prática pedagógica** – a proposta pedagógica da escola, o planejamento, a autonomia dos professores e o trabalho em grupo de professores e de alunos;
- 3. Avaliação** – para além das provas e das formas tradicionais de avaliação: processos de auto-avaliação, por participação dos alunos em projetos especiais, etc.;
- 4. Gestão escolar democrática** – o compartilhamento de decisões e informações com professores, funcionários, pais e alunos, a participação dos conselhos escolares;
- 5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola** – habilitação dos professores, formação continuada, estabilidade da equipe escolar;
- 6. Ambiente físico escolar** – materiais didáticos, instalações, existência de bibliotecas e espaços para a prática de esportes, condições das salas de aula;
- 7. Acesso, sucesso e permanência na escola** – índices de falta, abandono e evasão escolar, defasagem idade-série.

Os Indicadores de Qualidade na Educação foram desenvolvidos por um grupo técnico formado por diversas instituições, sob coordenação da ONG Ação Educativa, Unicef, PNUD e INEP/Ministério da Educação.



Os jovens e a escola

Os alunos estudam mais anos que seus pais; estes, por sua vez, estudaram mais do que seus avós. Mesmo que as histórias familiares mais comuns sejam de abandono de estudos, de dificuldades, os jovens continuam valorizando a educação, embora de uma maneira cheia de contradições.



Por um lado, a escola é lugar de encontro, de sonhos, de descobrimento de novas perspectivas, mas também é lugar de tensões, de decepções, de esforços nem sempre bem sucedidos e até de violência. O jovem observará muitas coisas do mundo, da família, da escola, dos amigos e da própria personalidade para avaliar os riscos, os desgastes, os ganhos e as oportunidades que a escola lhe traz. Vale ou não a pena a escola? Quando largar? Saio e depois volto? Arranjo um emprego para pagar uma escola melhor? Os esforços que faço não são excessivos para os benefícios que terei? São perguntas que milhões de jovens se fazem. As respostas consideram aspectos conflitantes, como as necessidades do mercado de trabalho cada vez mais exigente, a vontade dos pais que querem um futuro melhor para os filhos, o desemprego, a qualidade do ensino, a experiência de amigos.

A escola de cada um

Que sentido tem a escola na vida dos jovens? Pesquisas mostram que os alunos têm diferentes experiências e percepções, que podem ser classificadas para formar três grandes grupos. Trata-se de uma tipologia instigante, que permite perceber maneiras bem diferentes de encarar a escola:

- Grupo dos alunos que se realizam na escola. Vivem com as amizades que fazem e com os estudos. As perspectivas de vida dessas pessoas passam pela escola.
- Grupo de alunos que se realizam paralelamente à escola. São alunos desanimados com as atividades escolares e que preferem jogar seus esforços em trabalhos e iniciativas extra-escolares.
- Grupo de alunos posicionados contra a escola. Indivíduos que tiveram experiências negativas, que não são bem considerados pelo sistema escolar. Dão respostas violentas ao que sentem como violência. (“Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres”, Geraldo Magela Pereira Leão, Educação e Pesquisa, São Paulo, Jan/Abril 2006, vol.32, nº 1).

A gente não quer só escola...

A Educação é tida como a solução para uma infinidade de problemas sociais. Talvez como fruto dessa visão, a escola é a única política pública universal dirigida aos jovens. Em contrapartida, os jovens apresentam demandas muito fortes de acesso a oportunidades na área da cultura e do trabalho; não querem ser vistos apenas como indivíduos que se preparam para a vida adulta, colocada no futuro, mas como pessoas que querem aproveitar as possibilidades da vida hoje.

Violência na escola

Como não poderia deixar de acontecer, a violência afeta também as escolas, já que elas não são ilhas isoladas da realidade. Uma pesquisa realizada a partir dos depoimentos de jovens e educadores de escolas públicas e privadas das cidades de Iguatu (CE), Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP), entre 2000 e 2002, revelou que alunos e professores das escolas públicas convivem com conflitos graves, sobretudo quando estão localizadas em bairros onde os eventos violentos são mais frequentes; “...as raízes da violência na escola encontram-se na violência no bairro, na família e em condições estruturais como a pobreza e privação (...) a violência vivida e testemunhada fora da escola tem impacto direto e indireto sobre a vida escolar: afeta o desempenho dos estudantes, as relações entre os alunos e dos alunos com os professores e contribui para ampliar a violência social” (“Violência na escola: identificando pistas para a Prevenção”, Kathie Njaine e Cecília Minayo, Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.7, nº13, 2003).

Bullying

“Bullying” é um termo em inglês, sem tradução para o português, para designar as agressões verbais ou físicas, repetidas e gratuitas, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s). As vítimas são crianças e adolescentes que têm alguma “diferença” que chama a atenção dos agressores. O *bullying* é uma forma radical de intolerância que tem causas variadas e complexas. A violência no ambiente doméstico é um fator muito relevante, pois a maior parte dos agressores são vitimizados em casa. O espelhamento dos valores sociais também se soma. No campo psicológico, a diminuição do outro é utilizada como forma de autovalorização e conquista de confiança.

O *bullying* questiona a escola na sua essência. Que tipo de cidadãos e cidadãs ela é capaz de formar? Ele questiona também todos os estudantes, já que o *bullying* tem muitas testemunhas que se calam ou até participam ocasionalmente para “tirar uma casquinha”. Que cidadania é essa?



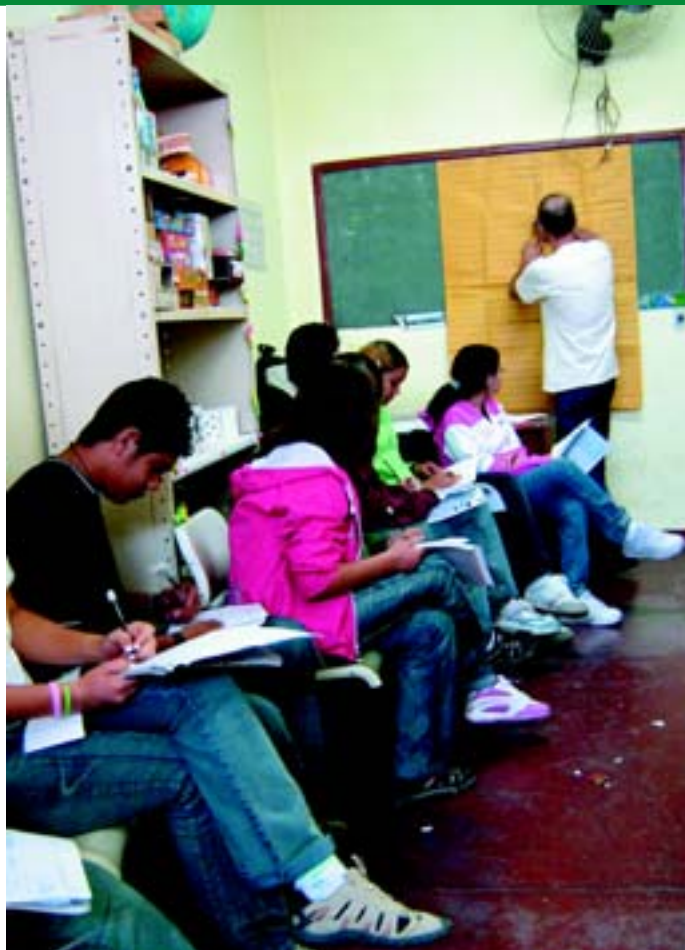
Por causa da violência física ou simbólica, as questões disciplinares podem se tornar agenda prioritária da escola, em detrimento dos temas educativos. Uma imagem típica é a do diretor transformado em uma caricatura de policial e juiz. Para os professores a situação não é mais fácil. Em geral, eles tentam remediar sua impotência com iniciativas de diálogo ou com apelos à hierarquia. Não raro um professor se desanima quando estes esforços se perdem em um contexto que exige intervenções mais amplas, capazes de gerar sentimentos coletivos de justiça e paz.

Sem culpados

A relação de muitos jovens com a escola é formalista: para eles, os conteúdos ou objetivos acadêmicos são secundários para suas vidas profissionais; interessa o diploma ou certificado como credencial para o processo seletivo do mundo do trabalho. Para esses jovens, o esforço acaba limitando-se a freqüentar a sala de aula e encontrar formas práticas de conseguir ser aprovado. Mesmo nas universidades os professores se queixam da falta de envolvimento dos alunos com a aprendizagem. Não raro, profissionais do

ensino terminam se acomodando, exigindo cada vez menos, se tornando cúmplices de uma situação de faz-de-conta.

Temos, porém, que ser cuidadosos e não culpabilizar alunos e professores que vivem o cotidiano escolar sem entusiasmo. Anos de dificuldades e má administração têm diminuído a capacidade de reação do sistema. Os recursos são escassos e os professores freqüentemente são obrigados a ter três turnos de trabalho para sobreviver. Os alunos das escolas públicas, por outro lado, vêm geralmente de contextos sociais marcados pela carência material e



o acesso limitado à cultura. A violência crescente penetra na escola. Pode-se imaginar as sensações de fracasso, de incompetência, de agressividade geradas por tais processos.

64% dos alunos mencionam os professores ao ser interrogados sobre as coisas que mais gostam ou gostavam da escola. 43% falam dos colegas e amigos e 28% das direções (Adolescentes e Jovens do Brasil, UNICEF, Ayrton Senna / Itaú Social, 2007, respostas múltiplas).

Os Jovens e a Mídia

Todos sabemos da importância da televisão e do video game no universo infanto-juvenil. As especificidades dos usos dessas mídias entre os mais jovens são tão grandes que chegam a criar barreiras de comunicação com pessoas mais velhas. Algumas pesquisas nos levarão a entender melhor como os adolescentes interagem com os diferentes meios de comunicação. Compreendendo as relações mídias-jovens, teremos melhores condições para estabelecer diálogos entre educadores e educandos.

TV nossa de cada dia

As funções da televisão no cotidiano da população são bem abrangentes. Antes de tudo é uma companhia, sempre acolhedora, quase uma personalidade com a qual a sintonia é possível. Ela cria vínculos entre os espectadores. Hoje ela talvez seja, ao lado da língua, o maior fator de unidade como nação. Para os jovens, com mais tempo disponível e com mais programações dirigidas, a relação com a TV é mais forte. Além de apresentar modelos, ela devolve ao jovem o seu reflexo, ou o que poderia ser o seu reflexo. De todo modo, dá a ele a sensação de pertencer a uma geração. Esse vínculo fica mais forte na medida em que as periferias das cidades quase não oferecem opções de lazer e cultura para a juventude. Nesse contexto, a televisão emerge para os espectadores jovens – e para todos os outros - como uma possibilidade democrática de acesso a produções culturais, mesmo que freqüentemente com pouca qualidade.

Na pesquisa “Adolescentes Brasileiros, Mídia e novas Tecnologias”, a TV é citada por 97% dos entrevistados como mídia que usam a maior parte do tempo. Esse uso não acontece apenas em suas casas, pois 62% declaram assistir TV na casa de amigos, 45,6 % em outros lugares e 26,7% o fazem também na escola. Em relação a essa mídia, meninos e meninas não diferem no acesso ou em quanto tempo a utilizam (Adolescentes brasileiros, mídia e novas tecnologias, Irene Rizzini et al, Revista ALCEU, Julho/dezembro 2005).

Muitos dos conteúdos apresentados pela TV são inadequados, mas por outro lado, é através dela que o jovem tem contato com informa-



DOMICÍLIOS COM TV

Ceará: **86,2%**

Fortaleza (RMF): **91,1%**

(PNAD 2005)

ções, produtos culturais qualificados, conteúdos educativos. A percepção que o jovem faz dos programas de televisão pode ser crítica e produtiva. A TV dá aos adolescentes um repertório de informações sobre o mundo adulto que nem a escola, nem a família fornecem. Questões relativas a conflitos, gênero, namoro, sexualidade, sustentabilidade, sociabilidade são apresentadas cotidianamente. A maior dificuldade de nossa sociedade é interpretar essa produção incessante de falas e imagens, organizando um conjunto, apontando causas e conseqüências, enfim, criando sentido para os fragmentos.

49 milhões de brasileiros na rede



Segundo pesquisa do Datafolha, 39% dos brasileiros (34% no Nordeste) costumam acessar a Internet. Isso representa 49 milhões de brasileiros acima de 16 anos. A pesquisa revelou também que o principal local de acesso dos brasileiros é em locais públicos, como *lan houses*, escolas, bibliotecas, instituições de ensino etc., com 22% de participação. Já o acesso residencial aparece com 19%, seguido da opção casa de parentes ou de amigos, com 16% e, por último, o local de trabalho, com 13%.

Questionados sobre o hábito de inserir conteúdo na Internet, 42% declaram já ter inserido seja um texto, uma foto, uma música ou um filme. Na comparação entre as regiões do país, o destaque fica com o Nordeste, que lidera a iniciativa de colaboração com 48% (Fonte: Datafolha/ Agência F/Nazca Saatchi & Saatchi, 2007).

Violência digital

Os video games são outro cenário freqüente na vida dos adolescentes e jovens. O acesso dos jovens de renda mais baixa se dá na casa de amigos e – com maior freqüência – nas *lan houses*. Os meninos são os mais presentes, pois os jogos se apóiam sobre valores tradicionais masculinos, como aqueles relacionados aos confrontos, que exigem habilidades simbólicas, tais como coragem, racionalidade, força e competitividade. Os

jogos eletrônicos são, nesse sentido, um grande reprodutor de visões de gênero (meninos brincam de guerreiros, meninas de boneca...).

Existem diferentes pontos de vista de psicólogos sobre o uso de jogos. Muitos consideram que os jogos anestesiam a capacidade de as crianças e jovens sentirem repulsa pela violência, podendo levar pessoas imaturas a agirem violentamente, de maneira reflexa e não consciente. Por outro lado, há quem considere que a preferência por video games violentos é uma maneira de lidar com as angústias e temores de uma sociedade que é também violenta, reelaborando um mundo incompreensível como entretenimento e diversão. Muitos lembram que, à medida que os adolescentes ficam mais maduros, o interesse pelos *games* e pela televisão diminui.

Na hora da conversa

Ainda segundo a pesquisa “Adolescentes brasileiros, mídia e novas tecnologias”, citada anteriormente, colegas da mesma idade são os interlocutores preferidos dos adolescentes, seja nas conversas sobre assuntos em geral, seja sobre quaisquer das mídias em questão. Outra recorrência é que as conversas com seus pais e, sobretudo, com seus professores são as que menos agradam aos adolescentes. Pais e professores ocupam o quinto e sexto lugar (os últimos lugares) respectivamente, quando o mote é televisão, video game ou mesmos assuntos em geral. A prática escolar das aulas tradicionais, onde participação dos alunos é limitada, certamente contribui para esses resultados. O educador do Programa Eleitor do Futuro deve ter isso em mente ao organizar suas atividades, seja valorizando momentos interativos, seja propiciando oportunidades para diálogos dos jovens entre si.



Brasileiros acreditam em propaganda

Motor das vendas, a publicidade brasileira enfrenta as dificuldades de um mercado de baixo poder aquisitivo com conteúdos enérgicos. Em geral se desqualifica o consumidor que só passa a ter valor a partir do momento que compra o produto indicado. Os jovens são estimulados a assumirem comportamentos que associam consumo com sucesso. O sentimento de inadequação atinge milhões de pessoas, pois a credibilidade da publicidade é grande: dois em cada três brasileiros (67%) confiam nas propagandas - os brasileiros encabeçam o ranking das nacionalidades mais crédulas entre 47 países, segundo uma pesquisa realizada em 2007 pela Consultoria Nielsen.



Um novo jeito de ser

A procura pela televisão, jogos eletrônicos, programas de comunicação instantânea como o messenger, sites de redes sociais como o Orkut e celulares também deve ser entendida como uma estratégia para driblar as dificuldades de um tempo em que a rua não é mais vista como espaço de rodas de conversas, paqueras, convivência; em que se vive de forma mais protegida e confinada em espaços como a própria casa, a escola, o shopping, a academia, a lan house. A violência e a representação que a sociedade faz dela têm repercussões diretas nos novos modelos de vida dos jovens.

Os jovens, aliás, acompanham com desembaraço a corrida tecnológica que acontece em nossos dias. Isso gera autoconfiança e a percepção de possibilidades de integração produtiva à sociedade. Em muitos ambientes, podemos constatar como o conhecimento dos jovens no campo da informática é valorizado, subvertendo hierarquias tradicionais que colocam o jovem e o adolescente sempre como uma pessoa de menor saber que os adultos.

Segunda parte

POLÍTICA E DEMOCRACIA



Política e Democracia

Para a filósofa alemã Hannah Arendt (1906 – 1975), a política é importante ferramenta na busca da felicidade do indivíduo e da sociedade. O ponto de partida dessa idéia é que as pessoas são diferentes umas das outras e a política trata da convivência entre elas. Tarefa nada fácil, já que os interesses dos diferentes são freqüentemente conflitantes e os resultados dessas interações entre os diferentes nem sempre são decisões justas.

No trabalho, na escola, na família, no namoro, em todos os campos de nossas vidas precisamos tomar decisões que alteram as vidas de outras pessoas. Tomamos essas decisões com base em uma determinada maneira de ver o mundo; somos todos seres políticos. Quando ficamos parados ou quando nos omitimos, estamos transferindo a decisão para outras pessoas: isso também é fazer política.

Mesmo que muitas vezes a política seja vista e exercida apenas como um técnica para alcançar, manter ou aumentar o poder, essa percepção não pode nos desiludir a ponto de esquecer que a “tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo” (Hannah Arendt, “O que é Política?” Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999).

A igualdade perante esse direito não é nem pode ser restrita às condições estabelecidas pelas leis, pois elas são criadas a partir de circunstâncias e momentos históricos específicos. Em muitos momentos, as leis impediram o direito de participação política para parcelas da população. Entretanto, mesmo assim, as pessoas proscritas de seus direitos continuaram fazendo política através de rebeliões, campanhas públicas ou clandestinas, ou criando novas formas de vida pública através de intenso debate.

Mahatma Gandhi (Índia, 1869-1948) e Nelson Mandela (África do Sul, 1918) são dois exemplos de líderes que souberam se impor às condições legais que restringiam o direito de participação. O primeiro foi um dos idealizadores e fundadores da Índia moderna. Utilizou os princípios da não violência e da desobediência civil para forçar os Ingleses a dar a independência ao país. O segundo passou 26 anos na prisão se negando a abrir mão de sua luta, para ganhar a liberdade. Quando foi posto em liberdade foi eleito presidente e comandou o desmonte do apartheid, a separação racial radical que existia na África do Sul.



A democracia no mundo

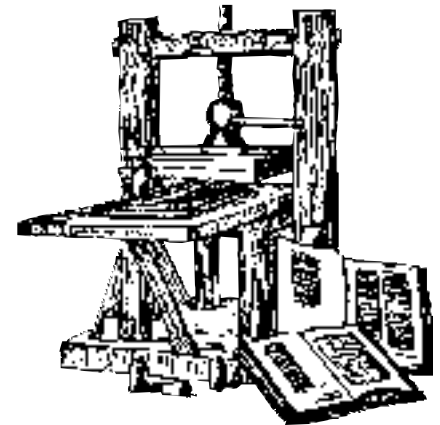
- No período Neolítico, entre 12.000 e 4.000 anos a.C. a descoberta da agricultura e a domesticação e manejo de animais provocou um grande salto. A população cresceu e a humanidade deixou de ser nômade para se tornar sedentária. Por volta de 4.300 anos a.C. nascem as cidades e a divisão de classes, ela mesma produto da especialização funcional (artesãos, agricultores, soldados, sacerdotes etc.).
- Com as cidades, nasce o Estado. O fenômeno acontece de maneira mais ou menos simultânea – historicamente falando - na Mesopotâmia (região que ocupava parte do atual território do Iraque), no Egito, Índia e China. A vida coletiva passa a ser administrada por uma pessoa ou por um grupo de pessoas. A norma é a transmissão hereditária do poder (monarquias). Frequentemente o poder político e a religião estão associados.
- 500 anos a.C. a Democracia nasce na Grécia, mais precisamente na cidade-estado de Atenas. Os homens adultos reunidos em Assembléia tomavam as decisões mais importantes (escravos, estrangeiros e mulheres eram excluídos). Mais ou menos na mesma época, o povo romano suprime a monarquia e estabelece o poder do Senado, formado por representantes das famílias mais ricas. Os plebeus ganham uma parcela de poder e o reconhecimento de seus interesses. Nasce a República, o “governo direcionado para o bem comum”.
- Essas idéias talvez fossem avançadas demais para um momento da humanidade em que a escravidão era um fenômeno absolutamente normal e as guerras entre povos, cidades e impérios constantes. A democracia em Atenas durou apenas um século. A República Romana terminou no ano 27 a.C.



Representação do Senado Romano. Afresco de Cesare Maccari (1840 – 1919)

- Século XIII. Na Inglaterra, a Magna Carta limitou o poder dos monarcas, impedindo o exercício do poder absoluto. O rei teve que renunciar a certos direitos e reconhecer que a sua vontade estava sujeita à lei. A Magna Carta foi o primeiro capítulo de um processo histórico que levaria ao surgimento do constitucionalismo.

- Século XV. Por volta de 1450, a invenção da imprensa tipográfica ampliou a disseminação de idéias cuja divulgação estava até então restrita pelo uso dos manuscritos. A abundância dos impressos permitiu que mais pessoas participassem nos debates sobre a melhor maneira de se viver em sociedade. Surgem progressivamente uma esfera política e a reivindicação da liberdade de expressão.



- Século XVII. A chamada “Revolução Gloriosa” instaurou na Inglaterra o controle da monarquia pelo parlamento. É um precedente direto das revoluções republicanas que aconteceriam no século seguinte.

- Século XVIII. As revoluções norte-americanas (1776) e francesa (1789) instauram a idéia do “governo do povo”. São dois marcos fundamentais para o avanço da democracia e dos conceitos republicanos. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abre uma nova era.



A queda da Bastilha, durante a Revolução Francesa (1789) simboliza o fim do Absolutismo.

- A partir do século XIX a Democracia entra em progressão constante em todo o mundo. É uma progressão não linear, porque comporta grandes períodos de retrocesso em diversas regiões do planeta. Em algumas delas, a democracia e os direitos humanos ainda não vigoram.

Igualdade política, fundamento da democracia

O pressuposto da democracia é a igualdade política. Mas ela é uma realidade ou uma meta a ser perseguida?

No Egito antigo dizia-se que o Faraó descendia de um Deus. Argumentos dessa ordem, apelando para a divindade e a religião, foram utilizados durante séculos – e ainda são em certas partes do mundo – para justificar a concentração do poder. Também foram e são utilizados argumentos de classe, que consideravam os proprietários – pessoas mais ricas – como os mais iluminados e capazes de definir o que é melhor para o resto da sociedade (isso justificou o voto censitário, em que só pessoas com determinados níveis de renda podiam votar). Menos que argumentações, tais posturas representam resultados de posições de mando.

Olhando para as diferentes sociedades, percebemos que onde há mais igualdade política há mais igualdade de oportunidades e, conseqüentemente, mais desenvolvimento social. Participar dos processos políticos faz com que dificuldades específicas sejam melhor apreciadas: quando, por exemplo, negros, mulheres e jovens são excluídos das decisões políticas, os seus interesses não são tão protegidos quanto deveriam ser.

A democracia ideal

Muitos pensadores refletiram sobre as instituições, os direitos e as liberdades fundamentais que garantiriam aos homens uma situação de igualdade. Um dos pontos de partida foi imaginar o que seria uma democracia ideal. Esse tipo de exercício de pensamento iniciou com os gregos antigos e nunca parou, atravessando os séculos.

Em nossa época, um dos pensadores mais reconhecidos é o cientista político norte-americano Robert



Dahl, que listou essas características de uma democracia ideal que rege a *demos* (Dahl denomina assim o conjunto das pessoas que querem trabalhar colaborativamente: seja de um país, seja de uma organização).

- Antes de uma decisão ser tomada todos os membros do *demos* terão iguais e efetivas oportunidades para fazer saber a outros membros seus pontos de vista;
- Todo membro terá igual e efetiva oportunidade para votar, e todos os votos serão contados como iguais;
- Cada membro terá igual e efetiva oportunidade para aprender sobre as políticas alternativas relevantes e suas prováveis conseqüências;
- O *demos* terá a exclusiva oportunidade de decidir como determinados assuntos serão postos na agenda e quais serão esses assuntos;
- As políticas da associação estarão sempre abertas a serem mudadas pelo *demos*, se esta for a decisão de seus membros. (DAHL Robert, *Os sistemas políticos democráticos nos países avançados: êxitos e desafios*, in: BORON, Atílio (org), *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudança e movimentos sociais*. São Paulo: Clacso 2004).

A democracia real

A **democracia ideal** é uma utopia, um horizonte para onde se dirigir. Vivemos na **democracia real**, com instituições, regras, garantias de liberdade, práticas e costumes que dão condições mínimas para o debate e a deliberação coletiva. Recorrendo outra vez a Dahl, listamos algumas características dessa democracia “de pés no chão”:

- O direito a votar em eleições livres e justas;
- O direito a disputar cargos eletivos;
- O direito à livre expressão;
- O direito a formar organizações políticas independentes, incluindo partidos políticos, e delas participar;
- O direito de acesso a fontes de informação independentes;
- Direito a qualquer outra liberdade ou oportunidade que possa ser necessária para o funcionamento eficaz das instituições políticas de democracia.

Condições sociais para o sufrágio

Para uma democracia, os critérios relativos às eleições são essenciais. Direito ao voto, elegibilidade, igualdade de voto, direito à concorrência política na busca de apoio e votos, enfim, práticas de realização de eleições periódicas, gerais, livres, igualitárias e secretas, são pontos fundamentais.

Mas é preciso ir além do aspecto eleitoral e observar o contexto social para entendermos se estamos ou não em uma democracia. Entre as condições sociais, podemos enfatizar a liberdade de associação, a liberdade de opinião, a existência e o acesso a fontes de informação plurais e diversas. Essas condições permitem o nascimento e o desenvolvimento dos partidos, e que os eleitores façam escolhas conscientes. Outros fatores institucionais são igualmente importantes, como a regulamentação do direito ao voto, a independência dos poderes e a existência de um Estado de Direito e de uma sociedade civil ativa.

Percebe-se que a plena inserção dos indivíduos na vida política diz respeito também a uma série de outras questões. Determinações referentes à situação econômica, saúde, transporte, desinformação, violência, religião podem interferir no sentido de excluir extensas camadas da população do processo político-eleitoral. A seguir, observaremos alguns desses fatores.

Mudança cultural

A democracia ainda não está solidamente enraizada na cultura brasileira. Encontramos, com frequência, indivíduos distanciados da participação cívica e que percebem nas eleições nada mais que um jogo de interesses pessoais. Muitas vezes, o próprio eleitor é quem provoca essa inversão atrelando o seu voto a favores e benefícios exclusivamente pessoais, ao mesmo tempo em que transfere poder para outros. Os programas e as propostas políticas ocupam espaços secundários.



São práticas culturais fundamentadas em autopercepções de impotência frente à complexidade da economia, da vida social e da gestão pública. A atitude passiva diante da realidade também gera um fenômeno cultural específico das sociedades de massas: indivíduos que fogem da angústia da liberdade transferindo suas responsabilidades e direitos a líderes que se posicionam de forma autoritária.

Felizmente vem se ampliando a visão de que não precisamos esperar que outros resolvam por nós os problemas que enfrentamos, levando a uma postura ativa de proposição e resolução das dificuldades. Podemos perceber essa mudança cultural em todos os campos, em empreendimentos e iniciativas diversas nas áreas de direito, na invenção de novos espaços para as artes e a comunicação, na criação de tecnologias sociais adequadas às realidades locais e, principalmente, na reinvenção da política, construindo novas formas de participar da democracia.

Democracia econômica

Em “Democracia Econômica - Um passeio pelas teorias”, o economista Ladislau Dowbor enfatiza que o caminho para a garantia dos direitos constitucionais passa também pela forma como os atos econômicos são praticados. A qualidade da inserção no processo produtivo, o acesso equilibrado aos resultados do esforço e o acesso à informação que assegure o direito às opções são condições para que a democracia exista no campo da economia.

Em qualquer parte do mundo o poder econômico influi nas decisões políticas. Frequentemente, a convivência da excessiva riqueza ao lado da miséria formam o cenário que corrompe a democracia: indivíduos mais ricos conseguem ter seus interesses contemplados através da influência de políticos amigos (que ajudam a eleger através das contribuições nas campanhas); os miseráveis, ao contrário, possuem pouco acesso às informações e não conseguem ter influência.

O Banco Mundial reconheceu, no seu relatório de 2006, que elevados níveis de desigualdade tendem a se perpetuar, porque geram instituições que favorecem os interesses daqueles que têm maior influência. Dito de outra maneira, a desigualdade é fruto do poder, e o poder tende a manter a situação de desigualdade.



"Limitar a democracia à sua expressão política tornou-se cada vez menos realista, a ponto de nos tornar cada vez mais céticos sobre os mecanismos políticos. Temos de evoluir para um conceito mais democrático da própria economia, para que a política volte a ter sentido." (DOWBOR, Ladislau. *Democracia Econômica: um passeio pelas teorias*, Fortaleza: Ed. Banco do Nordeste do Brasil, 2007).

Capital social

Existem componentes não visíveis que afetam as possibilidades de crescimento econômico e avanço social. Um dos conceitos que dão conta dessa realidade é o de Capital Social. Trata-se de um conjunto de práticas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação entre diferentes grupos sociais ou dentro dos mesmos. São requisitos cívicos - como cidadania, solidariedade, interesse público, coletivismo - que fortalecem a organização da sociedade. Sem capital social, não pode haver democracia participativa, nem desenvolvimento social. O capital social se apresenta também na esfera individual. Ali está relacionado com o grau de integração social das pessoas, suas redes de contatos e expectativas de reciprocidade. Tanto em sua dimensão coletiva quanto individual, o capital social se caracteriza por um grau avançado de confiança entre os atores, pelo comportamento cívico e forte nível de associativismo. A confiança, por exemplo, permite o trabalho comum superando-se com mais facilidade desafios e dificuldades. O comportamento cívico compartilha responsabilidades e cria ambientes sociais amistosos e produtivos.

Transparência

Qualquer cidadão interessado na vida pública precisa formar pontos de vista, tomar decisões a partir dos conhecimentos que vai produzindo seja pela experiência própria, em conversas, pesquisas ou através dos meios de comunicação. O governo, as empresas, as organizações da sociedade civil têm a obrigação de facilitar o acesso às informações relativas aos seus trabalhos. Administrações com este caráter público e ético são essenciais para o exercício da cidadania. Não pode haver reflexão, discernimento, pensamento crítico por parte da população se não existe acesso à informação. Considerando essa demanda social muitas leis e projetos tem se efetivado. O acesso às informações públicas permite uma maior visibilidade do funcionamento das instituições e melhores condições para potencializar o desenvolvimento individual dos cidadãos e o exercício de seus direitos políticos. Essa evolução tem acontecido através da implementação de sites de governança eletrônica e do surgimento de organizações governamentais e não governamentais que se especializam em oferecer aos cidadãos informações sobre as contas públicas. Hoje, praticamente todos os estados e grandes municípios disponibilizam sites onde são divulgadas oportunidades referentes a concursos, editais, projetos desenvolvidos, prioridades políticas etc.



Segurança

O princípio de que todos os cidadãos são intocáveis fisicamente, bem como os seus patrimônios e direitos adquiridos, desde que estes estejam dentro do liame da lei, é uma das características do Estado de Direito. Um indivíduo que se sinta ameaçado não está em situação ideal para exercer seus direitos políticos. O termo segurança alimentar também pode ser aplicado nesse contexto: situações de miséria levam as pessoas a atitudes extremas, como a venda do voto. O mesmo pode-se falar em relação à saúde. A ineficiência do sistema de saúde pode ser vantajosa para políticos que fazem o papel de intermediação de serviços que deveriam ser públicos. A existência de conselhos, ouvidorias, centros de defesa não tem sido suficiente para enfrentar tais problemas.

Liberdade de expressão

Os avanços democráticos estão indissoluvelmente ligados à conquista da liberdade de expressão, que é bem recente. Ela faz parte dos chamados Direitos Fundamentais, que se consolidam a partir do século XVIII, sobretudo após o decisivo impulso da Revolução Francesa. A invenção da tipografia – século XVI – permitiu ampliar a expressão e divulgação de idéias, informações e pensamentos, estando associada aos debates e embates políticos que se seguiram, e que culminaram na instalação do Estado Democrático de Direito.

A liberdade de expressão está na origem da imprensa, chamada de “quarto poder”, pois nas democracias tem a função de dar transparência e permitir o controle pela sociedade das ações dos poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário). Quanto mais isenta a imprensa for em relação aos interesses políticos imediatos, maior será sua contribuição para o correto funcionamento da democracia.



A propriedade da mídia está altamente concentrada. No Brasil, quatro redes de televisão têm o controle de 73% das emissoras. Em âmbito mundial, o panorama é similar, com o domínio de sete empresas transnacionais. Em um município qualquer, basta fazer uma pesquisa: quantos jornais existem? Quantas rádios existem? A quem elas pertencem? O resultado, com certeza, não será muito diferente: poucas vozes para dar versões dos fatos e comentar a atuação dos governos.

Tipos de democracia

Conhecendo os tipos de organização dos direitos e deveres políticos, o educador do Programa Eleitor do Futuro pode ajudar os jovens a participarem socialmente através dos mecanismos de democracia representativa, direta ou participativa. A atuação da sociedade civil foi e continua sendo de fundamental importância para que a democracia não se limite à igualdade de exercício de alguns direitos políticos (votar, ser votado), mas promova, também, a justiça e a igualdade social.

Democracia representativa

A democracia representativa é aquela em que o povo exerce o poder através de seus representantes: vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente. Essa articulação essencial entre a população e o Estado se faz através dos partidos políticos, instituições formadas por pessoas que compartilham uma determinada visão do país e do mundo e têm, geralmente, vocação para a gestão pública.

Parece claro que seria impossível que as nações se governassem através da democracia direta, onde todo mundo participa o tempo todo, pois haveria muitas dificuldades em consultar a população antes de cada decisão. A técnica da representação é, portanto, de inegável valor. Por diversos motivos, porém, os representantes não seguem fielmente a vontade dos eleitores. Falta, em primeiro lugar, um acompanhamento do seu trabalho. Pesquisa do Datafolha de agosto 2006 mostrou que 57% das pessoas não lembravam em quem elas votaram para deputado estadual e federal nas eleições anteriores, em 2002. Como cobrar coerência desses representantes, então?

Mas a autonomia dos políticos em relação aos eleitores tem também um motivo positivo. O Estado é um espaço onde interesses diversos têm de negociar. Não é possível que um ponto de vista simplesmente se imponha o tempo todo sobre os demais, porque o resultado seria uma tensão social extrema. É isso o que faz com que as propostas que chegam às Câmaras de Vereadores, Assembléias Estaduais e ao Congresso Nacional



raramente sejam transformadas em legislação na forma em que cada um dos grupos envolvidos julgaria ideal. Quase sempre há uma “diferença”, que é resultado da negociação, parte essencial do ofício dos políticos (texto extraído do Curso de Formação para a Educação Política, Fascículo 5, Estado e Sociedade, Programa Eleitor do Futuro, 2006).

Democracia direta

A Constituição criou mecanismos para a participação direta da população. O plebiscito e o referendo são consultas feitas ao povo sobre assuntos de relevância (o plebiscito acontece antes do ato legislativo ou administrativo, enquanto o referendo acontece depois, para confirmar ou não a decisão).

A iniciativa popular é uma terceira forma de democracia direta, que acontece quando um número expressivo de cidadãos subscreve projetos de lei, que são apresentados ao Parlamento. No Ceará, a iniciativa popular está prevista tanto pela Constituição Estadual como pela Lei Orgânica – espécie de Constituição Municipal – de Fortaleza.

Na experiência nacional brasileira, a utilização desses mecanismos aconteceu apenas três vezes desde que a Constituição de 1988 abriu a possibilidade. Em 1993 houve um plebiscito para os eleitores escolherem se o país devia continuar sob o regime republicano ou restaurar a monarquia, e entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Em 1999, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei de iniciativa popular para combater a corrupção eleitoral. Em 2005 aconteceu o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo estabelecida no Estatuto do Desarmamento (como o povo respondeu em maioria NÃO, a proibição não entrou em vigor). Esses três casos, mais um referendo realizado em 1963 sobre a manutenção ou não do parlamentarismo (voltou-se ao presidencialismo), são as únicas experiências nacionais de participação direta da população (texto extraído do Curso de Formação para a Educação Política, Fascículo 5, Estado e Sociedade, Programa Eleitor do Futuro, 2006).

Ao se falar em democracia direta é necessário lembrar que governos autoritários e ditaduras utilizaram no passado esse recurso para conseguir apoio. Hitler, para citar o caso mais extremo, aproveitou-se da febre nacionalista que ele mesmo tinha criado no povo alemão para validar através de plebiscitos suas propostas expansionistas.



Democracia participativa

Nos dois tipos anteriores de democracia a participação se restringe aos procedimentos eleitorais. Agora apresentamos a democracia participativa, onde novos sujeitos surgem e se afirmam. Eles propõem novas pautas na agenda pública, conquistam direitos e são reconhecidos como atores legítimos na cena política nacional. O SUS (Sistema Único de Saúde) que introduziu processos de co-gestão e controle do Estado por profissionais e usuários, a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente são bons exemplos da democracia participativa, pois foram milhares e milhares de cidadãos discutindo, formulando propostas, mobilizando e pressionando para as mudanças legislativas indo no sentido de uma co-gestão dos assuntos de interesse público. O orçamento participativo é outra expressão desta nova realidade.

A Constituição de 1988 reconheceu esse princípio ao adotar a participação popular na elaboração e acompanhamento da ação governamental. Essa participação acontece nos Conselhos de Políticas Públicas, instâncias constituídas por representantes de organizações da sociedade civil e do poder público nas três esferas - federal, estadual e municipal. Os Conselhos atuam nas mais diversas áreas: educação, merenda escolar, saúde, criança e adolescente, juventude, meio ambiente, direitos humanos, assistência social, cultura, turismo etc.

Os Conselhos da Juventude estão se ampliando nas esferas Federal, Estaduais e Municipais. O Conselho Nacional foi criado em agosto de 2005, o do Ceará em fevereiro de 2007 e o de Fortaleza em agosto do mesmo ano. Em todas essas instâncias os jovens interferem, ainda que com limitações, na gestão pública. Outro nível de participação tem sido o de influenciar a legislação, estando em pauta atualmente Projeto de Lei que cria o Plano Nacional de Juventude, a Proposta de Emenda à Constituição que trata da proteção dos direitos da juventude e o Projeto de Lei que cria o Estatuto da Juventude.

O historiador Alfredo Alejandro Gugliano afirma que "apesar de existirem diferentes variações de democracias participativas, o surgimento e a expansão deste modelo representaram uma das maiores transformações no regime político democrático desde a sua fundação, na medida em que não apenas coloca na ordem do dia a criação de mecanismos de inclusão política eleitoral, como também inova na geração de fórmulas administrativas que ampliam a participação dos cidadãos na gestão pública. Contudo, o principal ganho com este modelo participativo é a aproximação da democracia da vida cotidiana e sua inserção em novos espaços de convivências entre os cidadãos (o bairro, a escola, o clube, as moradias etc.) que potencializam a discussão sobre a democratização de esferas extra-estatais." ("Democracia, participação e deliberação", Civitas - Revista de Ciências Sociais, PUC RS, vol 4, nº 2, 2004).

A expansão da cidadania

Podemos dizer que a era dos Direitos – esta em que vivemos – começou, no plano mundial, no século XIX. No Brasil, o processo de construção de relações sociais minimamente tolerantes e igualitárias tem 120 anos, o tempo de passagem de apenas três gerações completas (avós - pais - filhos). Até 1888 a escravidão, a mais violenta afronta aos direitos humanos, estava legalizada. A exclusão das mulheres era total, e elas só tiveram seus direitos políticos reconhecidos em 1932. A legislação trabalhista é mais ou menos da mesma época. O Estatuto da Criança e do Adolescente é de 1990.

Essa evolução ocorreu a partir da generalização da democracia, que também é um fenômeno recente (a partir do século XIX). A democracia facilita a defesa dos interesses dos excluídos e as lutas desses setores ampliam a participação, o que por sua vez torna mais fácil a conquista de novos direitos.

O vínculo entre a democracia e a ampliação dos direitos abre perspectivas que permitem o otimismo, apesar de todas as opressões e injustiças que ainda existem (e são muitas!) e a possibilidade sempre presente de retrocessos.



Percepção contraditória

É inegável que o voto pouco reflexivo tem parte da responsabilidade pela crise de imagem dos políticos. Mas, paralelamente à aversão pela política partidária, percebe-se a grande força da participação através de todo tipo de instituições da sociedade civil. Novas formas de engajamento são inventadas: em empreendimentos de geração de renda, em associações de defesa de direitos ou culturais. Os novos meios de comunicação ampliam a participação: considere-se, por exemplo, o debate espontâneo que cruzou o País pela Internet antes do plebiscito sobre a proibição da comercialização de armas de fogo, em 2005.

Vivemos então uma situação paradoxal em que o descrédito do sistema representativo coexiste com a vitalidade da sociedade civil e a descoberta de novas formas de participação.

Aprendizagem da política na escola

Apesar da gestão democrática do ensino público estar prevista expressamente na Constituição (Artigo 206), muitos educadores repelem a possibilidade de “haver política” na escola. Esse rechaço implica tanto um desconhecimento do verdadeiro significado da política - assimilado por esse pensamento conservador à “politicagem” - como do papel da escola. Por que esse medo, se considerarmos que a participação na definição dos rumos da sociedade é uma das mais nobres atividades em que uma pessoa possa se engajar? E qual seria o melhor lugar para crianças e adolescentes se iniciarem nessa aprendizagem e nessa consciência senão a escola?

Muitas são as oportunidades de aprendizagem política que a escola pode propiciar, sendo a mais importante delas a formação para a cidadania que acontece quando crianças e adolescentes são estimuladas a construir e expressar opiniões sobre o

- 8,5% dos jovens de 15 a 24 anos se consideram politicamente participantes.
- 65,6% procuram se informar, mas sem participar pessoalmente.
- 24,7% não procuram se informar sobre política nem participar pessoalmente.
- 85,8% dizem se informar sobre o que acontece no mundo.

Fonte: Ibase/Polis, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

viver-em-sociedade nas próprias atividades de sala de aula, como orientam as melhores tradições pedagógicas. O Grêmio Estudantil, o Clube do Jornal, o Conselho Escolar e as Associações de Pais são instâncias que aprofundam essa participação.

No Ceará, tanto a Secretaria de Educação Básica do Estado como a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza promovem a eleição direta de diretores com participação de professores, alunos e pais de alunos.

Movimento Estudantil

A participação dos jovens através do Movimento Estudantil sempre foi além da luta pela melhoria na educação, encampando causas sociais e a luta pela soberania. Desde 1937, época da criação da União Nacional dos Estudantes, adolescentes e jovens foram decisivos na conquista de direitos como a baixa do preço dos transportes públicos para estudantes, fortaleceram o movimento “O petróleo é nosso”, lutaram e foram perseguidos pela ditadura de 64, se empenharam pelas “Diretas Já”, pintaram-se para depor o presidente Fernando Collor. Atualmente, o Movimento Estudantil encampa novas bandeiras. Exemplos destes novos objetivos são as lutas pelo Primeiro Emprego, Quotas para Alunos de Escolas Pública e Reforma Universitária. Temas relacionados ao Meio Ambiente e a Gênero também são considerados. Na universidade ou no ensino médio a participação estudantil transformou e continua transformando o país.



O sistema eleitoral brasileiro

A legislação brasileira prevê a coexistência de dois sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional.

A eleição majoritária é utilizada para os cargos de Presidente da República, Governadores, Senadores e Prefeitos.

Na eleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores, realiza-se um segundo turno de votação entre os dois candidatos mais votados, caso nenhum deles tenha alcançado a maioria absoluta dos votos válidos no primeiro turno.

No caso de eleição para Senador e de Prefeitos de cidades com menos de 200 mil eleitores, são eleitos os candidatos mais votados, sem a realização de segundo turno.

O segundo turno tem como finalidade liberar os eleitores da idéia de “voto útil” no primeiro turno, para eles poderem votar nos candidatos com os quais têm maior afinidade, independentemente de suas possibilidades de serem eleitos. No segundo turno os eleitores têm a possibilidade de fazer uma segunda escolha, dando aos candidatos eleitos uma maior legitimidade.

A eleição proporcional permite escolher os Vereadores, Deputados Estaduais e Distritais (no caso do Distrito Federal) e Deputados Federais.

História política do BRASIL



1824

O Imperador D. Pedro I outorga a primeira Constituição do Brasil, que institui eleições indiretas e voto censitário. Cria o “Poder Moderador” exercido diretamente pelo Imperador, acima dos outros três poderes.

1889

Instauração da República através de golpe militar. O marechal Manoel Deodoro da Fonseca assume a Chefia do Governo Provisório.



1891

Primeira Constituição da República. Estabelece o presidencialismo, confere maior autonomia aos estados da federação e garante a liberdade partidária. O Marechal Deodoro da Fonseca é eleito primeiro presidente da República pelo Congresso.

Ela tem como finalidade assegurar a participação dos diversos pensamentos e visões políticas da sociedade, através dos partidos.

Diferentemente do sistema majoritário, na representação proporcional nem sempre o candidato mais votado será eleito. O sistema brasileiro é bastante complexo nesse sentido (para detalhes veja o Anexo).



Voto nominal: Voto dado a um determinado candidato.

Voto de legenda: Voto dado a determinado partido, sem menção do nome de candidato. O voto de legenda é contado como válido para fins de cálculo do quociente eleitoral e do quociente partidário. Essa opção de voto só existe na eleição proporcional.

Voto válido: A legislação considera como válido o voto dado diretamente a um determinado candidato ou a um partido sem menção a candidato. Desde as eleições de 1998 não são considerados como válidos os votos em branco.

Maioria absoluta: É a metade mais um dos votos válidos (votos em branco ou nulos não são contados).

1891-1930

República Velha. Domina a aliança das oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais. O presidente da República apoiava os governadores e, em troca, estes garantiam a eleição, para o Congresso, dos candidatos oficiais. A fraude era generalizada.

1930

Após golpe militar, Getúlio Vargas é empossado como Chefe do Governo Provisório. Imediatamente dissolve o Congresso Nacional e as casas legislativas nos estados e municípios.

1932

Novo Código Eleitoral. Criação da Justiça Eleitoral. As mulheres conquistam os direitos políticos e se estabelece o sufrágio direto, secreto e universal. Redução da idade mínima para votação de 21 para 18 anos (Constituição de 1934).

1934

Promulgada nova Constituição. Ao lado da representação política eleita por sufrágio universal e direto adota a representação das corporações trabalhistas no Legislativo, eleita por sufrágio indireto.

Vigilância e controle dos processos eleitorais

A criação da Justiça Eleitoral, em 1932, representou um importante avanço no sentido de reduzir a fraude.

Esse ramo do Judiciário é responsável pelo alistamento dos eleitores, registro dos candidatos, fiscalização da propaganda eleitoral, organização da votação, totalização dos votos, julgamento de processos referentes a questões eleitorais e diplomação dos candidatos.

A Justiça Eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tribunais regionais, nas capitais dos estados. Em cada zona eleitoral há um juiz eleitoral de primeira instância, designado entre os juízes de direito da comarca.

Compete ao Ministério Público Federal atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral. O Procurador-Geral da República é também o Procurador-Geral Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral. Ele designa Procuradores Regionais para exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência dos Tribunais Regionais Eleitorais. Os membros do Ministério Público estadual oficiam junto aos Juízes incumbidos do serviço eleitoral de cada Zona.



1937

Getúlio Vargas dissolve o Congresso Nacional e outorga uma nova Constituição, que estabelece a ditadura do Estado Novo: são extintos os partidos políticos e a Justiça Eleitoral.

1945

Getúlio Vargas é afastado por um golpe de estado. Nas eleições que se seguem Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República.

1946

Promulgação da quinta Constituição brasileira e quarta da República.

1950

Getúlio Vargas é eleito presidente.



Crítica e valorização

Além da consciência disseminada do caráter fundamentalmente positivo da democracia, esse regime é lembrado também por fatos ou processos de cunho negativo, como a corrupção, o abuso de poder, o distanciamento entre representantes e representados, os programas e promessas eleitorais esquecidos.

Muitos verão nesses sintomas a deixa para não participar mais dos processos eleitorais, votando nulo, por exemplo. Não percebem que, mesmo com suas imperfeições, a democracia representa grandes avanços à situação de falta de direitos políticos existente em outros regimes. Principalmente, não compreendem que a democracia precisa ser constantemente aprimorada. O escritor português José Saramago reafirmou em palavras fortes essa idéia: "Se não encontrarmos um meio de a reinventar, não perderemos apenas a democracia, mas a esperança de ver um dia os direitos humanos respeitados neste planeta. Isso seria o fracasso mais estrondoso de nossos tempos, o sinal de uma traição que marcaria a humanidade para sempre" ("O que é, afinal, a democracia?" Le Monde Diplomatique, edição brasileira, agosto 2004).



1955

Juscelino Kubitschek é eleito presidente.



1960

Jânio Quadros é eleito presidente.



1961

Instala-se o parlamentarismo, limitando os poderes presidenciais e ampliando a influência do Congresso Nacional. Jânio Quadros renuncia e assume a presidência da República João Goulart.

1963

Primeira consulta popular realizada no Brasil. Em referendo, é indicado o presidencialismo como sistema de governo.

Corrupção

A corrupção é um dos temas mais polêmicos nos dias de hoje. Quem não fica indignado com políticos e servidores públicos utilizando do poder de suas funções para obter vantagens para si ou para seus partidos? Infelizmente, várias das características do nosso sistema eleitoral favorecem o surgimento de situações que no mínimo não são éticas, chegando muitas vezes a ser criminosas. As campanhas são caras e extremamente dependentes da colaboração de doadores. A arrecadação ilícita é muito freqüente e escamoteada nas prestações de contas. O resultado é a retribuição aos doadores através do favorecimento na votação de assuntos de seu interesse, o acesso a contratos ou financiamento do estado etc.

Felizmente avanços têm sido conseguidos no Brasil. O mais notável deles foi o papel reservado pela Constituição de 1988 ao Ministério Público. Novas mudanças na legislação eleitoral podem trazer outros avanços. Não obstante, a luta contra a corrupção somente será vencida quando a sociedade se engajar firmemente nesse sentido, através do voto consciente.



O Tribunal Superior Eleitoral cassou 215 políticos desde 1999, quando entrou em vigência o artigo 41-A da Lei das Eleições, que castiga a compra de votos. Foram examinadas mais de duas mil ações.

O cargo político que sofreu maior número de cassações foi o de prefeito, com 101 afastamentos, seguido de vice-prefeito, (53 cassações) e vereador (51).

Em 2006, o TSE cassou 41 registros ou diplomas/mandatos de políticos, sendo 17 prefeitos, 12 vice-prefeitos e 12 vereadores.

(Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, www.tse.gov.br)

No Ceará 37 políticos foram cassados entre 2002 e 2007 (fonte: site do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, www.lei9840.org.br). Parte desses processos aguardam decisão definitiva da Justiça Eleitoral.

1964

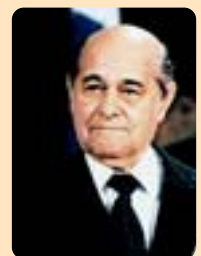
Golpe militar. João Goulart é deposto. Inicia uma ditadura que só iria terminar 21 anos mais tarde, em 1985. Suspensão das eleições para presidente da República e extinção dos antigos partidos políticos (1965). Suspensão das eleições para governador e prefeito de capital (1966)

1980

Início da abertura política, com o restabelecimento das eleições diretas para governador e senador. Organização de novos partidos políticos.

1985

Redemocratização do Brasil. Em eleições indiretas, o Congresso Nacional elege presidente da República o senador oposicionista Tancredo Neves, que falece antes de assumir. O vice-presidente, José Sarney, assume o governo do país e torna-se o primeiro presidente da chamada Nova República. Pela primeira vez na história da República, concede-se o direito de voto aos analfabetos.



A História do voto no Brasil

I. Império (1822 - 1889)

- Votavam apenas homens com pelo menos 25 anos. Para votar e ser votado exigia-se uma renda mínima anual: era o chamado voto censitário.
- A Constituição de 1824 não condicionou o direito de voto à alfabetização, mas como a legislação exigia que a cédula eleitoral fosse assinada, o exercício desse direito era problemático. Somente de 1842 a 1881 os analfabetos puderam votar (é bom lembrar que eram analfabetos “ricos”, devido ao voto censitário).
- Apenas de 5% a 10% da população estava inscrita para votar.
- Entre 1824 e 1842, o alistamento acontecia no dia das eleições, com inúmeras fraudes, sendo comum que uma só pessoa votasse várias vezes.
- Só a partir de 1842 as cédulas eleitorais deixaram de ser assinadas pelos votantes.
- Em 1875 foi criado o primeiro título de eleitor (título de qualificação). Foi introduzido o sigilo do voto.

II. República Velha (1891 - 1930)

- Votavam apenas os homens maiores de 21 anos. O voto censitário foi abolido e proibido o voto dos analfabetos.
- O processo de alistamento era controlado pelas facções dominantes da política local, dando margem a toda sorte de fraudes e manipulações.

1988

Promulgação da sétima Constituição brasileira, dita “cidadã” por ter convocado milhares de brasileiros na sua construção e por ter sido construída dentro de uma visão de direitos.



1989

Após quase 30 anos, é eleito o primeiro presidente pelo voto direto. Pela primeira vez é utilizada a regra dos dois turnos. Fernando Collor de Mello é eleito.



1993

Itamar Franco, vice-presidente, assume o governo, após o afastamento de Fernando Collor, como consequência de um processo de *impeachment* iniciado no Congresso no ano anterior.

1994

Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente no segundo turno.



- Lei de 1904 introduziu o voto a descoberto (o votante recebia uma “segunda via” do seu voto, assinada pelos mesários). Na prática isso acabou com o sigilo, porque ficou fácil controlar o voto.
- A fraude era generalizada, através do chamado “bico de pena” (adulteração das atas de apuração) e da “degola” (não reconhecimento da eleição de parlamentares da oposição pela Comissão Verificadora dos Poderes, na Câmara dos Deputados).

III. Após 1932

- Código Eleitoral de 1932. Criação da Justiça Eleitoral. As mulheres conquistam o direito de votar e serem votadas e é estabelecido o sufrágio direto, secreto e universal.
- Redução da idade mínima para votação de 21 para 18 anos (Constituição de 1934).
- Criação da cédula de votação oficial confeccionada e distribuída pela Justiça Eleitoral. (1955). Até então eram os partidos que distribuíam as cédulas.
- Voto do analfabeto (1985).
- Recadastramento geral dos eleitores, com a criação de um cadastro nacional informatizado, que possibilita um preciso controle da duplicidade de inscrições e extingue a fraude no alistamento (1986).
- Voto facultativo para os jovens de 16 e 17 anos (Constituição de 1988).
- Utilização das urnas eletrônicas e fim da fraude no processo de votação e apuração: municípios acima de 200.000 eleitores em 1996; municípios com mais de 40.500 eleitores em 1998; informatização total no ano 2000.

(“História do Voto no Brasil”, Jairo Nicolau, Jorge Zahar Editor, 2002)

1997

Emenda Constitucional cria a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.



1998

Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente no primeiro turno.

2002

Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República no segundo turno.



2006

Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito presidente no segundo turno.

Terceira parte

**DIÁLOGO COM
OS JOVENS**



Estratégias da educação para os Direitos

Analisando as informações sobre os jovens descobrimos que eles não estão suficientemente escolarizados, que são influenciados em demasia pela mídia e não possuem acesso adequado aos meios de comunicação e aos bens culturais. Esse conjunto de informações nos leva a concluir que a cidadania da juventude está ameaçada. Quando os jovens conhecem menos os seus direitos, têm dificuldades para escolher adequadamente seus representantes e, conseqüentemente, as políticas públicas não refletem a contento as suas necessidades.

Ouvir e interagir com os jovens é o caminho mais rápido para o desenho de muitas políticas públicas que a sociedade precisa desenvolver. Mas como superar os obstáculos que se interpõem entre a vontade dos jovens terem suas vidas melhoradas e a participação efetiva na vida pública? A educação para os direitos é talvez a estratégia mais vigorosa. Também importantes são os esforços de governos voltados para a geração de renda, acesso à cultura e melhoria da educação.

A educação para os direitos, o ponto que nos interessa aqui, tem acontecido de diversas formas

- **Publicidade:** Oliviero Toscani, um polêmico fotógrafo italiano, usa a publicidade de produtos de forma simultânea à defesa de determinados direitos. Já fez campanhas contra o racismo (veja ilustração), a homofobia, a anorexia no universo da moda, entre outras.



- **Vivências:** Criar situações para que as pessoas sintam as dificuldades experimentadas cotidianamente por determinadas categorias é uma maneira de sensibilizar e provocar mudanças de comportamento. Exemplo clássico é do restaurante Blindekuh, que trabalha os direitos dos cegos em Zurique; funciona completamente às escuras para que as pessoas sem deficiência visual possam entender melhor outras realidades.



- **Educação entre pares:** O termo é oriundo do inglês *peers* que significa pares ou iguais. A Educação entre pares é um termo utilizado para se referir à metodologia de trabalho desenvolvida e implementada por pessoas de um mesmo grupo populacional. Em termos de educação para comportamentos sexuais seguros, por exemplo, reconhece-se que o diálogo de jovem para jovem tem mais potencial para mudar comportamentos que diálogos adultos-jovens.

- **Literatura especializada:** Literatura infantil tem sido pródiga no lançamento de livros que trabalham educativamente temas relacionados ao desenvolvimento social e pessoal. No Ceará o projeto *Eu Sou Cidadão* ofereceu vários títulos que tratam de temas como gravidez na adolescência, defesa do patrimônio público, entre outros.
- **Jogos:** Trabalhar de forma lúdica é uma opção muito recorrente. A criação de brinquedos e jogos atrai muito o interesse de crianças e jovens. É o caso do Jogo do Estatuto da Cidade, cujo objetivo é familiarizar os participantes com os conteúdos e instrumentos do Estatuto da Cidade.
- **Treinamentos e formação acadêmica:** Há alguns anos só militantes falavam em Direitos Humanos. Hoje procura-se que eles estejam integrados à prática de gestores públicos de todas as áreas, inclusive militares e policiais. No Ceará, por exemplo, o Curso de Formação de Soldados de Fileira (CFSDF), promovido pela Polícia Militar, dá formação em Direitos Humanos.



O caminho do Programa Eleitor do Futuro

Muitas são as oportunidades de aprendizagem política que a escola pode proporcionar, sendo a mais importante delas a formação para a cidadania, que acontece quando crianças e adolescentes são estimulados a construir e expressar opiniões sobre o viver-em-sociedade nas próprias atividades de sala de aula. Qual o melhor lugar para crianças e adolescentes se iniciarem na política senão a escola? Daí a opção do TRE de manter como foco do Programa Eleitor do Futuro a atuação junto aos estudantes.

Rodas dialógicas

Algumas decisões práticas são necessárias, pois na escola o tempo é sempre curto e a movimentação incessante. Quais estratégias educativas escolher? As opções não são muitas. Oficinas exigem mais tempo do que o disponível; projeções e debate de filmes exigiriam estruturas físicas e equipamentos inacessíveis.



Pensando nisso, escolhemos o formato aula como modo mais eficiente de aproveitar o tempo e espaço disponíveis. Não a aula tradicional, onde uma pessoa “ensina” e os demais “aprendem”. Falamos de uma aula onde a participação e o diálogo são o centro das atividades, uma aula da qual todos saem estimulados para querer mais da vida. Com o intuito de evitar qualquer identificação com as velhas aulas, denominaremos estas atividades de **Rodas Dialógicas**.

Fundamentos pedagógicos

Uma das tarefas que o educador do Programa Eleitor do Futuro tem pela frente é planejar suas atividades educativas de acordo com o perfil dos participantes e as especificidades do ambiente onde elas vão se desenvolver. Mais adiante apresentaremos algumas sugestões de atividades que servirão como apoio para as rodas dialógicas, mas é importante ir além da execução e entender como elas são criadas e funcionam.

A seguir, apresentamos informações esquemáticas sobre metodologias utilizadas por diferentes escolas pedagógicas, de períodos históricos distintos, selecionadas a partir do texto “A Teoria educacional no ocidente: entre modernidade e pós-modernidade”, do professor Paulo Ghiraldelli Jr (Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, vol 14, nº 2, abril - junho 2000).

Um saber muito útil para qualquer educador é a preocupação dessas escolas com o encadeamento das propostas, formando um todo conceitual. Outros pontos são a certeza de que a aprendizagem não resulta de uma transferência de conteúdos, e a necessidade da postura ativa do educando no processo de aquisição do conhecimento. O educador deve ser um desafiador, um problematizador: ele deve criar situações para as quais o educando procura soluções. Este exercício do pensar é muitíssimo mais importante do que a mera memorização de conteúdos.



Esquema do método educativo, de Johann F. Herbart

Passo 1	Preparação: O professor recorda o assunto anteriormente ensinado ou põe em foco conhecimentos que o aluno já possui.
Passo 2	Apresentação do tema: Apresenta aos alunos a nova temática; procura provocar o interesse apresentando conceitos morais, históricos e científicos, sobre o tema que servirão de base para o processo de ensino-aprendizagem;
Passo 3	Associação: Os novos conceitos serão assimilados pelos alunos à medida que forem induzidos a uma associação com as idéias e conceitos já conhecidos. Associa-se o novo com o velho.
Passo 4	Generalização: O professor estimula que os alunos partam das situações específicas para chegar a abstrações, leis.
Passo 5	Aplicação: As generalizações feitas na fase anterior são aplicadas a outros casos ainda não abordados.



Esquema do método educativo, de John Dewey

Passo 1	Atividade e pesquisa: O processo de ensino-aprendizagem tem início quando, pela atividade dos estudantes, eles se defrontam com dificuldades e problemas, tendo então o interesse aguçado.
Passo 2	Problemas: Segue-se a enumeração e a eleição de problemas.
Passo 3	Hipótese e/ou heurística: Dewey, por sua vez, nesta fase do processo de ensino-aprendizagem, está preocupado em ajudar os alunos na atividade de formulação de hipóteses ou caminhos heurísticos (a grosso modo: a heurística é a formulação de soluções criativas para problemas) para enfrentar às questões admitidos na fase anterior.
Passo 4	Coleta de dados: Neste passo procura-se substanciar as hipóteses formuladas anteriormente. É o momento de pesquisas, de uso da memória, da articulação de dados capazes de dar consistência às hipóteses ou uma melhor sustentação às propostas inventivas.
Passo 5	Experimentação e/ou julgamento: Nesta fase final são eleitas uma ou duas hipóteses cujas teses são confirmadas por experiências. Ou seja, escolhe-se uma solução, abandonando-se caminhos que no decorrer do processo se mostraram inconsistentes, sem lógica ou sem comprovação.

Observações: As experiências são essenciais para Dewey. Servem para observar e para provar. Assim, é possível construir o conhecimento. O educador deve em sala de aula entrelaçar vivências e conhecimentos, sejam as próprias ou a dos alunos. A aprendizagem, a produção de saberes é principalmente uma ação coletiva. A pedagogia de Dewey é inovadora se opondo à escola tradicional. Mas, aceita sem criticar a sociedade do seu tempo.



Esquema do método educativo, de Paulo Freire

Passo 1	Vivência e pesquisa: O educador vivencia a comunidade dos educandos, observando suas vidas e participando de suas circunstâncias, deixa de ser educador para ser educador-educando.
Passo 2	Proposição de temas geradores: O educador propõe palavras-chave colhidas no seio da comunidade de educandos e que podem despertar a atenção destes, uma vez que fazem parte de suas atividades vitais.
Passo 3	Problematização: Uma vez que os temas geradores já tenham sido trabalhados, começa-se a problematizá-los, desenvolvendo-se uma atividade de diálogo horizontal entre educador e educando e vice-versa, de modo que os temas geradores possam ser entendidos como problemas políticos.
Passo 4	Conscientização: Este é o momento em que educador-educando e educando-educador, ao traçarem as relações entre suas vidas e o poder, através da problematização dos temas geradores, percebem o que acontece com eles enquanto seres sociais e políticos passam a ter consciência de suas condições na pólis.
Passo 5	Ação política: O passo final na teoria freireana é a tentativa de solução do problema apontado desde o tema gerador através da ação política.

Observações: A base desta pedagogia é o diálogo, a comunicação. Voltada para a construção de novas formas de relações humanas que estejam preocupadas em fazer que as pessoas criem, por elas próprias, uma consciência crítica do mundo em que vivem. A educação é um processo de conscientização, que dá ferramentas para se envolver na luta política e na transformação da realidade social. Mas vale ressaltar que para Paulo Freire não basta denunciar a situação desumanizante: é preciso anunciar a sua superação.



Esquema do método educativo, de Richard Rorty e Donald Davidson

Passo 1	Apresentação de problemas - Apresentação de situações problemáticas, ou peculiares, questões culturais, éticas, étnicas, de convivência entre gêneros, mentalidades e modelos políticos diferentes, que são demonstradas por diversos meios: do cinema, literatura, história em quadrinhos etc.
Passo 2	Articulação entre os problemas apresentados e os problemas da vida cotidiana: Relaciona-se as situações problemáticas com memórias e perspectivas dos educandos, suas comunidades, sua sociedade. Aqui, propõe-se ao estudante a ver de dentro, como se fosse um personagem, a narrativa apresentada anteriormente. Ao mesmo ele é estimulado a ser um filósofo, um juiz dos desdobramentos internos da narrativa.
Passo 3	Discussão dos problemas através de narrativas não hierarquizadas epistemologicamente: São apresentadas mais narrativas sobre os problemas. É realizada uma abordagem lingüística para que o aluno perceba que nenhuma narrativa é superior às demais (por exemplo: a narrativa científica ser mais verdadeira que a ficcional). Cada tipo de narrativa dá conta de funções lingüísticas diferentes, alguns utilizando um campo metafórico, outros se apoiando na linguagem literal. Ou seja, o aluno chegará à realidade a partir de diferentes recursos epistemológicos.
Passo 4	Formulação de novas narrativas: Aqui, o educando cria sua própria narrativa, redescreve as narrativas dos problemas à sua maneira. Em seguida, dialoga sobre sua produção, sobre a pertinência dela com os colegas, com o professor. Com o mesmo objetivo, vai aos livros, internet etc. Nesta fase a imaginação e a criação de metáforas prevalecem.
Passo 5	Ação cultural, social e política: Leva-se as idéias e sugestões vindas das narrativas e suas redescrições para o campo cultural, social e político de cada um. Isso é feito através de mediações intelectuais, morais e estéticas. O ponto de chegada pode ser a ação política organizada, inclusive a partidária. Porém, a própria criação de narrativas que posicione-se garantindo direitos democráticos já é uma ação política.

Observações: Note-se que nesta metodologia o educador parte do princípio de que a linguagem não é apenas literal, mas que utiliza de recursos metafóricos (os artísticos, por exemplo). Tal posicionamento, segundo Ghiraldelli, pode "fornecer 'autoridade semântica' para os grupos oprimidos redescreverem-se e, assim, ganharem vez e voz na sociedade à medida que puderem colocar seus vocabulários alternativos, seus jogos de linguagem secundarizados, como elementos também contáveis na sociedade".

Orientações práticas para a roda dialógica

Apresentamos a seguir algumas reflexões sobre o funcionamento de uma roda dialógica, técnica em que educador e educando se colocam de igual para igual para aprofundar determinados assuntos. O mais importante dessa técnica é o estabelecimento de uma relação não hierárquica, não autoritária. Isto não significa que o educador tenha que abdicar da autoridade. O respeito pelo papel e pelo trabalho do educador vem da sua prática e não se manifesta para estabelecer diferenças ou para deixar o educador em uma posição de controle absoluto. Nessa maneira de trabalhar, todos, inclusive os educandos, são responsáveis pelo ambiente de convivência e aprendizagem. Vejamos mais algumas orientações:

- Conhecer as condições: quanto tempo tem para o diálogo, onde, com quem, sobre o quê?
- Procurar conhecer os participantes antes do evento. A abordagem do tema deve partir do conhecimento do seu cotidiano. Também aqui, o cotidiano é ponto de partida e chegada. A roda dialógica deve começar com perguntas sobre suas realidades, chegar a informações e reflexões, que, por sua vez, interagirão com o dia-a-dia dos ouvintes.
- Criar uma seqüência lógica para a atividade. Exemplo: 1º Ler uma notícia do Jornal. 2º Apresentar uma situação para debate a partir dessa leitura. 3º Provocar a indignação. 4º É possível fazer alguma coisa? 5º Comentários das respostas dadas pelos jovens. 6º Apresentação de alternativas. 7º Parabéns aos presentes.
- Use vídeos, músicas; mas não abuse. Trechos de 5 a 10 minutos são mais do que suficientes para provocar o interesse e a participação.
- Desenvolver cada um dos passos: Como se apresentar? Dizer o quê? Qual notícia de jornal ler? Será conveniente ter várias notícias de jornais para escolher uma na hora? Músicas, trechos de filmes, poemas devem ser escolhidos levando em conta o modo de pensar dos jovens.
- Preparar fichas para ajudar a lembrar a seqüência com que as idéias devem ser apresentadas.
- Checar no dia anterior o conhecimento do tema; repassar a seqüência das idéias.



- Preparar o ambiente de forma que todas as pessoas possam se ver, conversar entre si. O círculo ou o semicírculo são os melhores formatos para essa finalidade.
- Dar atenção às pessoas; não concentrar um olhar em uma determinada direção.
- Não permitir que as discussões fujam da proposta: explicar de uma forma gentil, porém firme, que isso pode ser discutido em um outro momento, que agora estão seguindo um fio lógico e o desafio é responder a uma pergunta específica.
- O tempo é sempre curto e precisa ser bem utilizado. Pessoas que contam casos específicos, polêmicas, digressões podem ser interrompidas com elogios aos aspectos expressivos e explicações sobre o tempo para a oficina não permitir intervenções mais longas.

Como estragar uma roda dialógica

- Não escute com interesse quando as pessoas se manifestarem. Ou melhor, fale sozinho;
- Deixe as pessoas falarem todo o tempo que quiserem;
- Alongue as histórias; conte tudo nos mínimos detalhes;
- Mantenha o contato com a platéia repetindo algumas palavras. Dê preferência a “OK” ou “né?”;
- Interrompa as pessoas de uma forma grosseira;
- Fale de sua vida o máximo possível. Elogie a si ou à instituição que você representa sempre que puder;
- Procure não colocar vida nas coisas que fala;
- Reclame sempre que puder;
- Imita os adolescentes; vá com roupas dos seus filhos; fale muitas gírias;
- Escolha algumas pessoas da platéia e fale só para elas. Esqueça todos os outros. Em hipótese nenhuma fique virando a face para olhar para todas as pessoas;
- E principalmente: decore o que você vai falar ponto por ponto. O tom de voz de uma palestra decorada é um espetáculo.

Quarta parte

SUGESTÕES DE RODAS DIALÓGICAS



Sugestões de atividades

O educador poderá escolher, dentre as atividades que seguem, aquela com a qual mais se identifique. O tempo é um fator limitador. Para cada pergunta lançada o educador deve colher apenas algumas opiniões dos alunos. Na próxima pergunta, deve procurar dar voz a outros alunos interessados em falar. A leitura do livro de base dará a segurança para escutar a contribuição dos alunos e, ao mesmo tempo, agregá-la com outros conteúdos que consideramos importantes neste processo de reflexão sobre a participação democrática dos jovens.

1. Um movimento na história


Tempo	Tópico	Objetivo	Descrição
3 min	Momento inicial	Apresentação do educador e da proposta.	Abertura: O educador se apresenta, diz que participa do Programa Eleitor do Futuro, que não pretende realizar uma palestra, mas um bate-papo onde todos, inclusive ele próprio, possam trocar idéias e aprender alguma coisa.
12 min	Diálogo 1	Levar os jovens à percepção das eleições como um momento de mobilização das pessoas.	<p>Pergunta geradora: Um dos momentos mais importantes para uma democracia são as eleições. Vocês conhecem pessoas que ficam entusiasmadas em épocas de eleições?</p> <p>Comentário: É assim em todo lugar. Muita gente envolvida.</p> <p>[caso ninguém se manifeste ou haja manifestações em contrário]: Não se lembram? Se a gente olhar o jornal da TV o assunto é este; os carros estão cheios de adesivos; as pessoas freqüentemente conversam ou mesmo discutem sobre seus candidatos.</p> <p>Perguntas geradoras: Por que as eleições mexem tanto com as pessoas?</p> <p>Comentário: A mobilização acontece porque se está decidindo como vai ser administrada a nossa casa; a mobilização acontece porque há muitos interesses envolvidos (interesses públicos e particulares, interesses legítimos e escusos).</p>
12 min	Diálogo 2	Observar que a liberdade de expressão é uma condição para a democracia.	<p>Perguntas geradoras: Como é que acontece uma eleição? Como é o ambiente da eleição? Há debates entre os candidatos? Todos têm iguais chances de apresentar suas idéias? A crítica é bem aceita?</p> <p>Comentário: Comentando as respostas, enfatizar que a sociedade brasileira teve progressos no campo da liberdade de expressão. Percebemos que muitas situações eleitorais ainda precisam ser corrigidas. Muitas vezes quem tem mais, pode mais. Tudo isso ainda precisa evoluir: mas temos que reconhecer que comparando com o passado progredimos muito. Por exemplo: <i>No Brasil do século XIX só os grandes proprietários votavam. No começo do século XX as mulheres eram ridicularizadas por quererem votar. Serem candidatas nem pensar (as mulheres conquistaram os direitos políticos em 1932). Os analfabetos votavam no século XIX, depois foi retirado este direito, que só voltou em 1985. O voto dos mais jovens, das pessoas entre 16 e 18 anos também foi uma conquista muito recente (1988).</i></p>

5 min	Narrativa 1	Oferecer informações de outra época para tornar possível uma comparação entre um período democrático e outro não democrático.	<p>O ambiente das eleições também era bem diferente. O educador utiliza o texto que segue para construir sua narrativa.</p> <p>Um pouco de história <i>Nas primeiras décadas de Brasil República [a República iniciou em...] as chances de alguém fora dos círculos dominantes ser eleito eram nulas. Competitividade só existia entre as elites, pois a administração do processo eleitoral era manipulada pelo governo do começo ao fim:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O alistamento dos eleitores era conduzido de forma a excluir aqueles que votariam nos candidatos da oposição; permitia-se o registro de muitos "eleitores fantasmas"; - As pressões eram de diversos tipos: o voto era em aberto e as urnas instaladas em casas de particulares. Todos sabiam quem não votasse com o candidato oficial. Homens da Força Pública e pistoleiros estavam à disposição para aumentar a pressão ou promover represálias. - Na fase de apuração, a contagem dos votos poderia durar semanas facilitando que sempre chegassem urnas que ainda não tinham sido abertas e que sempre favoreciam o candidato oficial. - Mesmo que um candidato ainda assim fosse eleito ele precisaria ser reconhecido por uma comissão formada pelo legislativo anterior. Frequentemente, acontecia a degola, que era o ato de não realizar a diplomação de candidatos da oposição eleitos.
10 min	Narrativa 2	Apresentar a tese de que junto com democratização política vem uma melhoria no acesso a bens e serviços públicos.	<p>Perguntas geradoras: Será que estes avanços políticos melhoram a vida da população? Como era a vida dos nossos avós e bisavós? Estudavam? Onde moravam?</p> <p>Comentário: Por maiores que sejam as dificuldades os mais velhos sempre afirmam que vivemos bem melhor que antigamente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoras no campo da saúde (mortalidade infantil caiu muito, longevidade aumentou). - Melhoras no campo dos transportes. - Melhoras no campo do acesso à informação (televisão, rádios estão na maioria das casas, a internet vem chegando...). - Melhoras na alimentação (merenda escolar, cestas básicas, salário mínimo).
15 min	Diálogo 3	Estimular os jovens a se situarem historicamente de forma responsável.	<p>Perguntas geradoras: Muitas gerações lutaram para repassar estas conquistas: e vocês? Com que sonhos poderiam se comprometer? Por quais avanços na cidadania poderiam lutar?</p> <p>Comentário: Uma das conquistas foi a própria possibilidade de participação no processo político. Isso pode ser usado para criar novas conquistas para as gerações futuras. Reafirmar vínculos entre democracia, participação e conquista de novos direitos (ver ilustração página....)</p>
10 min	Recado	Informar sobre as condições para alistamento.	<p>Comentário: Quase terminando a manhã, um recado para vocês: (o educador passa informações sobre o alistamento eleitoral).</p>
3 min	Despedida	Se despedir e ao mesmo tempo reforçar o papel dos jovens na vida social.	<p>Comentário: Terminamos um bom debate. Isso me confirma mais uma vez que a imagem de que o jovem só quer se divertir e que é um irresponsável não corresponde à realidade.</p>
Tempo total: 65 minutos			

2. Participar vale a pena?

Tempo	Tópico	Objetivo	Descrição
3 min	Momento inicial	Apresentação do educador e da proposta.	Abertura: O educador se apresenta, diz que participa do Programa Eleitor do Futuro, que não pretende realizar uma palestra, mas um bate-papo onde todos, inclusive ele próprio, possam trocar idéias e aprender alguma coisa.
7 min	Apresentação das estatísticas	Repassar informações que servirão de suporte para o diálogo.	O educador distribui folhas contendo estatísticas e breves reflexões (Trechos do Livro do Educador, que ele mesmo poderá selecionar). Solicita que os alunos leiam para servir de base para a conversa. Leitura silenciosa ou em voz alta.
10 min	Diálogo 1	Discussão de dados da realidade brasileira.	Pergunta geradora: Que realidade é que as estatísticas nos mostram? Comentário: Essas realidades sociais citadas por vocês são difíceis e precisam ser enfrentadas.
8 min	Diálogo 2	Demonstrar diferentes tipos de participação juvenil.	Pergunta geradora: Existem jovens que estão contribuindo de alguma forma para enfrentar esta realidade? Comentário: Existem diferentes formas de participar. <i>E constata a migração dos jovens para uma participação social através da cultura: as bandas, as rodas de capoeira, os grupos de teatro, os jornais estudantis e outras formas de comunicação, que possuem uma capacidade de atração maior que o movimento estudantil.</i>
10 min	Diálogo 3	Dialogar sobre as vantagens da participação eleitoral.	Perguntas geradoras: Voto aos 16. Vale a pena ter uma participação eleitoral? Comentário: Política pública não é só escola. Se o jovem quer acesso à cultura e acesso ao mundo do trabalho precisa procurar aliados no mundo da política. Escolhendo bem, o voto, a participação eleitoral vale a pena.
20 min	Diálogo 4 e conclusão	Apresentar a perspectiva de que a democracia precisa ser constantemente aprimorada.	Perguntas geradoras: Muita coisa tem dado certo. Por outro lado muita coisa está errada. A democracia precisa ser aprimorada constantemente. Como? Comentário: Sintetizar respostas dos alunos; acrescentar algum aspecto que tenha sido esquecido: a. participando, lutando coletivamente b. votando bem c. conhecendo as regras do jogo d. mudando as regras do jogo, quando necessário
10 min	Recado	Informar sobre as condições para o alistamento eleitoral.	Comentário: Quase terminando a manhã, um recado para vocês: (o educador passa informações sobre o alistamento eleitoral).
2 min	Despedida	Se despedir e ao mesmo tempo reforçar o papel dos jovens na vida social.	Comentário: Terminamos um bom debate. Isso me confirma mais uma vez que a imagem de que o jovem só quer se divertir e que é um irresponsável não corresponde à realidade.
Tempo total: 70 minutos			

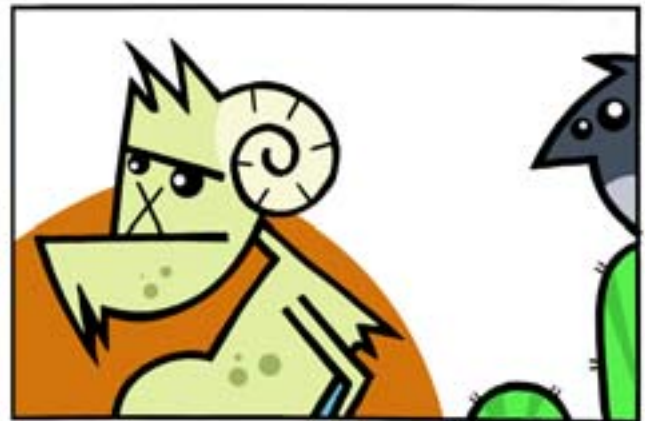
3. Voz e vez da juventude

Tempo	Tópico	Objetivo	Descrição
5 min		Preparação do ambiente.	O educador distribui folha com as ilustrações (veja ao lado para fazer reprodução). 
3 min	Momento inicial	Apresentação do educador e da proposta.	Abertura: O educador se apresenta, diz que participa do Programa Eleitor do Futuro, que não pretende realizar uma palestra, mas um bate-papo onde todos, inclusive ele próprio, possam trocar idéias e aprender alguma coisa
10 min	Diálogo 1	Apresentar a Voz como uma poderosa metáfora sobre participação política.	Perguntas geradoras: Voz... (Que metáfora, que símbolo é esse? Para que serve a voz nestes quadrinhos? Quando falamos que fulano não tem nem vez, nem voz o que queremos dizer?) Comentário: Voz como força expressiva, capacidade de alertar, anunciar, denunciar, dizer, contradizer, argumentar, refletir, reivindicar.
15 min	Diálogo 2	Refletir sobre a participação política dos jovens.	Perguntas geradoras: Como é a voz dos jovens? Comentário: Juventude é bastante ouvida, mas os seus anseios são transformados em produtos para serem consumidos. Se deseja liberdade, isso vira marca de cigarro (Free) ou a qualidade de um carro. Mas mesmo assim a voz do jovem se faz ouvir através dos grupos que ele participa, das atividades estudantis, dos grupos religiosos, da participação em partidos, em bandas. Tudo isso são formas de participar da sociedade, de se associar, de se expressar.
15 min	Diálogo 3	Refletir sobre a participação dos jovens na democracia e mais especificamente nas eleições.	Pergunta geradora: Voto aos 16: funciona como voz? Comentário: (se for o caso concordar que de fato existem contradições, mas se posicionar firmemente: ninguém pode falar tão bem sobre os jovens como eles próprios) Pergunta: Para que democracia? Interessa aos jovens esse regime político? Comentário: A democracia tem permitido a construção histórica da cidadania, a ampliação dos direitos. Hoje as políticas públicas para jovens se resumem basicamente à escola. Falta investir muito mais em geração de renda e acesso à cultura e ao emprego. (Se a conversa partir para uma crítica da democracia lembrar que ela precisa ser aperfeiçoada constantemente e com a participação de todos)
15 min	Tira dúvidas	Passar informações sobre o processo eleitoral.	Pergunta geradora: Vocês têm alguma dúvida sobre as eleições? Talvez eu possa ajudar. O educador apresenta informações sobre alistamento eleitoral.
2 min	Despedida	Se despedir e ao mesmo tempo reforçar o papel dos jovens na vida social.	Comentário: Terminamos um bom debate. Isso me confirma mais uma vez que a imagem de que o jovem só quer se divertir e que é um irresponsável não corresponde à realidade.
Tempo total: 60 minutos			



4. O que é juventude

Tempo	Tópico	Objetivo	Descrição
4 min	Antes do início das atividades	Preparação do ambiente.	O educador distribui folha com Ilustração. Veja ao lado para reprodução. 
15 min	Momento inicial	Apresentação do educador e da proposta.	O educador se apresenta, diz que participa do Programa Eleitor do Futuro, que não pretende realizar uma palestra, mas um bate-papo onde todos, inclusive ele próprio, possam trocar idéias e aprender alguma coisa.
12 min	Diálogo 1	Desconstruir imagens estereotipadas da juventude; estimular os jovens ao diálogo inteligente.	Pergunta geradora: O que é a juventude? Comentário: O certo nem seria falar juventude, mas juventudes (ver páginas 15 e 16 do Livro do Educador). Observamos que tal como no desenho, a juventude também passa uma imagem que não percebe toda a força, todo o potencial, pois é construída com muitos estereótipos: jovem é irresponsável, jovem só quer saber de se drogar, jovem é contra tudo e contra todos.
12 min	Diálogo 2	Introduzir o tema das demandas sociais: situações que a sociedade precisa analisar.	Pergunta geradora: Percebemos pequenas e grandes situações difíceis em nossa volta. Saúde, acesso à cultura, acesso a emprego. A sociedade está conformada com isso ou a sociedade está querendo mudar? Comentário: A sociedade é composta de muitos segmentos. Existem setores não conformados e existem setores indiferentes.
12 min	Diálogo 3	Discutir o espaço para a participação juvenil.	Pergunta geradora: Se o jovem quiser ajudar a mudar a sociedade há espaço para ele participar da política? Ou ele não tem voz e nem vez? Comentário: O jovem ocupa cada vez mais espaços. Hoje tem voto aos 16. Existem conselhos da juventude para ajudar aos governos a formular políticas públicas (afinal, o jovem não quer só escola), existem grêmios, jornais estudantis etc.
10 min	Diálogo 4	Refletir sobre a participação dos jovens na democracia e mais especificamente nas eleições.	Pergunta geradora: E no campo das eleições? A participação poderia ser maior? Os jovens poderiam entrar com mais força para influir na nossa sociedade? Como? Comentário: Sintetizar as respostas dos alunos; acrescentar algum aspecto que tenha sido esquecido. Ficar atento às seguintes possibilidades de resposta: a. participando, lutando coletivamente b. votando bem c. conhecendo as regras do jogo d. mudando as regras do jogo, quando necessário
5 min	Recado	Informar sobre as condições para alistamento eleitoral.	Comentário: Um recado para vocês antes de terminar (o educador passa neste momento informações sobre o alistamento eleitoral).
5 min	Conclusões	Permitir que a roda de diálogo seja concluída.	Conclusão: Vamos ficando por aqui. Nosso tempo chegou ao fim: Alguém gostaria de fazer rapidinho um comentário final?
Tempo total: 75 minutos			



5. Criando sua própria história

(com uso de vídeo)

Tempo	Tópico	Objetivo	Descrição
5 min	Momento inicial.	Apresentação do educador e da proposta.	Abertura: O educador se apresenta, diz que participa do Programa Eleitor do Futuro, que não pretende realizar uma palestra, mas um bate-papo onde todos, inclusive ele próprio, possam trocar idéias e aprender alguma coisa
20 min	Projeção de vídeo e debate	Pôr em discussão a cidadania enquanto processo de construção histórica.	Vídeo: O educador passa cena do filme Coração Valente em que um senhor exige a primeira noite. (VIDEO NÃO DISPONÍVEL, VER EM LOCADORAS) Comentário: Os direitos do cidadão, como exercemos agora, são relativamente recentes. Há poucos séculos atrás o senhor da terra era também dono das pessoas. Em outros momentos, só uma pessoa tinha todos os direitos (absolutismo). Pergunta geradora: Isso tem paralelo com a nossa história? Houve momentos em que as pessoas tinham senhores? Comentário – O educador deve lembrar a escravidão, o coronelismo, o poder dos maridos
	Projeção de vídeo e debate	POr em discussão o processo histórico de aprimoramento da democracia.	Vídeo: O educador exhibe mais um trecho do filme. O protagonista de Coração Valente se rebela. Pergunta geradora: Conhecem outras histórias do cotidiano sobre expressão política e luta por direitos? Comentário: A participação política foi conquistada e continua sendo conquistada diariamente. Não foi dada. Uma das vitórias foi o voto. O educador fala de ampliação do voto ao longo da nossa história. Perguntas geradoras: A gente vê muita coisa boa acontecendo, mas vê muita coisa errada também. Muita gente se pergunta se vale a pena votar? A pergunta é: vale a pena participar da democracia? Das eleições, de movimentos sociais e estudantis? Comentário 1 – A democracia precisa ser aperfeiçoada constantemente e com a participação de todos. Comentário 2 – Hoje as políticas públicas para jovens se resumem basicamente à escola. Falta investir muito mais em geração de renda e acesso à cultura. Para isso acontecer, os jovens precisam exigir que a sociedade trate desses temas. Isso pode acontecer pelo voto e pela participação.
10 min	Recado	Informar sobre as condições para alistamento eleitoral	Comentário: Um recado para vocês antes de terminar (o educador passa neste momento informações sobre o alistamento eleitoral).
2 min	Despedida	Instigar os jovens a darem continuidade às reflexões.	Conclusão: Uma coisa para se pensar depois: Que idéias surgem dessa nossa conversa? Que tipos de coisas os jovens poderiam fazer para criar suas próprias histórias?
Tempo total: 62 minutos			

6. Juventude em movimento

(com uso de vídeo)

Tempo	Tópico	Objetivo	Descrição
3 min	Momento inicial	Apresentação do educador e da proposta.	Abertura: O educador se apresenta, diz que participa do Programa Eleitor do Futuro, que não pretende realizar uma palestra, mas um bate-papo onde todos, inclusive ele próprio, possam trocar idéias e aprender alguma coisa.
15 min	Projeção de vídeo e debate	Estimular os jovens a pensarem sobre o papel da mobilização estudantil.	Projeção: O educador exhibe trecho do filme Retratos e Bandeiras (a cena de mobilização estudantil). VÍDEO DISPONÍVEL. Comentário: Durante muito tempo, na época da ditadura, os grêmios e movimentos estudantis eram ilegais ou tinham suas ações severamente controladas. Em outros séculos não se poderia nem pensar em organização política de qualquer espécie. Um rei ou um imperador mandavam, de forma absoluta e sem controle. Pergunta geradora: É importante que existam movimentos estudantis? Para quê? Os estudantes podem ganhar benefícios como meia, mas a escola e a sociedade ganham alguma coisa?
10 min	Diálogo 1	Ampliar o conceito de participação juvenil.	Pergunta: O movimento estudantil era a principal forma de mobilização dos jovens. Hoje existem muitas outras. Poderiam dar exemplos? Comentário: O educador ouve exemplos, estimula que um estudante explique o funcionamento de uma atividade extra-classe. Ou atividade cultural. Ao final, sintetiza lembrando o importante espaço de movimentos culturais como o hip-hop; o jornal estudantil, o grupo de teatro.
15 min	Diálogo 2	Refletir sobre a participação dos jovens na democracia e mais especificamente nas eleições.	Pergunta geradora: E a participação nas eleições? E a participação através do voto... o que vocês acham? Comentário: (se for o caso concordar que de fato existem contradições, mas se posicionar firmemente: ninguém pode falar tão bem sobre os jovens como eles próprios) Pergunta geradora: Para que democracia? Interessa aos jovens esse regime político? Comentário: A democracia tem permitido a construção histórica da cidadania, a ampliação dos direitos. Hoje as políticas públicas para jovens se resumem basicamente à escola. Falta investir muito mais em geração de renda e acesso à cultura. (Se a conversa partir para uma crítica da democracia, lembrar que ela precisa ser aperfeiçoada constantemente e com a participação de todos).
15 min	Recado	Passar informações sobre o processo eleitoral.	Pergunta: Vocês têm alguma dúvida sobre as eleições? Talvez eu possa ajudar.
2 min	Despedida	Se despedir e ao mesmo tempo reforçar o papel dos jovens na vida social.	Conclusão: Vamos ficando por aqui. Nosso tempo chegou ao fim: Alguém gostaria de fazer rapidinho um comentário final?
Tempo total: 60 minutos			

Mais oficinas pedagógicas

No segundo semestre de 2003, como parte das atividades iniciais do Programa Eleitor do Futuro, 241 escolas públicas do Ceará elaboraram e executaram projetos de educação política. Como indicativo de outras atividades que podem ser realizadas em sala de aula, apresentamos a seguir oficinas propostas pelo Colégio Estadual Regina Pacis, de Crateús.

1ª Oficina: Sair do Papel

Objetivos:

1. Criar um espaço para refletir sobre as diferentes formas de pensar dos jovens e o que é ser cidadão;
2. Evidenciar a importância do engajamento político para a valorização da participação e dos pontos de vista de cada um e a criação de novas lideranças entre os jovens.

1º Momento: *Dinâmica: O convite*

Entregar a cada participante uma folha de papel e pedir que coloquem, em ordem de prioridade, três coisas que têm mais importância para os jovens hoje. Diante das respostas, fazer o convite para o debate democrático, através do diálogo, da informação, do saber escutar, cada um expondo aos outros seu ponto de vista, refletindo e argumentando sobre as escolhas.

2º Momento: *Texto: Cidadão de Papel*

Os alunos devem organizar-se em grupo e ler o texto e o professor facilitador expõe em uma folha de papel madeira as seguintes questões para serem discutidas e serem feitas as reflexões logo após a leitura:

4 Por que as pessoas têm opiniões diferentes sobre a prática da cidadania?

5 O que é ser cidadão de papel?

6 Como fazer que a maioria dos jovens deixem de ser cidadãos de papel?

7 Quais os espaços e oportunidades que os jovens devem buscar para opinar e discutir sobre questões políticas e sociais em nossa sociedade?

Durante o debate, os alunos devem fazer anotações sobre as reflexões do grupo.

3º Momento: *Plenária*

Fazer a socialização das reflexões e abrir as discussões. Após as discussões, analisar as opiniões de cada grupo e enfatizar que esse é um espaço democrático em que todos dão sua opinião, onde cada pessoa tem seu ponto de vista e ninguém é obrigado a pensar como o outro pensa.

4º Momento: *Encerramento da Oficina Painel da Cidadania*

O professor entrega a cada aluno um boneco de papel onde eles devem escrever uma palavra que possa expressar o que ele compreendeu sobre o que é ser cidadão. Em seguida, apresentar ao grupo e colar no painel.

2ª Oficina: Horizontes...

Objetivos

Refletir sobre sonhos, desejos, valores pessoais; fatores que influenciam sobre o jeito de pensar de cada um; a importância da participação dos jovens na sociedade.

1º Momento: *Dinâmica: Meu sonho*

O professor apresenta um cartaz com três colunas, onde na primeira está escrito SONHOS, na segunda, ESCOLHAS, e na terceira, PRIORIDADE.

Em seguida, entregar aos alunos um cartão amarelo e pedir que escrevam seis sonhos que reflitam suas aspirações pessoais; logo após, entregar um cartão azul e pedir que escolham do cartão anterior três sonhos; e no momento seguinte, entregar um cartão para que escrevam que sonho priorizar. Ao longo da atividade, esclarecer que sonhos, desejos, valores têm uma importância fundamental na construção do meu objetivo de vida e que o jovem, nessa fase, em geral, está fortemente influenciado pelos outros, pela mídia etc.

Após todos terem concluído, pedir que coletem no cartaz o cartão amarelo na primeira coluna; o cartão azul na segunda coluna; e, por último, o cartão verde.

Provocar uma discussão sobre o valor e os limites dos sonhos, ressaltando a importância de saber *escolher e priorizar*, para poder realizar aspirações pessoais e evitar que se tornem meras *ilusões*.

2º momento: Depoimentos

Trazer reproduções de depoimentos de jovens engajados em movimentos sociais e distribuir em grupos; cada grupo escolhe um membro para apresentar de forma dramatizada a fala dos jovens. Após as apresentações, abre-se uma discussão sobre a importância da participação das pessoas nos grupos sociais e da necessidade de estarmos sempre em diálogo com o outro para o nosso crescimento pessoal.

3º Momento: Encerramento da Oficina: Painel da Cidadania

Cada participante deve escrever em uma tarjeta como gostaria de participar nas decisões políticas de seu município.

Fazer uma reflexão coletiva sobre as respostas de cada um, evidenciando o nosso papel como cidadão nas decisões políticas de nosso município, logo após colar as tarjetas no painel criado na oficina anterior.

3ª Oficina: Não Somos Iguais

Objetivos

Falar sobre a relação eu e o outro; o papel do cidadão como condutor das decisões políticas; o significado e a importância do voto para o bem comum.

1º Momento: Vídeo: *Se todos fossem iguais a você...*

Percepção: escrever as impressões dos alunos sobre o vídeo em cartolina e expor para o grupo. Logo após, o professor escolhe algumas delas e discute com o grupo sobre como podemos nos relacionar e conviver com os outros apesar das diferenças de ponto de vista.

2º Momento: Dramatização: *Inventando papéis*

O professor solicita seis voluntários para formarem duplas e cada dupla receberá um papel identificando os personagens que devem representar, desenvolvendo o seguinte tema: *A importância do voto*.

Dupla 1: Sindicalista e Presidente de movimento estudantil;

Dupla 2: Prefeito e Vereador;

Dupla 3: Estudante e Professor.

Após as dramatizações, os participantes devem escolher a dupla que usou os melhores argumentos na sua representação.

O professor deve propor uma discussão para o aprofundamento do tema através da leitura do texto: *Se todos fossem iguais a você*, destacando que cada pessoa pode ter uma postura diferente diante de uma mesma situação e que precisamos ser *tolerantes e respeitar* as diferentes formas de *pensar e atuar* de cada um.

3º Momento: *Tempestade de Idéias: Circuito de significados*

Montar um painel com três colunas com as seguintes palavras: *Identidade, Autoritarismo, Autonomia*; dividir os participantes em três grupos; em seguida distribui-se uma folha correspondente a cada palavra do painel; os grupos terão três minutos para escrever o maior número possível de

palavras relacionadas as palavras dadas; afixar a produção no painel e fazer com os alunos, a leitura dos resultados, analisando com eles as possibilidades apresentadas pelas palavras.

Na etapa seguinte, voltar aos grupos para que cada um construa um texto diante das palavras expostas no painel ou outras que surgirem durante a produção. Ler a produção para a turma, fazer alguns comentários e expor no painel.

4º Momento: *Encerramento da Oficina: Jogo da Sombra*

Formar duplas, um inicia com movimentos caminhando, fazendo mímicas.etc. e outro colega deve imitá-la. Depois, fazer a inversão dos papéis, assim cada um poderá ter a sensação do que é conduzir e ser conduzido.

4ª oficina: Ninguém é uma ilha

Objetivos

1. Refletir sobre a importância de participar de um grupo.
2. Discutir sobre como ser/escolher lideranças em um grupo; as possíveis possibilidades de atuar em um grupo; a convivência e o relacionamento pessoal em um grupo.

1º Momento: *Dinâmica: Solidão e Solidariedade*

O professor sugere a formação de pequenos grupos para discutir o seguinte questionamento:

O que significa fazer parte de um grupo?

Em seguida, distribui-se papéis de cores diferentes onde cada grupo expressa sua opinião. Montar um painel com as respostas de cada grupo e suscitar um debate sobre o que foi escrito e fazer uma reflexão sobre a importância da participação dos jovens nos diferentes grupos sociais como forma de despertar sua vocação solidária.

2º Momento: *Desafio*

O professor forma grupos para que elaborem e dramatizem as situações propostas nas atividades dos anexos desse projeto.

Grupo 1 - história A

Grupo 2 - história B

Grupo 3 - história C

Orientar os grupos para buscarem alternativas/opções e os fatores que determinam o resultado final.

Após as apresentações, o professor deve:

- tentar mostrar a pressão do grupo, a tensão e as vantagens de cada uma das situações;
- chamar a atenção para a criatividade do grupo na proposição das alternativas;
- identificar, juntamente com os outros participantes, quem liderou as buscas de alternativas em cada grupo.

3º Momento: *Grupos e Regras*

Vídeo: *O jogo das regras*

Percepção: Discutir com o grupo o significado das palavras *direito* e *dever*.

Em seguida, o professor deve pedir aos alunos que respondam as seguintes indagações:

- Em que tipo de grupo você gostaria de participar?
- Você acha que esse grupo deveria ter ou não regras básicas a serem seguidas? Por quê?
- Se a resposta for positiva, quais eram essas regras?

Fazer a socialização das respostas e o professor busca evidenciar a necessidade de termos regras e procurarmos cumpri-las para o bom relacionamento e andamento do grupo a que pertencemos, seja no âmbito familiar, escolar ou em qualquer outro grupo social. Enfatizar que nos grupos em que vivemos todos têm direitos e deveres, e, como cidadão, devemos exercer nossos direitos e deveres cívicos e sociais;

- Relacionar com os participantes alguns direitos e deveres do cidadão brasileiro.

4º Momento: *Encerramento da Oficina: Contrato de Convivência*

Elaborar, juntamente com os participantes, um contrato de convivência para o grupo, levando em conta suas respostas anteriores. Reforçar a importância do cumprimento das regras sugeridas por eles.

5ª Oficina: Brasileiros e Brasileiras

Objetivos

1. Refletir sobre política e cidadania;
2. Discutir sobre o voto consciente; como escolher os nossos representantes políticos.

1º Momento: *Retratando os contrastes*

O professor sugere a formação de grupos e entrega a cada grupo uma folha de papel dividido em duas colunas. Cada grupo deve listar na primeira coluna dez palavras-chave que se associem à política.

Na etapa seguinte, pedir aos alunos que escrevam, na segunda coluna, palavras contrárias/opostas às palavras-chave anotadas. Depois desse procedimento, refletir com os alunos sobre o efeito das palavras e fazer um elo comparando os discursos, muitas vezes contraditórios, dos políticos brasileiros com a prática social desses.

Ainda nessa atividade, discutir com os alunos sobre qual o perfil atual do político brasileiro e tentar formar, juntamente com eles, o perfil ideal, anotando em uma coluna o perfil atual descrito pelos participantes e, na outra coluna, as conclusões sobre o perfil ideal.

Fazer uma breve reflexão, seguida de troca de opiniões, com toda a turma, analisando os contrastes entre o real e o ideal.

2º Momento: *Mural: Recortando impressões*

Iniciar a atividade com a música *Ideologia*, de Cazusa, para que os alunos reflitam sobre a mensagem contida na letra da música, fazendo uma relação comparativa de ideologia com política e cidadania.

Após esse momento, dividir os participantes em cinco grupos e entregar revistas para que façam recortes e montem um cartaz, com os seguintes temas: *Conformismo, Cidadania, Política, Ideologia, Transformação*. Faz-se um sorteio entre os grupos, para que cada um fique com um tema e retrate-o através de gravuras, palavras etc.

Solicitar que cada grupo apresente e explique o seu cartaz e, em seguida, montar um mural e discutir com os alunos as impressões deixadas pela produção.

3º Momento: *Painel: A máquina extraviada*

Entregar aos alunos o texto: *A máquina extraviada*; fazer a leitura. Em seguida, dividir os alunos em grupo e distribuir tarjetas com as personagens.

De acordo com a personagem recebida, os grupos devem analisar a atitude dela frente à máquina. Colar as tarjetas com as personagens em um painel; promover uma discussão com os grupos a respeito dos seguintes aspectos:

- Por que o título “A máquina extraviada”?
- As atitudes da população: acomodação, exercício da cidadania, busca da transformação;
- O endeusamento da máquina: faz milagres, alegre, consola a população.

Após essas impressões, fazendo o uso do painel construído, estabelecer relações sobre o papel do cidadão eleitor, como o voto consciente pode mudar a realidade e como escolher os representantes políticos que busquem a melhoria de vida da população.

4º Momento: *Encerramento da Oficina. Dinâmica: Tecendo a cidadania*

Com um novelo de lã, inicia-se com um participante segurando a ponta do novelo, avaliando o que internalizou do encontro, em seguida joga a um colega que deve segurar e fazer o mesmo procedimento. Finaliza-se com a participação de todos, formando uma teia.

6ª Oficina: Política, um caso sério?

Objetivos

1. Discutir sobre como a política pode ser o melhor caminho para as mudanças sociais; a co-responsabilidade de cada indivíduo no exercício consciente do voto.
2. Refletir sobre a concepção do jovem sobre política.

1º Momento: *A janela*

O professor pede que os alunos formem grupos e distribui tiras de papel com os seguintes comentários:

- Jovens precisam ser orientados pelos adultos para saberem votar;
- Jovens não têm opinião própria sobre política;
- Os jovens não estão preparados para escolher seus representantes políticos;
- Os jovens não se interessam pelos problemas sociais e políticos.

De acordo com as frases, cada grupo discute e traz seus comentários para a plenária sobre o que pensam das afirmações. O professor deve criar uma situação polêmica para levar os alunos a formarem suas próprias opiniões.

2º Momento: *Entrevista: Política*

Nos grupos, o professor entrega uma transcrição resumida de entrevistas com jovens de várias partes do Brasil. Cada grupo deve escrever SIM, se concordar com o conteúdo do depoimento, ou NÃO, se não concordar. Cada grupo deve comentar o porquê da escolha.

Em seguida, ainda nos grupos, os alunos devem formular uma resposta à pergunta:

Qual o significado de política para você?

Na plenária, abre-se um debate sobre o tema proposto.

3º Momento: *Roda Viva*

Para abrir a roda, o professor distribui o texto “Posso” para os alunos e faz a leitura compartilhada; tecer comentários sobre o texto, enfatizando que há várias formas de envolver-se em política: protestando, resistindo, votando, engajando-se em movimentos, assumindo responsabilidades em organizações sociais e políticas etc.

Dentro da roda, fazer pequenos círculos e pedir que façam o “cochicho”, de acordo com as seguintes perguntas:

- Quais são as formas mais adequadas para o jovem atuar na política?
- Como o voto pode mudar/interferir em nossa realidade social?

Todos voltam à roda inicial, fechando-a com a exposição dos pensamentos de cada grupo.

4º Momento: *Encerramento da Oficina: Escrevendo as Impressões*

Cada participante constrói um texto baseado no tema da oficina e nas discussões feitas. O professor deve recebê-las, escolher algumas para ler e expô-las no mural.

7ª Oficina: Cidadania em Construção

Objetivos

1. Discutir o papel do jovem como agente transformador na sociedade; o que deve e pode ser feito, a partir de agora, nos diferentes espaços sociais.
2. Refletir sobre a mudança de visão sobre política e voto; a mudança de atitude e postura do grupo.

1º Momento. *Dinâmica: O presente*

Providenciar uma cesta de bombons de chocolate, várias tarjetas coloridas com frases sobre o papel do jovem na sociedade e o exercício da cidadania.

Organiza-se os participantes em círculo e faz-se o sorteio de quem deve iniciar a dinâmica; a pessoa sorteada escolhe uma tarjeta colada ao bombom e lê o que está escrito, faz um breve comentário sobre a frase; esta sorteia nova tarjeta e escolhe uma pessoa para entregá-la, quem receber faz o mesmo procedimento até que todos tenham participado.

No final, fazer um comentário geral sobre as falas individuais.

2º Momento: *Janela para a memória*

O professor deve entregar a cada participante um papelzinho para que respondam a seguinte pergunta: “O que mudou sobre sua visão e percepção de política e cidadania?”

Depois colar os papezinhos numa folha de papel madeira e ler com eles o que cada um escreveu, relembando as concepções anteriores, refletindo e discutindo se houve mudanças de postura, de atitudes, de pontos de vista, enfim voltando ao início.

3º Momento: *Círculo Musical*

Músicas:

- Pacato Cidadão (Samuel Rosa e Chico Amaral; Skank)
- Como nossos Pais (Belchior)
- Somos quem podemos ser (Humberto Gessinger; Engenheiros do Havaí)
- Não vou me adaptar (Arnaldo Antunes; Titãs)
- Tempos Modernos (Lulu Santos)

O professor prepara um ambiente diferente com figuras, com palavras relacionadas ao temas, coladas por toda a sala. Para iniciar, conversar com os alunos sobre o que estão vendo. Em seguida, pede que eles ouçam as músicas com atenção e vejam se eles conseguem identificar o que há de comum entre elas.

No momento seguinte, dividir a turma em cinco grupos e entregar a cada grupo uma cópia diferente de uma das músicas. Pedir que eles leiam e busquem fazer associações com o que eles aprenderam ao longo do projeto.

O professor deve deixar fluir as discussões da forma mais livre possível, sem limitar a imaginação e o processo de reflexão.

Após isso, o professor pede que cada grupo apresente as suas impressões, utilizando-se da letra música de uma forma criativa e diferente como: jogral, dramatização, antítese cantada, pintura etc.

Depois dessa atividade, os grupos expressam o que perceberam e qual a mensagem deixada por cada grupo.

Para finalizar, os grupos se colocam sobre a visão atual de *Política e Cidadania*, a importância da participação dos jovens nos grupos sociais, a atuação e o papel deles como agente de transformação.

4º Momento: *Além dos Muros*

Poema: *Fábula de um arquiteto*

O professor dispõe os alunos em círculo e faz uma leitura compartilhada do poema; reflete juntamente com eles sobre a mensagem do poema, fazendo um paralelo com o trabalho desenvolvido ao longo das oficinas.

Abrir um debate para avaliar os prováveis conflitos e resistências para sermos agentes de transformação e elo de conscientização para a prática efetiva da cidadania. Relacionar em papel madeira esses conflitos e resistências e, em outro, as possíveis possibilidades para superar esses obstáculos. Buscar relacionar o que foi dito com o texto.

5º Momento: Encerramento da Oficina: *Aquele abraço*

Música: *Aquele abraço*

Os alunos, em círculo, colocam as mãos sobre os ombros uns dos outros, entrecruzando os braços e dançando lentamente ao som da música, confraternizando-se e buscando sentir a força sugerida pelo círculo; o dinamizador fala mansamente sobre isso, explicando que esse círculo indica união, solidariedade, participação, otimismo etc.

ANEXOS



Perguntas mais frequentes

- **Fui votar e meu nome não constava na seção. O que pode ter ocorrido?**
Pode ter ocorrido uma das seguintes hipóteses: 1) o eleitor se dirigiu à seção errada; 2) houve um redimensionamento, o eleitor passou a pertencer a outra zona/seção e não sabe. Continua com o título antigo constando zona/seção anterior; 3) não possui inscrição; 4) a inscrição está, por algum motivo, cancelada ou suspensa.
- **Existe alguma diferença entre os votos brancos e os nulos? Eles são computados para alguma coisa?**
Não há diferença entre voto nulo e em branco, pois não são votos válidos, ou seja, não são computados para candidato, partido ou coligação. Voto em branco é aquele onde o eleitor, deliberadamente, optou por abster-se de votar em alguém. Voto nulo é aquele onde o eleitor, por erro de digitação ou de forma consciênte, digita número inexistente na urna eletrônica.
- **É possível comprar ou vender bebida alcoólica na véspera da eleição (lei seca)?**
Esse assunto não é da competência da justiça eleitoral. Porém, a cada eleição a Secretaria de Segurança Pública define, mediante portaria, o horário de proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes, congêneres e demais locais abertos ao público.
- **Posso votar em trânsito?**
Não existe mais a figura do voto em trânsito. Caso não esteja no seu domicílio eleitoral, no dia da eleição, o eleitor deverá justificar a ausência à votação, comparecendo em qualquer seção eleitoral ou mesa de justificativa.
- **Pode uma criança entrar na cabina e votar junto com um dos pais?**
Legalmente, não. Somente o eleitor pode entrar na cabina de votação para manifestar, de forma individual e secreta, sua intenção de voto, a não ser o eleitor portador de necessidades especiais que, para votar, poderá contar com o auxílio de pessoa de sua confiança ainda que não o tenha requerido antecipadamente ao juiz eleitoral.
- **Estou com o braço quebrado e engessado, impedido de assinar. Como faço para votar?**
O eleitor deverá ser orientado a assinar e votar utilizando o braço sadio. Caso não consiga assinar, deverá ser colhida a impressão digital de seu polegar direito na folha de votação.
- **Onde devo ir para votar?**
A justiça eleitoral divulga amplamente os locais de votação e disponibiliza com antecedência um telefone para o eleitor tirar dúvidas sobre o local de votação.
- **O que acontece com o eleitor que votar ou tentar votar por outra pessoa?**
Estará praticando um crime eleitoral sujeito a pena de até 3 (três) anos de reclusão, (art. 309, CE)
- **Quando o voto não é obrigatório?**
O voto, assim como o alistamento eleitoral, é facultativo para analfabetos, pessoas com idade maior de 16 (dezesseis) e menor de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 70 (setenta) anos (Constituição Federal, art. 14,§ 1º).
- **Quanto tempo o eleitor pode ficar na cabina de votação?**
Não existe limite de tempo. O eleitor pode ficar o tempo que for preciso para exercer o seu voto, desde que não inviabilize o exercício de voto dos demais.
- **O eleitor pode pedir ajuda aos mesários na hora de votar?**
Pode, mas apenas quanto aos procedimentos para o voto. Em hipótese alguma o mesário poderá entrar na cabina com o eleitor.
- **Como lembrar em quem votar? Posso levar cola?**
Recomenda-se que o eleitor leve sempre consigo anotados os números de seus candidatos, a chamada “cola”. Ela é legal e agiliza o processo de votação.
- **Quem faz 16 anos no dia ou na véspera da eleição pode votar?**
Pode, desde que tenha tirado seu título de eleitor até o fim do prazo legal, comprovando já ter completado ou estar completando 16 anos até a data das eleições, inclusive (art.91, lei 9504/97).
- **Como posso conseguir os endereços das seções eleitorais/locais de votação?**
Na internet, no site do TRE - www.tre-ce.gov.br, no TRE ou nos Cartórios Eleitorais.
- **Qual o percentual de vagas destinadas a cada sexo para as eleições proporcionais?**
Cada partido político ou coligação deverá reservar um mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (Lei n.º 9.504/97, art. 10).
- **Os candidatos a presidente, a governador e a prefeito podem participar de inaugurações de obras públicas?**
Nos três meses que precedem o pleito, esses candidatos estão proibidos de participar de inaugurações de obras públicas (ver Lei n.º 9.504/97, art. 37).

- **Posso tirar o título pela Internet, correio ou por outra pessoa com uma procuração?**
Não. O título só pode ser solicitado e/ou recebido no cartório eleitoral e pelo próprio eleitor.
- **Posso escolher o local onde vou votar?**
Sim. Ao fazer o alistamento, o eleitor manifestará sua preferência pelo local de votação, observando a relação de todos os locais existentes na zona com seus respectivos endereços.
- **Sou obrigado a tirar o título e a votar?**
Sim, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativo para os maiores de 70 anos, os analfabetos e os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- **Posso tirar uma dia de folga ou faltar ao trabalho para me alistar na Justiça Eleitoral?**
O empregado pode deixar de comparecer ao serviço para se alistar ou requerer transferência eleitoral sem prejuízo do salário e por tempo não superior a dois dias, mas deve comunicar o fato ao empregador com 48 horas de antecedência.
- **E se eu não tiver comprovante de residência em meu nome? Se a casa for no nome do(a) esposo(a), for alugada ou eu morar com outras pessoas que não sejam meus pais? Como faço?**
No caso do endereço ser no nome do cônjuge, acompanhar a certidão de casamento. Se for alugada, levar o contrato de locação. Se for no nome de um terceiro, anexar ao comprovante uma declaração da pessoa (com firma reconhecida e acompanhada da cópia da carteira de identidade), afirmando que o requerente reside no seu endereço.
- **Quais os documentos necessários para se tirar o título de eleitor?**
O original com uma fotocópia dos seguintes documentos: a) Carteira de Identidade, Carteira Profissional, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou qualquer outro documento público que comprove ter o requerente a idade mínima de 16 anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação; b) certificado de quitação do serviço militar obrigatório, só para homens maiores de 18 anos (dispensado aos eleitores que solicitarem o alistamento após o dia 31 de dezembro do ano em que completarem 45 anos); c) comprovante atualizado de residência no município (conta de água, luz, telefone etc.) datado de até 3 (três) meses anteriores, em seu próprio nome, ou de seus pais, ou cônjuge.
- **Até quando posso solicitar meu título? Qual o prazo final?**
Durante todo o ano civil. Porém, no ano em que houver eleição, a solicitação para inscrição, transferência e revisão de dados cadastrais deverá ser feita até 150 dias antes da eleição.
- **Onde solicito e recebo meu título de eleitor no interior?**
No cartório eleitoral do município onde reside. Caso não haja, informe-se qual o município sede de sua zona eleitoral e procure o cartório lá existente.
- **Onde solicito e recebo meu título de eleitor em Fortaleza?**
Em Fortaleza, o eleitor deve se dirigir ao Fórum Eleitoral Desembargador Péricles Ribeiro, situado na Av. Almirante Barroso, 601 – Praia de Iracema. Todas as zonas da capital funcionam nesse endereço.
- **Pago alguma coisa para tirar o título?**
A emissão do título de eleitor, quer seja pela primeira vez, segunda via, transferência ou revisão, é gratuita, desde que o eleitor esteja em dia com suas obrigações eleitorais.
- **O que acontece com quem não tirar o título no tempo certo?**
Quem estiver obrigado a tirar o título e a votar e não o fizer em tempo hábil ficará sujeito ao pagamento de multa imposta pelo juiz eleitoral, e, enquanto permanecer nessa situação, não poderá: inscrever-se em concurso público, nem assumir cargo ou função pública; receber vencimentos ou salário de função ou emprego público, autárquico ou de alguma forma ligado ao Governo, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição; participar de concorrências públicas ou administrativas do governo; obter passaporte; retirar ou renovar CPF; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo Governo; obter empréstimo de órgãos do governo ou por ele mantido.
- **Quais os documentos necessários para receber o título? Posso mandar pegar por uma pessoa da minha família?**
Qualquer documento de identificação com foto e assinatura (RG, carteira de trabalho, carteira profissional, carteira de motorista nova) poderá ser utilizado para receber o título. Quanto ao recebimento do documento, apenas o próprio eleitor poderá fazê-lo, pois precisa assiná-lo.
- **Que pessoas não podem ser eleitores?**
Os estrangeiros e os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- **Quantas vezes eu posso justificar o meu voto?**
Não há limite.
- **Meu título é de outro município (interior). Meu patrão é obrigado a me liberar para viajar e ir votar lá?**
Não. Se o empregado possui título em outro município, o patrão não é obrigado a liberá-lo para viajar e votar, uma vez que a pessoa deve ter título no município onde reside.

- **Sou/estou doente/operado e sem condição de ir votar. O que faço?**
Qualquer pessoa que esteja impossibilitada de votar, deve justificar até 60 dias após a eleição na sua zona eleitoral. No caso de doença grave ou outro motivo que impossibilite o próprio eleitor de comparecer ao cartório, outra pessoa poderá levar a documentação (título, RG e atestado médico) para fazer a justificativa.
- **Até que dia posso justificar minha ausência ao 2º (segundo) turno?**
Até 60 dias após a eleição.
- **É possível tirar o título eleitoral ou transferi-lo para votar em segundo turno?**
Não. O prazo para tirar ou transferir o título eleitoral é até 150 dias antes da eleição.
- **O eleitor que não votou no 1º (primeiro) turno pode votar no 2º (segundo)?**
Pode, desde que o título de eleitor esteja em situação regular, mas para ficar em dia (quite) com a Justiça Eleitoral, vai ter que se justificar, perante o juiz eleitoral, até 60 dias após a eleição - 1º turno, pois os turnos são eleições distintas.
- **Quem perder o título eleitoral entre o primeiro e o segundo turnos ainda pode pedir uma segunda via do documento?**
Não. O prazo para retirar segunda via é até 10 dias antes da eleição (1º turno). Quem perder o título entre o primeiro e o segundo turno da eleição só poderá solicitar a 2ª via após o encerramento dos trabalhos relativos às eleições em segundo turno.
- **O local de votação no segundo turno é o mesmo do primeiro turno?**
Sim. Não há mudança a não ser que ocorra algum imprevisto como por exemplo: o prédio onde funcionava sua seção caiu, pegou fogo etc.
- **O eleitor que votou no primeiro turno pode justificar no segundo?**
Sim, se no dia da eleição ele se encontrar fora do seu município de votação. Os turnos são eleições distintas, portanto deverá justificar qualquer turno no qual deixar de votar.
- **Por quais motivos um título pode ser cancelado?**
Um título de eleitor pode ser cancelado por: falecimento (morte) do eleitor; duplicidade/pluralidade de títulos; perda dos direitos políticos; deixar de votar e justificar em 3 (três) eleições consecutivas; sentença de autoridade judiciária competente e revisão do eleitorado.
- **Como comprovar que estou quite com a Justiça Eleitoral e como conseguir a certidão de quitação eleitoral?**

Apresentando os comprovantes de votação ou de justificativa ou apresentando uma certidão de quitação com suas obrigações eleitorais, que poderá ser retirada em qualquer cartório eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral ou mesmo pela Internet no endereço www.tre-ce.gov.br.

- **Por quais motivos os direitos políticos podem ser suspensos?**
Pelos seguintes motivos: cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta; improbidade administrativa.
- **Qual o valor da multa por não comparecer à eleição (deixar de votar)?**
A multa, imposta pelo Juiz Eleitoral, varia entre o mínimo de 3% e o máximo de 10% do valor da base de cálculo. A base de cálculo para aplicação das multas será o último valor fixado para o Ufir, multiplicado pelo fator 30,22.
- **Como faço para pagar a multa por não ter votado?**
Você deve ir, munido de seu título e RG (Identidade), a qualquer cartório eleitoral, onde será preenchida a guia de recolhimento de multa, que será paga no Banco do Brasil S/A ou em qualquer outra instituição bancária, se o valor for superior a R\$ 30,00 (trinta reais).
- **Perdi meus comprovantes de votação. Como consigo outros?**
Não há possibilidade de se obter outro comprovante de votação e/ou justificativa. Você pode, no entanto, solicitar a qualquer cartório eleitoral ou TRE uma certidão de quitação eleitoral, ou mesmo emitir através da Internet no endereço www.tre-ce.gov.br.
- **Posso votar, estando meu título suspenso ou cancelado?**
Não. Somente eleitores com inscrição em situação regular estão habilitados (aptos) ao voto. Inscrições suspensas e canceladas não constam da folha de votação e da urna eletrônica.
- **Em que situação posso / devo fazer uma transferência do título de eleitor?**
A transferência poderá ser feita sempre que o eleitor desejar alterar seu domicílio (mudar de município), em conjunto ou não com eventual retificação de dados.
- **Até que dia posso solicitar e receber a segunda via do título?**
A qualquer período o eleitor pode solicitar a segunda via do título. Em ano eleitoral, porém, o prazo é de até 10 (dez) dias antes da eleição. O pedido de segunda via poderá ser formulado em qualquer zona, mediante a apre-

sentação da identidade e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral. A 2ª via poderá ser entregue ao eleitor até a véspera da eleição.

● **Quais os requisitos necessários para fazer uma transferência?**

São os seguintes os requisitos: 1) estar quite com a Justiça Eleitoral; 2) transcurso de pelo menos 1(um) ano do alistamento ou da última transferência; 3) residência mínima de três meses no novo domicílio (comprovar com conta de água, luz ou telefone e fotocópia); 4) apresentar o original e fotocópia do documento de identidade. As exigências do transcurso de pelo menos 1(um) ano do alistamento ou da última transferência e residência de no mínimo de 3 (três) meses no município não se aplicam às transferências eleitorais de servidores públicos civis, militares, autárquicos, ou de membros de suas famílias, por motivo de remoção ou transferência.

● **Como voto em branco?**

Para votar em branco é só apertar a tecla BRANCO e depois em CONFIRMA.

● **Como voto nulo?**

Para votar NULO é só digitar um número de candidato ou de partido inexistentes e depois apertar na tecla CONFIRMA.

● **Como votar na legenda?**

O voto de legenda só existe para as eleições proporcionais. E só digitar o número do partido e depois apertar a tecla VERDE para CONFIRMAR.

● **Meu amigo votou e apareceu a foto de nosso candidato. Quando fui votar não apareceu. Como pode?**

Não pode. Se houver um erro de programação ou no arquivo de fotos, este erro aparecerá sempre. Conclusão: não tem cabimento afirmar que para um determinado eleitor não aparece a foto ou para outro aparece foto trocada. Se houver erro na programação ou no arquivo será para todos, e sempre.

● **Posso aprender a usar a urna eletrônica pela Internet?**

Sim. No site do TSE (www.tse.gov.br), clicando no link 'Eleições->Urnas Eletrônicas->Simulação de Votação'.

● **É possível votar em candidatos de partidos ou coligações diferentes ou sou obrigado a votar em candidatos do mesmo partido?**

O voto não é vinculado, portanto o eleitor não está obrigado a votar em candidatos do mesmo partido.

Constituição da República Federativa do Brasil

CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.

CAPÍTULO V - DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescentado de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

CAPÍTULO IV - DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

CAPÍTULO III - DO PODER JUDICIÁRIO

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

- I - o Tribunal Superior Eleitoral;
- II - os Tribunais Regionais Eleitorais;
- III - os Juízes Eleitorais;
- IV - as Juntas Eleitorais.

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

- I - mediante eleição, pelo voto secreto:
 - a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

- b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 120. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

- I - mediante eleição, pelo voto secreto:
 - a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

- b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

§ 1º Os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 2º Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

§ 3º São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

§ 4º Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

- I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;
- II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;
- III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;
- IV - anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;
- V - denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

Código Eleitoral

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução.

Art. 2º Todo poder emana do povo e será exercido, em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e leis específicas.

Art. 3º Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.

Art. 4º São eleitores os brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 5º Não podem alistar-se eleitores:

I - os analfabetos;

II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I - quanto ao alistamento:

a) os inválidos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os que se encontrem fora do País;

II - quanto ao voto:

a) os enfermos;

b) os que se encontrem fora do seu domicílio;

c) os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o Juiz Eleitoral até trinta dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário mínimo da região, imposta pelo Juiz Eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

§ 1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I - inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II - receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou paraestatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que exerçam serviço público delegado, correspon-

dentos ao segundo mês subsequente ao da eleição; III - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV - obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

V - obter passaporte ou carteira de identidade;

VI - renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;

VII - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.

§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 (dezoito) anos, salvo os excetuados nos artigos 5º e 6º, nº I, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os atos relacionados no parágrafo anterior.

§ 3º Realizado o alistamento eleitoral pelo processo eletrônico de dados, será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em 3 (três) eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da última eleição a que deveria ter comparecido.

Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os 19 (dezenove) anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário mínimo da região, imposta pelo Juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento.

Parágrafo único. Não se aplicará a pena ao não alistado que requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo primeiro dia anterior à eleição subsequente à data em que completar 19 (dezenove) anos.

Art. 9º Os responsáveis pela inobservância do disposto nos artigos 7º e 8º incorrerão na multa de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos vigentes na zona eleitoral ou de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 10. O Juiz Eleitoral fornecerá aos que não votarem por motivo justificado e aos não alistados nos termos dos artigos 5º e 6º, nº I, documento que os isente das sanções legais.

Art. 11. O eleitor que não votar e não pagar a multa, se se encontrar fora de sua zona e necessitar documento de quitação com a Justiça Eleitoral, poderá efetuar o pagamento perante o Juízo da zona em que estiver.

§ 1º A multa será cobrada no máximo previsto, salvo se o eleitor quiser aguardar que o Juiz da zona em que se encontrar solicite informações sobre o arbitramento ao Juízo da inscrição.

§ 2º Em qualquer das hipóteses, efetuado o pagamento através de selos federais inutilizados no próprio requerimento, o Juiz que recolheu a multa comunicará o fato ao da zona de inscrição e fornecerá ao requerente comprovante do pagamento.

Informação complementares sobre sistema eleitoral

A legislação brasileira prevê a coexistência de dois sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional. eleição majoritária é utilizada para os cargos de Presidente da República, Governadores, Senadores e Prefeitos. A eleição proporcional permite escolher os Vereadores, Deputados Estaduais e Distritais (no caso do Distrito Federal) e Deputados Federais.

Diferentemente do sistema majoritário, na representação proporcional nem sempre o candidato mais votado será eleito. Veja como isso acontece.

O quociente eleitoral define os partidos e/ou coligações que têm direito a ocupar as vagas em disputa nas eleições proporcionais (para deputado federal, deputado estadual e vereador)

Para a legislatura que se iniciou em 2007, a representação do Estado do Ceará na Câmara dos Deputados foi de 22 deputados federais. Vejamos, então, como se faz o cálculo do quociente eleitoral e do quociente partidário para preenchimento desses lugares.

Suponhamos a seguinte votação:

PARTIDO/COLIGAÇÃO	Nº DE VOTOS
A	3.200
B	100
Coligação (Partido C + D)	<u>500</u>
Total votos	3.800

a) Cálculo do Quociente Eleitoral

Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelos lugares a preencher, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, arredondando-se para 1, se superior

$$3.800 / 22 = 172,72 = 173$$

b) Cálculo do Quociente Partidário

Dividido-se o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas pelo Quociente Eleitoral, desprezada a fração.

$$\text{Partido A} \dots\dots\dots 3.200 / 173 = 18,49$$

arredondando = 18

$$\text{Coligação (Partido C + D)} \dots\dots\dots 500 / 173 = 2,89$$

arredondando = 2

Dessa forma, o Partido A elege 18 deputados federais, a Coligação dos partidos C + D elege 2 deputados federais. O Partido B não elege nenhum, uma vez que não alcançou o quociente eleitoral, ou seja, obteve apenas 100 votos, quando o quociente eleitoral é de 173 votos.

DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS

Na simulação que fizemos só foram preenchidos 20 dos 22 lugares previstos no exemplo, sobrando assim 2 vagas. Essas vagas serão distribuídas mediante observância das seguintes regras:

1º Cálculo: Divide-se o total de votos do partido, assim como o da coligação, pelo número de lugares que cada um obteve mais 1:

$$\text{Partido A} \dots\dots\dots 3.200 / 19 (18 \text{ lugares} + 1) = 168,42$$

$$\text{Coligação (Partido C + D)} \dots\dots\dots 500 / 3 (2 \text{ lugares} + 1) = 166,66$$

Pelos cálculos, verifica-se que o Partido A apresenta maior média (168,42) que a Coligação C + D (166,66), cabendo, por isso, ao Partido A mais uma vaga. Obtém-se, então, o seguinte resultado:

$$\text{Partido A} \dots\dots\dots 19 \text{ lugares}$$

$$\text{Coligação (Partido C + D)} \dots\dots\dots 2 \text{ lugares}$$

2º Cálculo: Divide-se o total de votos do partido, assim como o da coligação, pelo número de lugares obtido no cálculo anterior, adicionado mais 1:

$$\text{Partido A} \dots\dots\dots 3.200 / 20 (19 \text{ lugares} + 1) = 160,00$$

$$\text{Coligação (Partido C + D)} \dots\dots\dots 500 / 3 (2 \text{ lugares} + 1) = 166,66$$

O resultado obtido pelo Partido A (160) é inferior ao resultado da Coligação C + D (166,66). Por isso, a Coligação C + D consegue a última vaga na Câmara dos Deputados, do exemplo acima, ficando assim o resultado final:

$$\text{Partido A} \dots\dots\dots 19 \text{ lugares}$$

$$\text{Coligação (Partido C + D)} \dots\dots\dots 3 \text{ lugares}$$

Observação: Na hipótese de existirem mais vagas a distribuir, vai-se repetindo o cálculo da maneira demonstrada até o preenchimento do último lugar.

- Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.
- Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

TELEFONES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

Zonas Eleitorais	Telefone	Zonas Eleitorais	Telefone
001ª FORTALEZA	(85) 3219.5112	062ª VÁRZEALEGRE	(88) 3541.1218
002ª FORTALEZA	(85) 3219.0501	063ª BOA VIAGEM	(88) 3427.1275
003ª FORTALEZA	(85) 3219.5557	064ª COREAÚ	(88) 3645.1333
004ª MARANGUAPE	(85) 3341.0909	065ª CARIRÉ	(88) 3646.1122
005ª BATURITÉ	(85) 3347.0655	066ª AQUIRAZ	(85) 3361.1102
006ª QUIXADÁ	(88) 3412.0990	067ª ARACOIABA	(85) 3337.1601
007ª CASCAVEL	(85) 3334.1350	068ª ARARIPE	(88) 3530.1220
008ª ARACATI	(88) 3421.1317	069ª AURORA	(88) 3543.1198
009ª RUSSAS	(88) 3411.0031	070ª BREJO SANTO	(88) 3531.1670
010ª JAGUARIBE	(88) 3522.1218	071ª CARIRIAÇU	(88) 3547.1223
011ª QUIXERAMOBIM	(88) 3441.1295	072ª JAGUARETAMA	(88) 3576.1233
012ª SENADOR POMPEU	(88) 3449.0115	073ª IBIAPINA	(88) 3653.1128
013ª IGUATU	(88) 3581.2104	074ª GUARACIABA DO NORTE	(88) 3652.2023
014ª LAVRAS DA MANGABEIRA	(88) 3536.1249	075ª JAGUARUANA	(88) 3418.1419
015ª ICÓ	(88) 3561.1411	076ª MAURITI	(88) 3552.1529
016ª MISSÃO VELHA	(88) 3542.1020	077ª PACOTI	(85) 3325.1252
017ª ITAPIPOCA	(88) 3631.0888	078ª FARIAS BRITO	(88) 3544.1174
018ª ASSARÉ	(88) 3535.1213	079ª RERIUTABA	(88) 3637.2063
019ª TAUÁ	(88) 3437.1337	080ª SABOEIRO	(88) 3526.1152
020ª CRATEÚS	(88) 3691.2322	081ª TIANGUÁ	(88) 3671.1401
021ª IPU	(88) 3683.2261	082ª FORTALEZA	(85) 3219.8111
022ª SÃO BENEDITO	(88) 3626.2029	083ª FORTALEZA	(85) 3219.0698
023ª URUBURETAMA	(85) 3353.1197	084ª BEBERIBE	(85) 3338.1300
024ª SOBRAL	(88) 3611.1800	085ª ORÓS	(88) 3584.1056
025ª GRANJA	(88) 3624.1104	086ª ALTO SANTO	(88) 3429.1129
026ª MILAGRES	(88) 3553.1109	087ª MUCAMBO	(88) 3654.1222
027ª CRATO	(88) 3523.1800	088ª MARCO	(88) 3664.1066
028ª JUAZEIRO DO NORTE	(88) 3511.1559	089ª MULUNGU	(85) 3328.1222
029ª LIMOEIRO DO NORTE	(88) 3423.4262	090ª PARAMBU	(88) 3448.1213
030ª ACARAÚ	(88) 3661.1425	091ª TABULEIRO DO NORTE	(88) 3424.1077
031ª BARBALHA	(88) 3532.2090	092ª BARRO	(88) 3554.1358
032ª CAMOCIM	(88) 3621.0612	093ª MONSENHOR TABOSA	(88) 3696.1124
033ª CANINDÉ	(85) 3343.1988	094ª FORTALEZA	(88) 3219.7377
034ª CEDRO	(88) 3564.0554	095ª IRACEMA	(88) 3428.1203
035ª VIÇOSA DO CEARÁ	(88) 3632.1326	096ª BELA CRUZ	(88) 3663.1333
036ª SÃO GONÇALO DO AMARANTE	(85) 3315.7266	097ª TRAIRI	(85) 3351.1185
037ª CAUCAIA	(85) 3342.1671	098ª ITAPIÚNA	(88) 3431.1201
038ª CAMPOS SALES	(88) 3533.1013	099ª NOVO ORIENTE	(88) 3629.1212
039ª INDEPENDÊNCIA	(88) 3675.1380	100ª GROÁIRAS	(88) 3647.1119
040ª IPUEIRAS	(88) 3685.1325	101ª AIUABA	(88) 3524.1122
041ª ITAPAGÉ	(85) 3346.0544	102ª JATI	(88) 3575.1212
042ª JARDIM	(88) 3555.1338	103ª CARIÚS	(88) 3514.1148
043ª JUCÁS	(88) 3517.1256	104ª MARACANAÚ	(85) 3371.1988
044ª SANTANA DO ACARAÚ	(88) 3644.1177	105ª CAPISTRANO	(85) 3326.1119
045ª MASSAPÉ	(88) 3643.1145	106ª MERUOCA	(88) 3649.1255
046ª MOMBAÇA	(88) 3583.1450	107ª SÃO LUÍS DO CURU	(85) 3355.1086
047ª MORADA NOVA	(88) 3422.1872	108ª CHAVAL	(88) 3625.1288
048ª NOVA RUSSAS	(88) 3672.1055	109ª PARACURU	(85) 3344.1802
049ª PACAJUS	(85) 3348.0656	110ª PORTEIRAS	(88) 3557.1212
050ª PENTECOSTE	(85) 3352.1035	111ª FRECHEIRINHA	(88) 3655.1286
051ª PEREIRO	(88) 3527.1104	112ª FORTALEZA	(85) 3219.5323
052ª REDENÇÃO	(85) 3332.2096	113ª FORTALEZA	(85) 3219.3300
053ª SANTANA DO CARIRI	(88) 3545.1100	114ª FORTALEZA	(85) 3219.5443
054ª SANTA QUITÉRIA	(88) 3628.0524	115ª FORTALEZA	(85) 3219.1063
055ª SOLONÓPOLE	(88) 3518.1380	116ª FORTALEZA	(85) 3219.5349
056ª UBAJARA	(88) 3634.1519	117ª FORTALEZA	(85) 3219.5404
057ª PACATUBA	(88) 3345.1166	118ª FORTALEZA	(85) 3219.4984
058ª IPAUMIRIM	(88) 3567.1207	119ª JUAZEIRO DO NORTE	(88) 3587.3995
059ª PEDRA BRANCA	(88) 3515.1097	120ª CAUCAIA	(85) 3342.2071
060ª ACOPIARA	(88) 3565.0755	121ª SOBRAL	(88) 3611.3929
061ª TAMBORIL	(88) 3617.1155	122ª MARACANAÚ	(85) 3371.3237

O Livro do Educador foi idealizado para servir de instrumento aos servidores da Justiça Eleitoral nas atividades de educação política do Programa Eleitor do Futuro, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos que contribuam para estimular jovens de 12 a 17 anos de idade ao exercício da cidadania e do voto consciente.

Nessa publicação, o leitor encontrará um perfil da situação da juventude e do sistema escolar brasileiros, além de noções de educação política e de práticas pedagógicas fundadas no diálogo, inclusive com propostas de atividades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará é o órgão do Poder Judiciário responsável pela realização das eleições no estado, desenvolvendo atividades tais como alistamento dos eleitores, registro dos candidatos, fiscalização da propaganda eleitoral, organização da votação, totalização dos votos, julgamento de processos referentes a questões eleitorais e diplomação dos candidatos.



O UNICEF, como integrante do sistema das Nações Unidas, tem como missão garantir os direitos de crianças e adolescentes. No Brasil, o UNICEF apóia projetos para promoção do desenvolvimento infantil, educação para a inclusão, cidadania dos adolescentes, proteção integral e comunicação, além de monitor programas e projetos na área da infância e adolescência.



O Comunicação e Cultura é uma ONG cearense fundada em 1988. Tem como missão formar crianças, adolescentes e jovens para a cidadania e contribuir para a melhoria da qualidade da educação.